

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO – ESTADO DO PARANÁ**CNPJ:** 76.995.422/0001-06**Fone:** (46) 3533-8325 – **E-mail:** licitacao@saojoao.pr.gov.br**Endereço:** Avenida XV de Novembro, 160 – Centro – São João/PR – CEP 85.570-000**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.042/2026****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 184/2026****CONTRATANTE (UASG):** 987871 – Município de São João – PR**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico**FORMA:** Sistema de Registro de Preços**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Maior Percentual de Desconto por Grupo/Lote**MODO DE DISPUTA:** Aberto e Fechado**REGIME DE EXECUÇÃO:** Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, com fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos, sob demanda, mediante orçamento prévio, autorização da Administração e medição conforme serviços efetivamente executados e peças efetivamente fornecidas.**AMPLA PARTICIPAÇÃO:** Sim**EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS:** Não**PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL:** Não**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos Municipais nº 3.070/2023 e nº 3.118/2023, e demais normas aplicáveis.**OBJETO**

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de São João/PR, com fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos necessários ao pleno funcionamento dos bens públicos, abrangendo veículos leves, veículos pesados, ônibus, micro-ônibus, caminhões, máquinas e equipamentos, em atendimento às necessidades das diversas Secretarias e Departamentos Municipais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência e anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.379.000,00**INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 05/06/2026, às 08h00min**FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 26/06/2026, às 08h59min**INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA / DISPUTA DE LANCES:** XX/XX/2026, às 09h00min**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** Portal de Compras do Governo Federal / Compras.gov.br**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.gov.br/compras**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- O julgamento será pelo critério de **maior percentual de desconto por grupo/lote**.
- A licitação será por **Sistema de Registro de Preços**, sem obrigação de contratação total dos valores estimados.
- A contratação atenderá à manutenção da frota municipal, incluindo veículos leves, pesados, ônibus, caminhões, máquinas e equipamentos.
- Os serviços poderão envolver manutenção mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica e demais serviços necessários.
- As peças e insumos serão fornecidos conforme necessidade, mediante orçamento prévio, desconto contratado e autorização da Administração.
- A execução será parcelada e sob demanda, mediante solicitação ou ordem de serviço.
- A proposta deverá incluir todos os custos necessários à execução do objeto.
- A contratada deverá cumprir as normas técnicas, ambientais, trabalhistas e de segurança aplicáveis.
- Em casos urgentes, deverão ser observados os prazos previstos no Termo de Referência.
- O edital e seus anexos estarão disponíveis no Compras.gov.br, no Portal da Transparência do Município e no Setor de Licitações.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90.042/2026.

O Município de São João, Estado do Paraná, por intermédio das diversas Secretarias Municipais e sob a condução do Agente de Contratação/Pregoeiro, designado pela Portaria nº 6.934/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e normas correlatas.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: (X) Maior percentual de desconto **por grupo/lote**

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **Forma de disputa:** Aberta e fechada, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- **Sistema de Registro de Preços:** Sim, com vigência de até 12 (doze) meses, admitida prorrogação na forma da legislação aplicável;
- **Critério de Julgamento:** Maior percentual de desconto por grupo/lote;
- **Participação:** Ampla participação, sem exclusividade para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, sem prejuízo da aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e, quando cabível, da preferência local/regional prevista no Decreto Municipal nº 3.070/2023;
- **Abertura/acolhimento/divulgação de propostas:** Até às 08h59 min do dia 26/06/2026
- **Início da sessão/disputa de lances:** 09h00min do dia 26/06/2026.
- Todas as indicações de tempo constantes neste edital seguirão o horário oficial de Brasília/DF.

Referências legais para este processo licitatório: Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Decretos Municipais nº.3.118/2023, 3.070/2023, e demais legislação aplicável.

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços**, pelo período de **12 (doze) meses**, para futura e eventual contratação de **empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de São João/PR, com fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos necessários ao pleno funcionamento dos bens públicos**, em atendimento às necessidades das diversas Secretarias Municipais, conforme especificações detalhadas no **Termo de Referência – Anexo I** e demais disposições deste edital.

A contratação abrangerá **veículos leves, veículos pesados, ônibus, micro-ônibus, caminhões, máquinas e equipamentos**, contemplando serviços **mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e demais serviços correlatos** necessários à conservação, recuperação e manutenção da capacidade operacional da frota municipal.

Os serviços e fornecimentos serão executados conforme a necessidade da Administração, de forma **parcelada e sob demanda**, mediante **solicitação dos setores competentes, orçamento prévio, autorização da Administração e emissão de ordem de serviço, empenho ou instrumento equivalente**, não havendo **obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos ou valores registrados**.

A futura contratada deverá responsabilizar-se pela **execução dos serviços, fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos**, disponibilização de **mão de obra qualificada**,

equipamentos, ferramentas, transporte, encargos, tributos e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto, observando as **normas técnicas, ambientais, trabalhistas e de segurança aplicáveis**.

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

O valor total estimado para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 3.379.000,00**.

A estimativa foi elaborada com base na necessidade prevista para **manutenção da frota municipal**, considerando os valores referenciais de **mão de obra, peças, componentes, acessórios e demais insumos** necessários à execução dos serviços, bem como a demanda estimada das Secretarias Municipais usuárias da frota.

O valor estimado possui **caráter referencial para fins de registro de preços**, não gerando **obrigação de contratação integral dos quantitativos ou valores previstos**, os quais serão utilizados conforme a **efetiva necessidade da Administração Municipal**, durante a vigência da **Ata de Registro de Preços**.

3. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Compras Gov, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. O endereço eletrônico para recebimento, abertura e processamento das propostas será o portal www.gov.br/compras, garantindo ampla publicidade, transparência e participação isonômica dos interessados

O edital na íntegra está disponível para consulta na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br>), e no sítio eletrônico do Município Portal da Transparência: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Anderson Camargo Cardoso e equipe de apoio, conforme designados pela Portaria n.º 6.934, de 02 de janeiro de 2025.

Atendimentos serão feitos pelos seguintes contatos:

- **E-mail:** licitacao@saojoao.pr.gov.br
- **Telefones:** (46) 3533-8325
- **Endereço:** Av. XV de novembro, 160, Centro, São João, PR.
- **Horário de atendimento:** 08h30 às 11h30 e 13h30 às 17h00.

4. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação em razão de irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre seus termos. O pedido deve ser protocolado no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, por meio do campo específico no sítio eletrônico <https://saojoao.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&s=saojoao>, onde também serão publicadas as respostas aos pedidos formulados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES

Os recursos e as respectivas contrarrazões deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, por meio da plataforma oficial utilizada para a condução do certame, observando-se os

prazos e procedimentos estabelecidos no item 9 das Condições Gerais deste Edital, em conformidade com o artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS

Durante o curso da licitação, os autos do processo estarão disponíveis para consulta pelos interessados no **sistema eletrônico utilizado para o pregão**, bem como no **Portal da Transparência do Município** no seguinte endereço:

Sítio eletrônico oficial: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br>

5. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO

A licitação e a contratação decorrente serão reguladas pelas **condições específicas e gerais do pregão**, bem como pelo disposto nos demais anexos deste edital.

A presente licitação será regida pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações, além da legislação aplicável.

A utilização da **Ata de Registro de Preços** observará os limites, condições e procedimentos previstos na legislação vigente, no Edital, no Termo de Referência e demais anexos, sendo vedada sua utilização em desacordo com o objeto, os quantitativos estimados, os valores registrados e as condições pactuadas.

A execução da Ata de Registro de Preços deverá observar os princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, isonomia, competitividade, economicidade, transparência e interesse público**, nos termos do **art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021**, cabendo ao órgão gerenciador e aos participantes assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, o controle das contratações decorrentes, a observância dos saldos registrados e a regularidade fiscal, técnica e contratual dos fornecedores.

6. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

6.1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Após o encerramento da fase de lances e concluída a negociação, serão **desclassificadas** as propostas que permanecerem acima dos **valores unitários máximos e totais máximos fixados neste edital**, nos termos do **artigo 59, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

Além disso, poderá ser considerada **inexequível** qualquer proposta cujo preço seja manifestamente **irrisório, simbólico, incompatível com os custos de mercado ou que comprometa a execução contratual**, conforme critérios estabelecidos na legislação vigente e em eventuais estudos técnicos anexos ao edital.

Se for constatada a **inexequibilidade** da proposta mais bem classificada, a Administração poderá convocar o segundo colocado, seguindo a **ordem de classificação**, desde que sua proposta esteja dentro dos limites aceitáveis e **compatível com os parâmetros de mercado**.

6.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O julgamento das propostas será realizado com base no critério de **maior percentual de desconto por grupo/lote**, conforme estabelecido no **Termo de Referência – Anexo I** deste edital.

1. Critério Geral

- Será considerada mais vantajosa a proposta que apresentar o **maior percentual de desconto por grupo/lote**, observadas as condições, limites e regras estabelecidas neste edital e no Termo de Referência.
- O percentual de desconto ofertado deverá incidir sobre os valores referenciais definidos para a execução dos serviços de mão de obra e para o fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos, conforme regras previstas no Termo de Referência.
- Durante a fase de lances, os licitantes deverão ofertar **percentuais de desconto**, sendo vencedora a proposta que apresentar o **maior desconto válido** para o respectivo grupo/lote.
- Encerrada a fase de lances e concluída eventual negociação, será verificada a aceitabilidade da proposta, observando-se o percentual de desconto ofertado, a compatibilidade com o objeto e as demais exigências do edital.
- Serão desclassificadas as propostas que não observarem o **desconto mínimo exigido**, quando previsto no Termo de Referência, ou que apresentarem condições incompatíveis com as regras do edital.

2. Critério para Grupos/Lotes

- Para os grupos/lotes compostos por diferentes itens, a aceitabilidade será aferida com base no **percentual de desconto ofertado para o grupo/lote**, conforme metodologia definida no Termo de Referência.
- O desconto ofertado deverá ser aplicado sobre os valores referenciais aprovados pela Administração, servindo como parâmetro para a execução contratual, mediante orçamento prévio, autorização da Administração e comprovação da compatibilidade dos preços.
- A proposta deverá respeitar as regras específicas para aplicação dos descontos sobre **mão de obra, peças originais, peças genuínas, componentes, acessórios e demais insumos**, quando houver distinção prevista no Termo de Referência.
- Não será admitida proposta que altere a forma de aplicação do desconto, condicione sua validade a regras diversas das previstas no edital ou limite indevidamente a execução do objeto.

3. Aceitabilidade da Proposta

- A proposta será analisada quanto à sua **compatibilidade com o objeto, percentual de desconto ofertado, cumprimento das condições do edital e viabilidade de execução**.
- A Administração poderá realizar diligência para verificar a exequibilidade da proposta, especialmente quando o desconto apresentado for elevado ou quando houver indícios de incompatibilidade com os custos necessários à execução do objeto.

- A licitante deverá demonstrar, quando solicitada, que o desconto ofertado é exequível e que possui condições de executar os serviços e fornecer as peças e insumos necessários, sem prejuízo da qualidade, segurança e regularidade da contratação.

- A inexecutabilidade não será presumida automaticamente, devendo ser oportunizada à licitante a apresentação de justificativas, documentos, planilhas ou outros elementos que comprovem a viabilidade da proposta, quando cabível.

PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no **Descritivo da Proposta de Preços – Anexo III**, não será inferior a **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua apresentação, conforme disposto no **art. 65, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

O não cumprimento deste prazo poderá resultar na **desclassificação da proposta**, conforme previsto neste edital.

TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA ME, EPP E MEI

Será concedido tratamento favorecido às **microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais**, nos limites previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006**.

Também será assegurado tratamento diferenciado às **sociedades cooperativas** mencionadas no **art. 34 da Lei nº 11.488/2007**, desde que cumpram os requisitos estabelecidos no edital e na legislação aplicável.

Para garantir a efetividade desse tratamento favorecido, serão aplicadas as regras de desempate previstas no **art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006**, permitindo que **ME, EPP e MEI** exerçam o direito de preferência caso suas propostas estejam dentro do limite de **5% (cinco por cento)** em relação à melhor oferta apresentada por empresa de maior porte, observadas as regras próprias do sistema eletrônico e do critério de julgamento por **maior percentual de desconto**.

DA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE CATÁLOGO, FICHA TÉCNICA, DOCUMENTOS TÉCNICOS OU OPERACIONAIS – QUANDO APLICÁVEL

A exigência de apresentação de **catálogo, ficha técnica, prospecto, folder, manual, declaração do fabricante, certificado, registro, laudo, memorial descritivo, documentação técnica ou documento equivalente** será aplicada exclusivamente quando houver previsão expressa no **Termo de Referência**, no instrumento convocatório, ou quando necessária à verificação da conformidade do item, peça, componente, acessório, insumo ou serviço ofertado.

A documentação técnica apresentada deverá conter informações suficientes para identificação e análise do objeto ofertado, tais como, quando aplicáveis: **marca, fabricante, modelo, código da peça, aplicação, compatibilidade com veículo, máquina ou equipamento, composição, dimensões, material de fabricação, características técnicas, certificações, garantias, registros, catálogos, manuais e demais elementos pertinentes**.

A avaliação da documentação terá por finalidade verificar a compatibilidade das **peças, componentes, acessórios, insumos, equipamentos ou serviços ofertados** com as especificações exigidas no edital e seus anexos, podendo abranger, entre outros aspectos objetivos: **conformidade técnica, segurança, desempenho, garantia, procedência, compatibilidade com a frota municipal e atendimento às normas técnicas aplicáveis.**

A análise será realizada pela **equipe técnica responsável, fiscal do contrato ou servidor/setor designado pela Administração**, que emitirá manifestação quanto à aprovação ou reprovação da documentação apresentada, com base nos critérios objetivos definidos no edital e no Termo de Referência.

A não apresentação da documentação no prazo estabelecido, o atraso injustificado ou a apresentação de documento **insuficiente, incompleto ou em desconformidade com as especificações exigidas** poderá ensejar a **recusa da proposta**, observados o contraditório, a possibilidade de diligência, quando cabível, e os critérios previstos no edital.

A Administração poderá realizar **diligências** para complementar informações, esclarecer dúvidas ou confirmar a compatibilidade técnica da peça, componente, acessório, insumo ou serviço ofertado, **vedada a alteração substancial da proposta**, salvo nas hipóteses admitidas pela legislação e pelo edital.

GARANTIA:

A prestação de garantia de execução **poderá ser exigida apenas nos casos em que estiver expressamente prevista no Termo de Referência (Anexo I)** e devidamente justificada em razão da natureza e complexidade do item adjudicado, conforme o disposto no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Quando exigida, a garantia deverá ser proporcional ao valor do item contratado e poderá abranger aspectos como qualidade dos materiais, desempenho adequado do objeto contratado e cumprimento dos prazos e condições estabelecidos no edital.

A garantia, se aplicável, deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades, à escolha do contratado:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

O percentual, o prazo de vigência e demais condições constarão expressamente na minuta contratual correspondente, somente nos casos em que a garantia for exigida.

Caso não haja exigência expressa no Termo de Referência, a Administração se reserva ao direito de não solicitar a garantia.

CONSÓRCIO:

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio nesta licitação.

A vedação se justifica em razão das características do objeto, que consiste no **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de**

manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de São João/PR, com fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos necessários ao pleno funcionamento dos bens públicos, em atendimento às necessidades das diversas Secretarias Municipais.

Trata-se de objeto de **natureza comum**, com execução **parcelada e sob demanda**, envolvendo serviços e fornecimentos compatíveis com o mercado, não se verificando **complexidade técnica excepcional, alta especialização integrada ou vulto extraordinário** que justifique a reunião de empresas em consórcio.

A execução do objeto exige **responsabilidade técnica, operacional e administrativa unificada**, especialmente quanto à realização dos serviços de manutenção, fornecimento de peças e insumos, atendimento das ordens de serviço, cumprimento dos prazos, apresentação de orçamentos prévios, garantia dos serviços executados e responsabilidade direta por eventuais falhas na execução.

Além disso, considerando que a contratação será estruturada por **grupos/lotes**, conforme a natureza da frota e a similaridade dos serviços, a admissão de consórcios não se mostra necessária para ampliar a competitividade, podendo, ao contrário, dificultar a **gestão da Ata de Registro de Preços**, a fiscalização da execução, a apuração de responsabilidades, a aplicação de sanções e o controle dos serviços efetivamente prestados.

Nos termos do **art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021**, a Administração poderá admitir ou vedar a participação de empresas em consórcio, desde que haja justificativa no processo administrativo. No presente caso, a vedação atende aos princípios da **eficiência, competitividade, isonomia, segurança jurídica, fiscalização contratual e interesse público**.

Dessa forma, ficam impedidas de participar desta licitação **empresas reunidas em consórcio**, qualquer que seja sua forma de constituição.

ANEXOS

Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

- **Anexo I** – Termo de Referência;
- **Anexo II** – Documentos de Habilitação;
- **Anexo III** – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- **Anexo IV** – Modelo de Procuração;
- **Anexo V** – Modelo de Declaração Unificada;
- **Anexo VI** – Local de Execução dos Serviços;
- **Anexo VII** – Ata de Registro de Preços;
- **Anexo VIII** – Minuta do Contrato

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- a) O pregão será realizado por meio eletrônico, utilizando o **sistema de compras eletrônicas Compras Gov.**, acessível pelo endereço eletrônico www.gov.br/compras, conforme disposto na **Lei Federal nº 14.133/2021** e regulamentações vigentes.
- b) O certame será conduzido por servidor(a) público(a) **designado(a) para a função de pregoeiro(a)**, com suporte da **equipe de apoio**, responsável pelo monitoramento e gestão dos dados inseridos ou transferidos para o **sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Municipal**.
- c) O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, nos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, e demais normativas aplicáveis.
- d) Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se **credenciar previamente**, obtendo **chave de identificação e senha pessoal**, seguindo as instruções disponíveis na página do sistema.
- d.1) O **credenciamento do interessado e de seu representante legal** no sistema eletrônico **implica sua responsabilidade pelos atos praticados**, presumindo-se sua capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, nos termos do **artigo 13 do Decreto Federal nº 10.024/2019**.
- e) O acompanhamento das operações no sistema eletrônico **é de responsabilidade exclusiva do licitante**, não cabendo à Administração Municipal qualquer ônus decorrente da **perda de negócios, inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou eventual desconexão do licitante durante a sessão pública do pregão**.

2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- a) Poderão participar deste Pregão **pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação** e que apresentem todos os documentos exigidos para habilitação, nos termos deste edital e da legislação aplicável.
- b) Os interessados em participar do pregão deverão possuir **chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração**, conforme especificado no Item 1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.
- c) **É vedada a participação na licitação** de pessoas físicas ou jurídicas que:
- c.1)** tenham sido declaradas inidôneas ou sofrido **sanção impeditiva de contratar com a Administração Pública**, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021;
- c.2)** tenham constituído pessoas jurídicas que foram penalizadas nos termos do item c.1, enquanto perdurarem as penalidades;
- c.3)** possuam sócios em comum com empresas que se enquadrem no item c.2, salvo se comprovada a segregação de responsabilidades jurídicas e financeiras;
- c.4)** não operem no território nacional, estejam sob **falência, dissolução, liquidação** ou sejam pessoas físicas em situação de insolvência;
- c.5)** mantenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante, configurando **conflito de interesse**;
- c.6)** sejam **servidores públicos ou dirigentes de órgãos municipais**, ou empresas das quais esses servidores figurem como sócios, dirigentes ou possuam participação indireta, salvo nos casos permitidos por lei;
- c.7)** sejam pessoas físicas e jurídicas de que trata o **artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021**, incluindo empresas que tenham entre seus sócios agentes públicos com influência na licitação ou que configurem hipótese de impedimento legal;

c.8) sejam autores do anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo vinculado à licitação, isoladamente ou em consórcio, nos casos de obras, serviços ou fornecimento de bens, conforme vedado pelo **artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021**;

c.9) participem **na forma de consórcio**, conforme vedação expressa estabelecida neste edital e fundamentada no **artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

d) **A participação na licitação implica a aceitação integral das condições estabelecidas neste edital e na legislação aplicável**, não cabendo alegação de desconhecimento.

e) Além dessas condições gerais, deverão ser obedecidas eventuais **exigências específicas de participação** fixadas no edital, considerando as peculiaridades do objeto licitado.

f) O(a) pregoeiro(a) verificará o cumprimento das condições de participação por parte das licitantes, com especial atenção à existência de **sanções impeditivas de contratação**, conforme previsto no **artigo 14 e no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021**.

3. PROPOSTA INICIAL

a) Antes de submeter a proposta comercial no sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio:

a.1) **conhecimento e atendimento** às exigências de **habilitação** e demais condições previstas no edital;

a.2) sua condição de **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI)** para usufruir dos benefícios previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações.

b) A **proposta de preço inicial** deverá ser enviada por meio de **formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas**, observando o prazo e os critérios estabelecidos no edital.

b.1) A proposta registrada poderá ser **alterada ou retirada** até a data e hora definidas no edital.

b.2) Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, **o sistema não permitirá inclusão, alteração ou desistência**, nos termos do **artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da **fase de lances**.

d) O(a) pregoeiro(a) **verificará as propostas apresentadas quanto à exequibilidade**, podendo **desclassificar aquelas que não atendam aos requisitos do edital**, conforme previsto no **artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

a) O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a.1) Percentual de desconto ofertado para o respectivo **grupo/lote**, conforme critério de julgamento definido neste edital;

a.2) Descrição do objeto ofertado, conforme especificações constantes no **Termo de Referência – Anexo I**;

a.3) Indicação das condições de execução dos serviços, quando exigido no sistema ou no edital;

a.4) Marca, fabricante, modelo, código, referência ou demais informações técnicas das peças, componentes, acessórios ou insumos, **quando aplicável e quando exigido pela Administração**;

a.5) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação.

b) Todas as especificações constantes da proposta vinculam o licitante, sendo vedadas alterações posteriores que modifiquem sua essência ou contrariem as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

c) O percentual de desconto ofertado deverá compreender todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo **mão de obra, peças, componentes, acessórios, insumos, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos trabalhistas, tributários, previdenciários, comerciais e demais despesas diretas e indiretas**.

d) Os percentuais de desconto ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, são de exclusiva responsabilidade do licitante, não cabendo pedido de alteração posterior sob alegação de erro, omissão ou desconhecimento das condições da contratação.

e) A proposta deverá observar o **desconto mínimo**, a forma de aplicação dos descontos e as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência**, sob pena de desclassificação.

f) Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do edital, que apresentarem condições incompatíveis com o objeto, que deixarem de observar o desconto mínimo exigido ou que contenham ressalvas capazes de comprometer a execução da contratação.

g) A execução dos serviços e o fornecimento de peças, componentes, acessórios e insumos ocorrerão **sob demanda**, mediante orçamento prévio, autorização da Administração e aplicação do percentual de desconto contratado.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

a) A abertura da licitação ocorrerá em **sessão pública**, por meio do sistema eletrônico de compras, na data, horário e local indicados neste edital.

b) O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não atendam aos requisitos estabelecidos no edital e seus anexos, nos termos do **art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

d) O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

e) Iniciada a etapa competitiva, os lances deverão ser enviados exclusivamente pelo sistema eletrônico.

e.1) Os lances deverão ser ofertados na forma de **percentual de desconto**, conforme o critério de julgamento definido neste edital.

f) Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário de abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

g) O licitante somente poderá oferecer lance com **percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

h) O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de **0,01%**, ou outro percentual definido pelo sistema eletrônico.

5.1. MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

i) O presente certame adotará o modo de disputa **aberto e fechado**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e das regras do sistema eletrônico.

j) No modo de disputa aberto e fechado, os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos**, seguidos da apresentação de **lance final e fechado**.

k) A fase inicial de lances terá duração de **15 (quinze) minutos**, período em que os licitantes poderão apresentar lances sucessivos, observadas as regras do sistema eletrônico.

l) Encerrado o prazo inicial de 15 (quinze) minutos, o sistema emitirá aviso de fechamento iminente, iniciando-se período adicional de disputa, com duração aleatória de até **10 (dez) minutos**.

m) Após o encerramento da etapa aberta, o sistema convocará para apresentação de lance final e fechado o licitante que apresentou a **melhor oferta**, assim considerada aquela com o **maior**

percentual de desconto, e os licitantes com ofertas até **10% (dez por cento)** inferiores à melhor oferta.

n) Os licitantes convocados deverão apresentar lance final e fechado no prazo de até **5 (cinco) minutos**, o qual permanecerá sigiloso até o término desse período.

o) Caso não haja, no mínimo, **3 (três) ofertas** nas condições previstas no item anterior, o sistema convocará os licitantes subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de **3 (três)**, para apresentação de lance final e fechado.

p) Encerrada a etapa de lance final e fechado, o sistema ordenará automaticamente as propostas conforme o critério de julgamento de **maior percentual de desconto por grupo/lote**.

5.2. ENCERRAMENTO DA FASE DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

q) O sistema encerrará automaticamente a fase de lances conforme as regras do modo de disputa aberto e fechado, ordenando as propostas de acordo com o critério estabelecido neste edital.

r) Após o encerramento da fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá:

- negociar diretamente com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, buscando **maior desconto ou melhores condições** para a Administração;
- verificar a conformidade da proposta vencedora em relação aos requisitos do edital e do Termo de Referência;
- desclassificar propostas que não atendam às exigências do edital, convocando os próximos classificados, quando necessário.

s) O(a) Pregoeiro(a), assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá justificadamente admitir o reinício da etapa de lances, quando cabível, para assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa ou diante da ausência de lances compatíveis com os requisitos do edital.

5.3. CRITÉRIO DE DESEMPATE E TRATAMENTO FAVORECIDO PARA ME, EPP E MEI

t) Para os grupos/lotos não destinados à participação exclusiva de **Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais — ME, EPP e MEI**, encerrada a etapa de lances, será assegurado o tratamento favorecido previsto nos **arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006**.

u) Considera-se empate, para fins de exercício do direito de preferência, na modalidade pregão, quando a proposta apresentada por **ME, EPP ou MEI** for igual ou até **5% (cinco por cento) inferior** à melhor oferta, considerando-se, neste certame, que a melhor proposta será aquela com o **maior percentual de desconto**, desde que a melhor oferta não tenha sido apresentada por empresa enquadrada nessas condições.

v) Ocorrendo o empate ficto, a **ME, EPP ou MEI** mais bem classificada poderá apresentar proposta com **percentual de desconto superior** àquela considerada vencedora do certame, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

w) Não havendo o exercício do direito de preferência ou persistindo empate entre duas ou mais propostas em igualdade de condições, serão aplicados, sucessivamente, os critérios de desempate previstos no **art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021**, nesta ordem:

I – disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, preferencialmente mediante registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

III – desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV – desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

x) Persistindo o empate após a aplicação dos critérios anteriores, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I – empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

II – empresas brasileiras;

III – empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV – empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.4. NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA FINAL

y) Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, com o objetivo de obter **maior percentual de desconto ou condições mais vantajosas** para a Administração, vedada a alteração das condições estabelecidas neste edital.

z) A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, assegurada a publicidade dos atos e o acompanhamento pelos demais licitantes.

aa) Concluída a negociação, o(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que encaminhe, no prazo de **02 (duas) horas**, a proposta ajustada ao **percentual de desconto final ofertado**, acompanhada, se necessário, dos documentos complementares exigidos para verificação da conformidade da proposta.

bb) O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por decisão do(a) Pregoeiro(a), mediante solicitação devidamente fundamentada apresentada pelo licitante, via sistema, antes do seu encerramento.

cc) Finalizada a negociação e apresentada a proposta ajustada, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase de **aceitação e julgamento da proposta**.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

a) Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, ao **percentual de desconto ofertado**, ao atendimento das condições do Edital e à compatibilidade com os parâmetros previstos no Termo de Referência e seus anexos, nos termos do **art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

b) Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar:

b.1) desconto inferior ao mínimo exigido no Edital ou no Termo de Referência;

b.2) percentual de desconto incompatível com as regras de aplicação previstas no Edital e no Termo de Referência;

b.3) condição que altere a forma de execução, medição, faturamento ou aplicação dos descontos previstos no instrumento convocatório;

b.4) proposta manifestamente inexecutável ou que não demonstre viabilidade de execução, quando solicitada comprovação pelo(a) Pregoeiro(a);

b.5) informações incompletas, inconsistentes, incompatíveis ou em desconformidade com as especificações e condições exigidas.

c) No julgamento por **maior percentual de desconto**, a Administração poderá realizar diligência quando o desconto ofertado for elevado, quando houver indícios de inviabilidade econômica ou quando a proposta apresentar elementos que possam comprometer a adequada execução do objeto.

d) Para comprovação da exequibilidade, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar documentos, planilhas, demonstrativos, contratos, notas fiscais, composições de custos, declarações, comprovação de estrutura operacional ou outros elementos idôneos que demonstrem a viabilidade da proposta.

e) A inexecuibilidade não será presumida automaticamente, devendo ser oportunizada ao licitante a apresentação de justificativas e documentos que comprovem a viabilidade da proposta, quando cabível.

f) Qualquer interessado poderá solicitar diligências para verificar a exequibilidade ou legalidade das propostas apresentadas, mediante apresentação de provas ou indícios que fundamentem a dúvida.

g) Caso seja necessária a suspensão da sessão pública para realização de diligências, esta será retomada somente após aviso prévio no sistema, com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas**, ficando o registro da ocorrência consignado em ata.

h) O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para envio de documentos complementares digitalizados por meio do sistema, no prazo definido em convocação, sob pena de não aceitação da proposta.

h.1) O prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação justificada do licitante apresentada via sistema antes de seu vencimento, a critério do(a) Pregoeiro(a).

h.2) Entre os documentos que poderão ser solicitados, incluem-se catálogos, fichas técnicas, declarações, memoriais descritivos, demonstrativos de composição, comprovação de estrutura operacional, documentos de origem ou demais elementos que permitam verificar a conformidade da proposta, quando aplicável.

6.1. DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS OU OPERACIONAIS – QUANDO APLICÁVEL

a) A exigência de apresentação de documentos técnicos ou operacionais será aplicada exclusivamente quando houver previsão no Termo de Referência, no Edital ou quando necessária à verificação da conformidade da proposta.

b) Poderão ser solicitados, quando aplicável, catálogos, fichas técnicas, prospectos, manuais, declarações, certificados, laudos, registros, relatórios, documentos de origem, comprovação de estrutura operacional ou documentos equivalentes.

c) A documentação apresentada deverá conter informações suficientes para identificação e análise da conformidade do objeto ofertado, observadas as especificações previstas no Edital e no Termo de Referência.

d) A análise será realizada pelo(a) Pregoeiro(a), equipe de apoio, equipe técnica, fiscal designado ou setor competente da Administração, podendo resultar na aprovação, solicitação de esclarecimentos ou recusa da proposta.

e) A não apresentação da documentação no prazo estabelecido, o atraso injustificado ou a apresentação de documento insuficiente, incompleto, ilegível ou incompatível com as exigências do Edital poderá ensejar a recusa da proposta, observada a possibilidade de diligência, quando cabível.

f) A Administração poderá realizar diligências para complementar informações, esclarecer dúvidas ou confirmar a compatibilidade da proposta, vedada a alteração substancial da proposta ou a inclusão posterior de condição que deveria constar originalmente.

6.2. NEGOCIAÇÃO E PROCEDIMENTOS EM CASO DE DESCLASSIFICAÇÃO

a) Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, observada a ordem de classificação.

b) O(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão e informar nova data e horário para sua continuidade por meio do sistema eletrônico.

c) O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, via sistema eletrônico, contraproposta ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, com o objetivo de obter **maior percentual de desconto** ou condições mais vantajosas para a Administração, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

c.1) Caso o(a) Pregoeiro(a) não aceite a proposta e passe à subsequente, poderá negociar melhores condições com o licitante classificado em seguida.

c.2) A negociação será conduzida pelo sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.3. CRITÉRIO DE EMPATE E TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME, EPP E MEI

a) Nos grupos/lotes que não sejam exclusivos para a participação de **ME, EPP e MEI**, caso a proposta não seja aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar para o próximo classificado, haverá nova verificação pelo sistema para eventual ocorrência de empate ficto, conforme previsto nos **arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006**.

b) Encerrada a análise da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, conforme as disposições deste Edital.

c) O licitante provisoriamente vencedor em um grupo/lot, que estiver concorrendo em outro, deverá comprovar cumulativamente os requisitos de habilitação, somando as exigências dos grupos/lotes em que for provisoriamente classificado, quando houver exigências específicas ou capacidade operacional mínima, sob pena de inabilitação e aplicação das sanções cabíveis.

c.1) Se não houver comprovação cumulativa, a inabilitação poderá recair sobre o(s) grupo(s)/lote(s) cuja retirada seja suficiente para a habilitação do licitante nos demais, observada a vantajosidade, a ordem de classificação e o interesse público.

6.4. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO POR MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO

6.4.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **maior percentual de desconto por grupo/lot, conforme previsto neste Edital e no Termo de Referência – Anexo I**.

6.4.2. Durante a fase de lances no sistema **Compras.gov.br**, os licitantes deverão ofertar o percentual de desconto incidente sobre o respectivo grupo/lot, observadas as regras estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

6.4.3. O desconto mínimo admitido será de:

- **5% (cinco por cento) para mão de obra;**
- **5% (cinco por cento) para peças originais.**

6.4.4. Os lances serão ofertados por grupo/lot, tomando-se como referência o percentual de desconto aplicado às peças originais, sendo que o mesmo percentual de desconto será aplicado à mão de obra, conforme regra definida no Termo de Referência.

6.4.5. O percentual de desconto aplicado às peças genuínas deverá ser, obrigatoriamente, superior em, no mínimo, **10 (dez) pontos percentuais** ao desconto aplicado às peças originais.

Exemplo: caso a licitante ofereça **15%** de desconto para peças originais, o desconto mínimo obrigatório para peças genuínas deverá ser de **25%**.

6.4.6. Para efeito de julgamento e classificação, será considerada vencedora a proposta que apresentar o **maior percentual de desconto válido para o respectivo grupo/lot, desde que atendidas todas as exigências do Edital e do Termo de Referência**.

6.4.7. Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar ao licitante classificado em primeiro lugar que apresente, no prazo de **02 (duas) horas**, a proposta ajustada ao desconto final ofertado, acompanhada, quando necessário, de planilha ou demonstrativo contendo:

- percentual de desconto ofertado para o grupo/lot;
- percentual aplicado à mão de obra;

- percentual aplicado às peças originais;
- percentual aplicado às peças genuínas;
- demonstração de compatibilidade com as regras do Edital e do Termo de Referência.

6.4.8. A proposta ajustada deverá ser enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, contendo a identificação completa do licitante.

6.4.9. Serão desclassificadas as propostas que:

- apresentarem desconto inferior ao mínimo exigido;
- não observarem a diferença mínima de **10 pontos percentuais** entre peças originais e peças genuínas;
- alterarem a forma de aplicação do desconto prevista no Edital;
- apresentarem condição incompatível com o objeto ou com o Termo de Referência;
- não comprovarem a exequibilidade da proposta, quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a).

6.4.10. A aplicação do desconto contratado ocorrerá durante a execução da Ata de Registro de Preços, mediante orçamento prévio, autorização da Administração e verificação da compatibilidade dos valores apresentados com os parâmetros previstos no Termo de Referência.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

a) Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a **proposta comercial**, contendo a descrição do objeto ofertado e o **percentual de desconto proposto**, conforme modelo do **Anexo III**, até a data e horário estabelecidos neste edital.

b) O envio da proposta ocorrerá por meio da **chave de acesso e senha** cadastradas no sistema eletrônico.

c) Os documentos exigidos para fins de habilitação constam no **Anexo II – Documentos de Habilitação** deste edital e serão exigidos do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, na forma, prazo e condições definidos pelo(a) Pregoeiro(a), por meio do sistema eletrônico.

7.1. VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LICITANTES

d) Antes da análise da documentação de habilitação do licitante melhor classificado, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de **impedimentos ou sanções restritivas do direito de licitar ou contratar**, mediante consulta aos sistemas e cadastros oficiais aplicáveis, especialmente:

i) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**;

ii) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – **TCU**;

iii) Cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública no Tribunal de Contas do Estado do Paraná – **TCE-PR**.

d.1) A consulta poderá ser realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, quando cabível, para verificação de eventual impedimento legal ou indícios de burla à aplicação de sanções.

d.1.1) Caso a consulta aponte ocorrências impeditivas indiretas ou indícios de fraude, a Administração poderá promover diligências para apuração da situação concreta.

d.1.1.1) A eventual tentativa de burla poderá ser analisada à luz de elementos como **vínculos societários, identidade de sócios, atuação coordenada, similaridade operacional** e outros indícios juridicamente relevantes.

d.1.1.2) Antes da adoção de decisão desfavorável, o licitante será convocado para manifestação, assegurado o **contraditório e a ampla defesa**, na forma da legislação aplicável.

d.2) Constatada a existência de sanção impeditiva ou de ausência de condição de participação, o licitante será **inabilitado ou desclassificado**, conforme a fase em que a irregularidade for constatada.

d.3) Não havendo impeditivos, a habilitação do fornecedor poderá ser verificada por meio do **SICAF**, relativamente aos documentos por ele abrangidos.

d.3.1) É de responsabilidade do licitante manter atualizados os documentos constantes dos sistemas oficiais utilizados pela Administração, para que estejam vigentes na data da sessão pública ou da convocação para habilitação.

d.3.2) Caso os documentos não estejam atualizados nos sistemas consultados, o licitante deverá apresentá-los na forma exigida pelo edital, sob pena de inabilitação, ressalvada a possibilidade de emissão direta pela Administração nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos emissores, quando cabível.

7.2. APRESENTAÇÃO E APROVEITAMENTO DE DOCUMENTOS

e) Os documentos exigidos para fins de habilitação que já constem em sistemas oficiais, cadastros públicos ou bases eletrônicas acessíveis à Administração poderão ser consultados diretamente pelo(a) Pregoeiro(a), desde que estejam **válidos, atualizados e aptos à verificação eletrônica**.

f) Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados por meio eletrônico, em formato digital, observadas as exigências do edital, admitida posterior verificação de autenticidade e validade pela Administração.

f.1) Quando exigida proposta ajustada, planilha, demonstrativo de descontos ou documento complementar, o licitante deverá apresentar as informações de forma compatível com o **percentual de desconto final ofertado**, observadas as regras do edital e do Termo de Referência.

7.3. REGRAS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

g) As **ME, EPP e MEI** deverão apresentar toda a documentação de habilitação exigida, ainda que contenha restrições quanto à regularidade fiscal ou trabalhista, observando-se o tratamento favorecido previsto na **Lei Complementar nº 123/2006**.

g.1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo legal para regularização, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a licitante tenha atendido às demais exigências de habilitação.

7.4. RESPONSABILIDADES DOS LICITANTES

h) Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, assumindo o ônus por eventual perda de negócios decorrente da inobservância de mensagens do sistema ou de sua desconexão.

i) Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

j) Não será estabelecida ordem de classificação entre as propostas apresentadas antes da abertura da sessão, sendo esta definida somente após os procedimentos de disputa, negociação e julgamento.

k) Não serão aceitos dois ou mais lances com o mesmo percentual de desconto, prevalecendo aquele que for registrado primeiro no sistema eletrônico.

l) Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do **maior percentual de desconto registrado**, sem identificação do licitante.

m) Em caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a) durante a etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para envio de novos lances.

n) Se a desconexão do sistema eletrônico do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo que comprometa a continuidade regular da sessão, esta poderá ser suspensa e reiniciada posteriormente, mediante comunicação prévia aos participantes no próprio sistema eletrônico.

7.5. PUBLICIDADE E ACESSO ÀS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

o) Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado serão disponibilizados para análise do(a) Pregoeiro(a) e, quando cabível, para acesso público, após o encerramento da fase competitiva, observadas as regras do sistema eletrônico, a legislação aplicável e a proteção de informações sigilosas.

o.1) A proposta ajustada deverá refletir o **percentual de desconto final ofertado**, bem como as regras de aplicação dos descontos sobre **mão de obra, peças, componentes, acessórios e demais insumos**, conforme previsto no Termo de Referência.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

a) A proposta deverá ser formulada de acordo com o **percentual de desconto final ofertado na disputa**, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e assinada pelo representante legal do licitante ou procurador devidamente constituído, preferencialmente com certificação digital, quando exigido pelo sistema ou pelo edital.

O documento deverá conter, conforme modelo definido neste edital:

- **Identificação da licitação;**
- **CNPJ e nome empresarial completo do licitante;**
- **Descrição do grupo/lote ofertado**, conforme especificado no **Termo de Referência – Anexo I;**
- **Percentual de desconto final ofertado para o grupo/lote;**
- Percentuais aplicáveis, quando exigido, para **mão de obra, peças originais, peças genuínas, componentes, acessórios e demais insumos;**
- Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido neste edital.

a.1) A proposta definitiva deverá observar o **percentual de desconto final ofertado**, bem como as regras de aplicação dos descontos previstas no edital e no Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

a.2) O(a) Pregoeiro(a) poderá corrigir erros materiais ou falhas evidentes nas propostas que não comprometam sua substância, validade jurídica ou o percentual de desconto ofertado, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, nos termos do **art. 64, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.3) Os percentuais de desconto deverão ser informados com até **duas casas decimais após a vírgula**, observadas as regras do sistema eletrônico.

a.4) Durante a execução da Ata de Registro de Preços, o valor final dos serviços, peças, componentes, acessórios e demais insumos será apurado mediante **orçamento prévio**, autorização da Administração e aplicação do percentual de desconto contratado.

b) Nos termos do **art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a totalidade dos custos necessários ao cumprimento dos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo constante no edital.

c) Nos termos do **art. 82, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021**, o licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital, quando admitido no Termo de Referência, obrigando-se a cumprir o fornecimento ou a execução nos limites da proposta apresentada, desde que preservado o atendimento às condições mínimas exigidas pela Administração.

d) A proposta deverá contemplar todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo **mão de obra, peças, componentes, acessórios, insumos, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, comerciais e demais despesas diretas e indiretas**.

e) A apresentação da proposta implica plena aceitação das condições estabelecidas neste edital, no Termo de Referência e nos demais anexos, bem como o compromisso de executar o objeto conforme o **percentual de desconto contratado**, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9. OS RECURSOS

a) Qualquer licitante poderá **manifestar, em campo próprio do sistema**, de forma **imediata e motivada**, sua intenção de recorrer, sob pena de **preclusão**, em relação às fases de **julgamento e habilitação**, possuindo o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentação das **razões recursais** após a formalização do término da etapa que antecede a **adjudicação**, nos termos do **artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.1) As **razões recursais** devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico, com **certificação digital ICP-Brasil**.

a.2) Os demais licitantes serão **automaticamente intimados a apresentar contrarrazões** ao recurso no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, **devendo ser assinadas com certificação digital ICP-Brasil**.

b) A **ausência da apresentação das razões recursais no prazo fixado** resultará na **decadência do direito de recorrer**, conforme **artigo 166 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) As **razões e contrarrazões de recurso** que não forem apresentadas conforme as disposições anteriores, ou que forem **subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para representar o licitante**, não serão conhecidas pelo(a) **pregoeiro(a)**.

d) Os autos do **processo administrativo de licitação** estarão à disposição dos interessados no **Portal da Transparência do Município**, no site: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>

e) O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento, não afetando os demais atos válidos do procedimento licitatório.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

a) Após a **análise da aceitabilidade da proposta**, regularidade da documentação e **habilitação do licitante vencedor**, bem como eventual **verificação de amostras exigidas**, o(a) **pregoeiro(a)** encaminhará o **procedimento licitatório à autoridade competente para adjudicação e homologação**, nos termos do **artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

b) Será permitida a **adjudicação e homologação parcial** do procedimento licitatório, quando o objeto licitado **for dividido em lotes distintos**, conforme **critérios previamente estabelecidos no edital**.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Após a homologação da licitação pela autoridade competente, o Município convocará o(s) adjudicatário(s) para assinatura da **Ata de Registro de Preços**, preferencialmente por meio eletrônico, pelo representante legal da licitante ou por procurador devidamente constituído, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

11.2. O não atendimento à convocação, a recusa injustificada ou a omissão do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracterizará descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas neste Edital e na legislação vigente, sem prejuízo da convocação dos licitantes remanescentes.

11.3. Caso o primeiro classificado não assine a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para assinatura da Ata nas condições propostas pelo licitante vencedor ou, quando admitido, nas condições ofertadas pelos remanescentes, desde que compatíveis com o interesse público e vantajosas para a Administração.

11.4. Poderá ser incluído na Ata de Registro de Preços anexo contendo o registro dos licitantes que aceitarem fornecer ou executar o objeto nas mesmas condições do adjudicatário, observada a classificação da licitação, para formação de **cadastro reserva**, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamento aplicável.

11.5. A Ata de Registro de Preços terá validade de **01 (um) ano**, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade das condições registradas em relação às praticadas no mercado, nos termos do **art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

11.6. A existência de preços ou condições registradas não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, quando cabível.

11.7. A assinatura da Ata de Registro de Preços, do contrato, da nota de empenho, ordem de fornecimento, ordem de serviço ou instrumento equivalente vincula as partes ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos, condições de execução, obrigações e responsabilidades estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e na legislação vigente.

11.8. Para assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação exigidas no certame, inclusive quanto à regularidade fiscal, trabalhista, econômico-financeira, técnica e demais exigências previstas no Edital, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes.

11.9. A contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será formalizada por meio de **contrato, nota de empenho, ordem de fornecimento, ordem de serviço, autorização de fornecimento ou outro instrumento equivalente**, conforme o caso, observadas as condições previstas neste Edital e seus anexos.

11.10. Os quantitativos e valores previstos na Ata de Registro de Preços são **estimativos**, não constituindo obrigação de contratação total pela Administração, sendo as solicitações realizadas conforme a necessidade da Secretaria requisitante, respeitados os limites registrados.

11.11. A execução ou fornecimento ocorrerá de forma **parcelada e sob demanda**, mediante solicitação da Administração, autorização do setor competente e observância das condições registradas na Ata de Registro de Preços.

11.12. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência da Ata, as condições ofertadas e assumidas no certame, observadas as regras previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos.

11.13. Os preços ou condições registrados poderão ser alterados ou revisados nas hipóteses legalmente admitidas, mediante solicitação formal e devidamente fundamentada do fornecedor ou por iniciativa da Administração, quando demonstrada alteração relevante nas condições de mercado que comprometa a execução nas condições originalmente pactuadas, observadas as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e do regulamento aplicável.

11.14. A revisão dos preços ou condições registrados dependerá de comprovação efetiva da ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que inviabilizem a execução nas condições originalmente registradas, devendo o pedido ser instruído com documentos idôneos, planilhas, notas fiscais, contratos, orçamentos ou outros elementos capazes de demonstrar a variação alegada.

11.15. A eventual alteração, revisão, cancelamento ou atualização dos preços ou condições registrados somente produzirá efeitos após análise técnica e autorização da autoridade competente, mediante formalização do respectivo termo ou apostilamento, conforme o caso.

11.16. O reajuste, quando cabível, observará o interregno mínimo de **12 (doze) meses**, contado da data do orçamento estimado ou da data de apresentação da proposta, conforme definido no instrumento convocatório, mediante aplicação do índice previsto no Edital ou outro que venha a substituí-lo, observada a legislação vigente.

11.17. O reajuste dependerá de solicitação formal do fornecedor, acompanhada da demonstração do período aquisitivo e do cálculo correspondente, devendo ser analisado e autorizado pela Administração antes de sua aplicação.

11.18. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado deverá cumprir todas as obrigações assumidas, manter a regularidade de sua documentação, atender às solicitações emitidas pela Administração e observar integralmente as condições previstas no Termo de Referência.

11.19. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, nas hipóteses previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no regulamento aplicável e neste Edital, especialmente quando o fornecedor descumprir as condições registradas, recusar-se injustificadamente a atender às solicitações, não mantiver as condições de habilitação ou quando as condições registradas deixarem de ser vantajosas para a Administração e não houver êxito na negociação.

12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

a) O adjudicatário será convocado para assinar o contrato, retirar a nota de empenho ou aceitar outro instrumento equivalente, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, podendo esse prazo ser prorrogado, a critério da Administração, sob pena de decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas neste Edital e na legislação aplicável.

a.1) Alternativamente à convocação presencial, a Administração poderá encaminhar o instrumento contratual para assinatura por meio eletrônico, postal ou outro meio admitido, devendo o adjudicatário devolvê-lo devidamente assinado no prazo fixado na convocação.

b) Para a formalização da contratação, o adjudicatário deverá **manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital**, bem como apresentar os documentos complementares eventualmente exigidos pela Administração.

c) Antes da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, a Administração poderá realizar consulta aos **cadastros, sistemas e bases oficiais pertinentes**, a fim de verificar a regularidade do adjudicatário e a manutenção das condições necessárias à contratação.

d) Os pagamentos serão realizados na forma prevista no edital, no Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável, mediante crédito em conta bancária de titularidade do contratado, indicada para esse fim.

e) Caso o adjudicatário não apresente as comprovações exigidas ou se recuse a assinar o contrato, retirar a nota de empenho ou aceitar instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da contratação, observadas as condições estabelecidas na legislação aplicável, sem prejuízo da eventual revogação da licitação, quando cabível.

e.1) A recusa injustificada do adjudicatário, ou a não comprovação das condições exigidas para contratação, poderá ensejar a aplicação das **sanções administrativas cabíveis**, nos termos do edital e da legislação vigente.

e.2) Se nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos admitidos pela legislação, a Administração poderá adotar as providências legalmente cabíveis.

f) O **recebimento do objeto**, a **medição** quando cabível, o **atesto da execução** e o **pagamento** observarão os prazos, condições, critérios e procedimentos previstos no edital, no Termo de Referência, na minuta contratual e nos demais anexos.

g) Em caso de atraso no pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido para a mora, será devida a correspondente **compensação financeira**, na forma estabelecida no contrato e na legislação aplicável.

h) Antes de cada pagamento, a Administração poderá verificar a manutenção das condições de habilitação do contratado, bem como exigir a documentação necessária à regular liquidação da despesa, nos termos do edital, do contrato e da legislação vigente.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

a) O licitante ou contratado que praticar **infração administrativa** ficará sujeito às sanções previstas no **art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021**, observadas as disposições do **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, quando aplicáveis, sem prejuízo de eventual **responsabilização civil e penal**.

b) Constituem **sanções administrativas aplicáveis**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021:

I – **advertência**;

II – **multa**;

III – **impedimento de licitar e contratar**;

IV – **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**.

c) A sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no **art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

d) A sanção de **multa** será aplicada nas hipóteses previstas no Edital, no contrato e na legislação aplicável, **não podendo ser inferior a 0,5% nem superior a 30%**, calculada sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, nos termos do **art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

e) A **multa moratória**, em caso de **atraso injustificado** na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual, será de **0,3% ao dia**, calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, limitada ao percentual máximo previsto em lei e sem prejuízo da possibilidade de **rescisão contratual** e aplicação de outras sanções cabíveis.

f) A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos II, III, IV, V, VI e VII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

g) A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos VIII, IX, X, XI e XII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**.

h) A aplicação das sanções observará a **natureza e a gravidade da infração**, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível, bem como os princípios da **proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa**.

i) A aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** dependerá de **processo de responsabilização**, a ser conduzido nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o **contraditório** e a **ampla defesa**.

j) A **multa** poderá ser aplicada **cumulativamente** com as demais sanções previstas neste item, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

k) Se a **multa aplicada** e as **indenizações cabíveis** forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser **cobrada judicialmente**.

l) A aplicação das sanções previstas neste item **não exclui**, em hipótese alguma, a obrigação de **reparação integral do dano** causado à Administração Pública.

m) Sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, eventual **responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas** pela prática de atos contra a Administração Pública

observará, quando cabível, as disposições da **Lei Federal nº 12.846/2013** e demais normas aplicáveis.

n) As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas cadastrais pertinentes, inclusive no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, quando exigido pela legislação aplicável.

o) Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no **Decreto Municipal nº 3.118/2023** e demais normas aplicáveis.

14. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer e se comprometem a cumprir as normas de prevenção e combate à fraude, corrupção e atos lesivos à Administração Pública, especialmente a **Lei Federal nº 8.429/1992**, a **Lei Federal nº 12.846/2013**, a **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

É vedado às partes, seus representantes, prepostos, administradores, empregados ou terceiros vinculados oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou receber, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pagamento, doação, compensação, benefício ou favorecimento relacionado ao procedimento licitatório, à contratação ou à execução do objeto.

Também são vedadas práticas que possam comprometer a lisura, a competitividade, a igualdade entre os licitantes, a fiscalização, o equilíbrio econômico-financeiro, a execução contratual ou o interesse público, incluindo fraude, conluio, combinação de propostas, manipulação de preços, documentos falsos ou qualquer outro ato ilícito.

A contratada deverá adotar conduta ética e transparente durante toda a execução contratual, responsabilizando-se pelos atos praticados por seus sócios, administradores, empregados, representantes, subcontratados, prepostos ou terceiros que atuem em seu nome.

A ocorrência de fraude, corrupção ou qualquer ato lesivo à Administração poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no edital, no contrato e na legislação vigente, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e penal cabível.

15. DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

a) O Município realizará **todas as retenções tributárias exigidas por lei**, observando as disposições da **legislação federal, estadual e municipal aplicáveis**.

b) O Município efetuará a **retenção do imposto de renda na fonte** sobre **todos os rendimentos pagos pelo ente público municipal**, conforme a **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012** da Receita Federal, que regulamenta a aplicação do **inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988**.

b.1) As **alíquotas aplicáveis** serão aquelas previstas nos **anexos da IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**, bem como nas normas complementares da Receita Federal do Brasil, nos termos do **artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996**.

b.2) As **hipóteses de retenção do imposto de renda na fonte**, bem como eventuais **deduções na base de cálculo**, deverão ser **explicitamente informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas**, assim como os casos de **isenção ou dispensa de retenção**, nos termos da **IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**.

b.3) As retenções serão efetuadas no momento do pagamento dos valores devidos pela prestação dos serviços ou fornecimento dos bens contratados, desde que devidamente atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, conforme disposto no inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Todas as referências de tempo deste Edital correspondem ao horário oficial de Brasília-DF, nos termos do Decreto Federal nº 6.932/2009.

b) Caso ocorra decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no Edital, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, sem necessidade de nova comunicação.

c) O(a) pregoeiro(a) poderá, se necessário, promover diligências para esclarecer ou complementar informações constantes do processo licitatório, nos termos do artigo 64, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

d) O licitante será responsável por eventuais perdas de negócios decorrentes da inobservância de mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema eletrônico, ainda que ocorra desconexão durante o certame, conforme previsto no artigo 63, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

e) A não apresentação de qualquer documento exigido ou a apresentação com prazo de validade expirado resultará na desclassificação ou inabilitação do licitante, salvo se for possível a regularização nos termos do artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

f) A contratada deverá garantir livre acesso da Administração e dos órgãos de controle interno e externo aos documentos e registros contábeis referentes ao objeto contratado, sempre que solicitado, garantindo transparência e fiscalização efetiva.

g) Os documentos que não mencionarem prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias a partir da data de emissão, salvo disposição legal em contrário ou indicação específica no edital.

h) Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico indicado no item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a) poderá verificar a autenticidade e veracidade dos documentos apresentados, garantindo conformidade com as exigências do certame.

i) O(a) pregoeiro(a) poderá relevar falhas meramente formais que não comprometam a lisura do processo e o conteúdo essencial da proposta, podendo ainda promover diligências para esclarecer ou complementar informações, inclusive solicitando pareceres técnicos, conforme o artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

j) A realização desta licitação não implica obrigação de contratação total ou parcial do montante estimado. A autoridade competente poderá revogar o certame total ou parcialmente por razões de interesse público ou anulá-lo por ilegalidade, mediante decisão fundamentada, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

k) O foro competente para dirimir eventuais questões não solucionadas administrativamente será o da Comarca de São João, PR, conforme estabelecido na legislação aplicável.



O servidor responsável pela **subscrição deste Edital e seus anexos declara que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Gestor Municipal.**

Município de São João/PR, em 03 de junho de 2026.

Anderson Camargo Cardoso
Agente de Contratação

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de São João/PR, compreendendo a execução de serviços técnicos especializados, bem como o fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos necessários ao pleno funcionamento dos bens públicos, a serem realizados de forma contínua, sob demanda e conforme as necessidades das diversas Secretarias Municipais.

A contratação abrange a totalidade da frota municipal, incluindo veículos leves, pesados, máquinas e equipamentos, contemplando intervenções de natureza mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica e demais serviços correlatos, necessários à conservação, recuperação e manutenção da capacidade operacional dos bens, assegurando sua disponibilidade, segurança e adequado desempenho no atendimento das atividades administrativas e operacionais do Município.

2. DA MODALIDADE E FORMA DE CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, com adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** e formalização mediante **Ata de Registro de Preços**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto como serviço comum e a necessidade de assegurar ampla competitividade, transparência, eficiência e economicidade na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A escolha da modalidade Pregão Eletrônico revela-se tecnicamente adequada e juridicamente obrigatória para a presente contratação, tendo em vista tratar-se de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, permitindo a comparação entre propostas de forma clara e isonômica, além de propiciar maior alcance competitivo, com participação ampliada de fornecedores em âmbito nacional, redução de custos operacionais e incremento da eficiência do procedimento licitatório.

No que se refere à forma de contratação, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais adequada diante da **natureza contínua, recorrente e imprevisível da demanda por serviços de manutenção da frota municipal**, a qual está diretamente condicionada a fatores variáveis, tais como intensidade de uso dos veículos, condições das vias, desgaste natural dos componentes, ocorrência de falhas mecânicas e eventuais sinistros, elementos que inviabilizam a definição prévia, exata e definitiva dos quantitativos a serem contratados ao longo da vigência contratual.

Nesse contexto, o SRP permite que a Administração realize contratações de forma **parcelada, flexível e sob demanda**, de acordo com a efetiva necessidade, evitando tanto a subcontratação, que poderia comprometer a continuidade dos serviços públicos, quanto a supercontratação, que resultaria em desperdício de recursos públicos e formação de obrigações desnecessárias.

Ademais, a utilização do Sistema de Registro de Preços proporciona relevantes ganhos de eficiência administrativa, ao possibilitar a padronização dos procedimentos de manutenção, a racionalização das contratações, a redução da necessidade de instauração de múltiplos processos licitatórios para atendimento de demandas semelhantes e a otimização do planejamento orçamentário, garantindo maior controle sobre os gastos públicos e melhor alocação dos recursos disponíveis.

Importante destacar, ainda, que o modelo adotado permite resposta mais célere às demandas operacionais das Secretarias Municipais, assegurando a pronta execução dos serviços de manutenção e reduzindo o tempo de indisponibilidade dos veículos, fator diretamente relacionado à continuidade e à eficiência da prestação dos serviços públicos.

Dessa forma, a combinação entre **Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preços** apresenta-se como a solução mais eficiente, segura e vantajosa para a Administração, encontrando respaldo no Estudo Técnico Preliminar e nos princípios que regem as contratações públicas, especialmente os da legalidade, do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público, garantindo adequada instrução processual e mitigação de riscos de questionamentos por órgãos de controle.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento a ser adotado no presente certame será o de **maior percentual de desconto**, incidente sobre os valores de peças, componentes e acessórios, bem como sobre os serviços de mão de obra necessários à execução da manutenção preventiva e corretiva da frota municipal.

O desconto mínimo será de 5% para peças originais e 5% para mão de obra, os lances serão ofertados por grupo a partir do desconto nas peças originais, sendo que esse será o mesmo percentual de desconto aplicado para mão de obra.

O percentual de desconto aplicado às peças genuínas deverá ser superior em, no mínimo, 10 (dez) pontos percentuais acima ao aplicado nas Peças Originais. Ex: se a licitante oferecer 15% (quinze por cento) de desconto para as Peças Originais, o desconto para as Peças Genuínas será de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento).

O percentual mínimo foi definido com base em práticas de mercado e contratações similares, garantindo viabilidade econômica sem restringir a competitividade.

A escolha desse critério decorre de análise técnica aprofundada realizada no âmbito do Estudo Técnico Preliminar, que evidenciou a **inadequação da fixação prévia de preços unitários rígidos** para os itens que compõem o objeto, tendo em vista a elevada variabilidade dos preços praticados no mercado automotivo, a diversidade de marcas, modelos e especificações técnicas dos veículos e equipamentos, bem como a constante atualização dos valores de peças e serviços em função de fatores econômicos e logísticos.

Nesse contexto, a adoção do critério de maior percentual de desconto permite que a Administração Pública mantenha os valores contratados **dinamicamente alinhados às condições reais de mercado**, garantindo maior fidedignidade na formação dos preços, mitigando riscos de sobrepreço ou defasagem contratual e assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa ao longo de toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

Adicionalmente, o modelo de desconto sobre referências de mercado promove maior transparência e controle da execução contratual, uma vez que possibilita à Administração aferir, a cada solicitação de serviço, a compatibilidade dos valores apresentados pela contratada com parâmetros objetivos e verificáveis, tais como tabelas de fabricantes, concessionárias autorizadas e sistemas referenciais amplamente reconhecidos, fortalecendo os mecanismos de fiscalização e governança.

Importa destacar que a adoção do maior percentual de desconto, especialmente em contratações de natureza continuada e sob demanda, como é o caso da manutenção da frota, revela-se prática

consolidada na Administração Pública, sendo amplamente reconhecida como metodologia apta a proporcionar ganhos de economicidade, eficiência e competitividade, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados.

Sob o aspecto concorrencial, o critério adotado também contribui para a ampliação da competitividade do certame, na medida em que permite a participação de empresas com diferentes estruturas de custo e estratégias comerciais, incentivando a apresentação de propostas mais vantajosas e estimulando a disputa efetiva entre os licitantes.

Por fim, ressalta-se que a aplicação do percentual de desconto ofertado incidirá exclusivamente sobre os valores previamente orçados e aprovados pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo que o pagamento se dê de forma estritamente vinculada aos serviços efetivamente executados e às peças efetivamente fornecidas, em estrita observância aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

4. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação revela-se imprescindível à adequada manutenção das condições de operacionalidade, segurança e disponibilidade da frota municipal, a qual constitui instrumento essencial para a execução das atividades administrativas, operacionais e finalísticas do Município de São João/PR. Os veículos, máquinas e equipamentos integrantes da frota são utilizados de forma contínua e intensiva no atendimento de políticas públicas e serviços essenciais, notadamente nas áreas de saúde, educação, assistência social, obras, transporte, agricultura e serviços urbanos, de modo que sua indisponibilidade compromete diretamente a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população.

A dinâmica de utilização da frota municipal, caracterizada por elevado grau de desgaste decorrente do uso contínuo, exposição a condições adversas e diversidade de aplicações, exige a realização permanente de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com vistas a preservar a integridade dos bens, prolongar sua vida útil e evitar falhas mecânicas que possam ocasionar paralisações inesperadas, aumento de custos operacionais e riscos à segurança de servidores, usuários e terceiros. A ausência ou inadequação da manutenção implica, ainda, a necessidade de intervenções emergenciais, geralmente mais onerosas e menos eficientes, além de potencial comprometimento da economicidade e da racionalidade administrativa.

Nesse contexto, a manutenção preventiva assume papel estratégico, na medida em que permite a identificação antecipada de desgastes e falhas potenciais, possibilitando a adoção de medidas corretivas em momento oportuno, reduzindo a ocorrência de danos mais graves e dispendiosos. Paralelamente, a manutenção corretiva, quando necessária, deve ser realizada de forma célere e tecnicamente adequada, garantindo o pronto restabelecimento das condições de uso dos veículos e a continuidade dos serviços públicos.

A execução desses serviços pela Administração, por meios próprios, mostra-se inviável sob o ponto de vista técnico, operacional e econômico, diante da inexistência de estrutura interna adequada, da necessidade de mão de obra altamente especializada, da exigência de equipamentos específicos e da complexidade inerente à diversidade da frota municipal. Assim, a contratação de empresa especializada apresenta-se como a alternativa mais eficiente, permitindo o acesso a tecnologia, expertise técnica e capacidade operacional compatíveis com as demandas identificadas, ao mesmo tempo em que promove a racionalização dos recursos públicos.

Ademais, a centralização da contratação por meio de procedimento licitatório estruturado, com adoção de critérios técnicos adequados e mecanismos de controle eficazes, possibilita maior

padronização dos serviços, previsibilidade de custos, controle da execução contratual e mitigação de riscos, contribuindo para o aprimoramento da governança pública e para a obtenção de melhores resultados sob os aspectos da eficiência, economicidade e interesse público.

Importa destacar, ainda, que a contratação encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar, o qual analisou as alternativas disponíveis e concluiu pela viabilidade técnica e econômica da solução adotada, evidenciando que a contratação por meio de empresa especializada, sob o regime de Sistema de Registro de Preços, constitui a forma mais adequada para atendimento das demandas da Administração, em razão da natureza contínua, variável e imprevisível dos serviços de manutenção da frota.

Dessa forma, a presente contratação não apenas se justifica, como se impõe como medida necessária à preservação do patrimônio público, à garantia da continuidade dos serviços essenciais e à adequada aplicação dos recursos públicos, em estrita observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, conforme preconizado na Lei nº 14.133/2021.

5. DA JUSTIFICATIVA DO VALOR GLOBAL ESTIMADO

O valor global estimado da presente contratação foi definido com base em critérios técnicos, operacionais e históricos, não se tratando de valor fixo ou obrigatório de execução, mas sim de parâmetro referencial destinado ao adequado planejamento da contratação, à definição do limite máximo de aceitabilidade das propostas e ao controle da execução contratual, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços.

Para a sua definição, foram considerados, de forma integrada e criteriosa, o histórico de contratações anteriores do Município com objeto similar, abrangendo o consumo de peças, componentes e serviços de manutenção ao longo dos últimos exercícios, bem como a análise das condições atuais da frota municipal, caracterizada por utilização contínua, desgaste progressivo dos sistemas mecânicos e estruturais e necessidade recorrente de intervenções preventivas e corretivas.

A estimativa levou em conta, ainda, a necessidade de atendimento imediato das demandas operacionais das diversas Secretarias Municipais, as quais dependem diretamente da disponibilidade da frota para execução de serviços públicos essenciais, de modo que eventuais indisponibilidades decorrentes de falhas mecânicas ou ausência de manutenção adequada podem gerar impactos significativos na prestação dos serviços à população.

Foram igualmente considerados os aspectos relacionados à natureza dinâmica e imprevisível das demandas de manutenção, incluindo a possibilidade de surgimento de novas intervenções ao longo da vigência contratual, decorrentes de fatores como aumento da intensidade de uso dos veículos, ocorrência de falhas inesperadas, acidentes, variações nas condições de operação e necessidade de adequações técnicas, bem como a realização de revisões periódicas indispensáveis à preservação da segurança, da funcionalidade e da conformidade dos equipamentos com as recomendações dos fabricantes.

Adicionalmente, a estimativa de valor foi construída a partir de referências de mercado, obtidas por meio de consultas a bancos de preços públicos, sistemas especializados e outras fontes idôneas, compatíveis com a natureza do objeto, de modo a assegurar que os valores adotados reflitam, de forma razoável e atualizada, as condições praticadas no setor, servindo como base segura para aferição da vantajosidade das propostas apresentadas no certame.

Importa destacar que, em razão da adoção do critério de julgamento por maior percentual de desconto, o valor global estimado assume caráter ainda mais relevante como instrumento de controle e planejamento, uma vez que a execução financeira efetiva estará condicionada à aplicação dos descontos ofertados pelos licitantes sobre os valores referenciais, o que potencializa a economicidade da contratação ao longo de toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

Ressalta-se, por fim, que o valor estimado não implica obrigação de contratação integral, sendo a execução condicionada à efetiva necessidade da Administração, em estrita observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e responsabilidade fiscal, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma racional, planejada e alinhada ao interesse público.

6. DA TABELA DE LOTES, VEÍCULOS E VALORES

GRUPO 01 - CAMINHÕES VW			Valor Total R\$ 200.000,00	
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	VW 16.200 – Ano 1998 - Placa AHX-9148	196,63	80.000,00	120.000,00
2	VW 15.180 WORKER - Ano 2011 - Placa AUR-5754			
3	VW 26.280 CRM 6X4 – Ano 2014 - Placa AYR-6158			
4	VW 26.280 CRM 6X4 – Ano 2014 - Placa AYQ-6D99			
5	Caminhão 26.280, VW, 2021/2022 Placa RVA4E63			
6	Caminhão 26.280, VW, 2021/2022 – Placa SHB3H74			
7	Caminhão VW, mod. 8.120 EUR 03, 2006, c/ tanque 5.000 lt. Placa KUP-7F33			
GRUPO 02 - CAMINHÕES FORD			Valor Total R\$ 200.000,00	
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Cargo 1317 E – Ano 2009 - Placa ARJ-2985	196,63	80.000,00	120.000,00
2	Cargo 2622 E – Ano 2009 - Placa ARZ-7032			
3	Cargo 1317 E – Ano 2009 - Placa ARJ-5H14			
4	Cargo 1630 – Ano 2002 - Placa AKP-1462			
5	Caminhão Basculante, mod. Ford F-14.000, ano 1990 Placa AAM-0316			
GRUPO 03 - CAMINHÕES MERCEDES BENZ			Valor Total R\$ 200.000,00	
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	MB ATRON 2729 K 6x4 –Ano 2014 – Placa AYG - 6916	196,63	80.000,00	120.000,00
2	MB Atron 2729 K 6x4 – Ano 2015 - Placa BAI - 2679			
3	MB ATEGO 1419-Ano 222/2022- Placa SDP7B73.			
4	Caminhão Accelo 815/44Mercedes Benz 2015/2016 Placa BAU-7627			
5	Caminhão Carga M. Benz/aTEGO, 2025/2026 Placa TBZ-3I80			
6	Caminhão Carga M. Benz/aTEGO, 2025/2026 Placa TBZ-3J25			
7	Caminhão Carga M. Benz/aTEGO, 2025/2026 Placa TBZ-3I77			
8	Caminhão Carga M. Benz/aTEGO, 2025/2026 Placa TBZ-4A34			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

GRUPO 04 - ÔNIBUS/MICRO-ÔNIBUS VOLKSWAGEN			Valor Total	R\$ 200.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Micro ônibus VW Masca Gramini – Ano 2009/2010 - Placa ASA 5386	196,63	80.000,00	120.000,00
2	Micro ônibus VW Masca Gramini – Ano 2009/2010 – Placa ASA 3D48			
3	Ônibus VW 15.190 EDD – Ano 2011 - Placa AUJ 2C19			
4	Ônibus VW/15 POLO SENIOR MIDI – 2018/2019 – Placa BCO 5255			
5	Micro ônibus, 32 P, 2024/2025 Placa TBN-7B07			
GRUPO 05 - ÔNIBUS/MICRO-ÔNIBUS IVECO			Valor Total	R\$ 50.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Ônibus CityClass 70C16 – Ano 2011 – Placa AUI 8H76 (APAE)		20.000,00	30.000,00
GRUPO 06 - ÔNIBUS/MICRO-ÔNIBUS MARCOPOLO VOLARE			Valor Total	R\$ 100.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Ônibus Marcopolo Volare W9 – 2016/2017 – Placa BAU 2H22	196,63	40.000,00	60.000,00
2	Ônibus Marcopolo Volare V8L Escolar – EURO V – 2018/2019 – Placa BCX 5B42 (APAE)			
3	Ônibus Rural Escolar, 167/21 mod. ORE, MPOLO Volare, 2022 (Estado) - RHX-6F17			
4	Ônibus Rural Escolar, 167/21 mod. ORE, MPOLO Volare, 2022 (Estado) - RHX-6F36			
5	Micro Ônibus, Volare WL Executivo, 2022/2023 – Placa SEB-1J25			
GRUPO 07 - VEÍCULOS TOYOTA			Valor Total	R\$ 12.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Toyota Bandeirantes 1986 – Placa AIP 2963	196,63	4.800,00	7.200,00
GRUPO 08 - VEÍCULOS FIAT			Valor Total	R\$ 40.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Fiat Ducato – C Rontan 2005/2005 – Placa AMT 7409	196,63	16.000,00	24.000,00
2	Fiat Ducato – Ambulância 2014/2014 – Placa AYZ 9907			
GRUPO 09 - VEÍCULOS RENAULT DIESEL			Valor Total	R\$ 100.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Renault/Master Allt Amb 1, 2015/2016 (Estado) – Placa AZM-0I62	196,63	40.000,00	60.000,00
2	Renault Master Ambulância 2.3 2022/2023 – Placa SEE-6D41			
3	Renault Master Revescap L3H2 2022/2023 – Placa SEG2F53			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

4	Renault/Master Reves A / Ambulância, 2018/2019 – Placa BCQ-7945			
5	Ambulância Renaul Master, M NIKS, 2024/2025 Placa TBH-OE55			
GRUPO 10 - VEÍCULOS MERCEDES LEVE			Valor Total	R\$ 80.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Sprinter Microonibus I/M. Benz 2015/2016 – Placa BAQ 2724	196,63	32.000,00	48.000,00
GRUPO 11 - VEÍCULO NISSAN			Valor Total	R\$ 40.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Nissan Frontier 4x4 XE, 2004/2005 – AMO-7G26	196,63	16.000,00	24.000,00
2	Nissan Versa ADVNC CVT, 2024/2025 Placa TAW-6J25			
3	Nissan Versa ADVNC CVT, 2024/2025 Placa TAW-6E72			
GRUPO 12 - VEÍCULO VOLVO			Valor Total	R\$ 100.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Caminhão Volvo VM 330 6x4R, 2013/2014 – Placa IVG-3D21	196,63	40.000,00	60.000,00
GRUPO 13 - VEÍCULO HONDA			Valor Total	R\$ 20.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	HONDA CIVIC LXL ANO 2012 – Placa AVE8D67	196,63	8.000,00	12.000,00
GRUPO 14 - VEÍCULOS CITROEN			Valor Total	R\$ 25.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Citroen Aircross M Fell 2016/2017 – Placa BAX 5938	196,63	10.000,00	15.000,00
2	Citroen Aircross Start MT 2019/2020 – Placa PBX-9D19			
GRUPO 15 - VEÍCULO RENAULT			Valor Total	R\$ 12.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Renault Logan Expression 1.6 2013/2013 – Placa AXB 6440	196,63	4.800,00	7.200,00
GRUPO 16 - VEÍCULOS FIAT RENAULT			Valor Total	R\$ 10.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Fiat Fiorino Placa 1991 – Placa GKM 6691	196,63	4.000,00	6.000,00
2	Fiat Doblo Essence 1.8 2015/2016 – Placa BAF 8963			
3	Fiat Palio EX, 61CV, 1999 Placa AII-3D07			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/>

• Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br

• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR

• (46) 99133-9003

GRUPO 17 - VEÍCULO AGRALE			Valor Total	R\$ 20.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Micro-ônibus Agrale Masca Gramini – Placa ASE 1F98	196,63	8.000,00	12.000,00
GRUPO 18 - VEÍCULO VOLKSWAGEM			Valor Total	R\$ 60.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	VW/ Saveiro CS RB MPI, ano/mod 2023 Placa SEN-8D69	196,63	24.000,00	36.000,00
2	VW/ Saveiro CS RB MPI, ano/mod 2023 Placa SEN-8D68			
3	Veículo TAOS CL TSI AE VW, preto, ano 2023 Placa SEL-8H11			
4	Veículo VW/VOYAGE CL MB, 1.6 Confortline 2015/2016 Placa AYU-8I73			
5	Veículo VW Gol TL MCV, 2017/2018 Placa BBQ-4909			
6	Veículo VW/Gol 1.0 2005/2006 Placa ANI-5I51			
7	Kombi VW Escolar, 2000/2001 Placa AJQ-4570			
8	Veículo Gol 1.0 Flex 2011/2012 Placa AUQ-1743			
9	Veículo Gol TL MCV, 2018/2018 Placa BCC-3599			
10	Veículo VW Gol , mod CL 106 MI, 1998 Placa AHR-1486			
11	Veículo VW Gol 1.0 Ecomotion GIV, mod 5W1JL4, ano 2011 Placa ATW-0741			
12	Veículo Saveiro 1.6, 2011/2012 Placa AUB-8941			
13	Veículo Gol TL MCV, 2018/2018 Placa BCC-3602			
14	Veículo Gol TL MCV, 2018/2018 Placa BCD-3075			
15	Veículo Voyage CL- MBV 2018/2018 Placa BCD-3A76			
16	Veículo VW/Gol 1.0L MC4, 2021/2022 Placa BEX-4F64			
17	Veículo VW/Gol 1.0L MC4, 2021/2022 Placa RHA-4C64			
18	Veículo VW/Gol 1.0L MC4, 2021/2022 Placa RHA-2E83			
19	Veículo VW/Gol 1.0L MC4, 2021/2022 Placa RHB-3I25			
20	Veículo Saveiro CL 1.6 ano 1997 Placa GMM-9646			
GRUPO 19 - VEÍCULO CHEVROLET			Valor Total	R\$ 50.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Veículo Spin 1.8 LTZ 2018/2018 Placa BCH-2034	196,63	20.000,00	30.000,00
2	Veículo Chevrolet Corsa Classic LS, 2016 Placa BAL-8018			
3	Veículo Spin 1.8 LTZ 2018/2018 Placa BCC-3G01			
4	Veículo Montana Conquest GM Placa HCS-9436			
5	Veículo Chevrolet Corsa Classic , 2009 Placa ARU-0381			
6	Veículo Chevrolet Corsa Classic , 2008 Placa APT-4299			
7	Veículo Chevrolet Corsa Classic LS 2014/2015 Placa AYS-3799			
8	Veículo Spin 1.8L AT LTZ, 2022/2023 Placa SDY-0J68			
GRUPO 20 - VEÍCULO FIAT			Valor Total	R\$ 30.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Camioneta Fiat Fiorino Placa AIB-1274	196,63	12.000,00	18.000,00
2	Fiat/ Strada Freedom CD13 Placa TAW-6E89			
3	Fiat/ Strada Freedom CD13 Placa TAW-6E90			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

GRUPO 21 - VEÍCULO HYUNDAI			Valor Total	R\$ 30.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Veículo HB20 1.0 Confort, 2014 Placa AYD-9G64	196,63	12.000,00	18.000,00
2	Veículo HB20 1.0 Sense, 2020/2020 Placa BEC-5J67			
3	Veículo HB20 1.0 Sense, 2020/2020 Placa BEC-5J68			
GRUPO 22 - MÁQUINAS XCMG			Valor Total	R\$ 250.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Escavadeira Hidráulica XCMG - MOD XE215BR - 2017	196,63	100.000,00	150.000,00
2	Escavadeira Hidráulica XCMG - MOD XE150BR - 2018			
3	Escavadeira Hidráulica XCMG - MOD XE150BR - 2022			
4	Motoniveladora XCMG - MOD GR1803BR – 2022			
5	Retroescavadeira XCMG - MOD XC870BR-I – 2023			
GRUPO 23 - MÁQUINAS NEW HOLLAND			Valor Total	R\$ 70.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Retroescavadeira Modelo LB90 4x2 - NEW HOLLAND - 2008	196,63	28.000,00	42.000,00
2	Trator Agrícola de Rodas NEW HOLLAND - Mod T15100			
3	Rolo Compactador New Holland V110			
4	Rolo Compactador New Holland V110			
GRUPO 24 - MÁQUINAS FOTON			Valor Total	R\$ 50.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Pá carregadeira MOD FL936F – 2013	196,63	20.000,00	30.000,00
GRUPO 25 - MÁQUINAS NEW CATERPILLAR			Valor Total	R\$ 150.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Motoniveladora CATTERPILLAR - MOD CAT 120H - 2001	196,63	60.000,00	90.000,00
2	Motoniveladora CATTERPILLAR - CAT 120K - MOD KHX5034, 2013			
GRUPO 26 - MÁQUINAS JCB			Valor Total	R\$ 200.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Retroescavadeira JCB- MOD-3X – 2022	196,63	80.000,00	120.000,00
2	Pá carregadeira JCB - MOD 422ZX – 2016			
3	Retroescavadeira e Pá Carregadeira Frontal, JCB, mod. 3C - 2013			
GRUPO 27 - MÁQUINAS KOMATSU			Valor Total	R\$ 150.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Trator de Esteira MOD D51EX-22	196,63	60.000,00	90.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

GRUPO 28 - MÁQUINAS DYNAPAC			Valor Total R\$ 100.000,00	
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Rolo Compactador, modelo CA15 – 2001	196,63	40.000,00	60.000,00

LOTE 29 - MÁQUINAS MULLER			Valor Total R\$ 200.000,00	
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Rolo Compactador, VAP 70 – 2008	196,63	80.000,00	120.000,00
2	Rolo Compactador, VAP 70 – 2012			

GRUPO 30 - MÁQUINAS CASE			Valor Total R\$ 150.000,00	
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Retroescavadeira CASE 580L – 2006	196,63	60.000,00	90.000,00
2	Motoniveladora CASE 140HP – 2010			

GRUPO 31 - MÁQUINAS BOB CAT			Valor Total R\$ 150.000,00	
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Mini Carregadeira BOB CAT S570 STD – 2019	196,63	60.000,00	90.000,00

GRUPO - MÁQUINAS LIUGONG			Valor Total	R\$ 330.000,00
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão-de obra por hora R\$	Mão de obra R\$	Valor Peças R\$
1	Motoniveladora – LIUGONG/CLG4180D	196,63	132.000,00	198.000,00
2	Motoniveladora – LIUGONG/CLG4180D			
3	Motoniveladora – LIUGONG/CLG4180D			
4	Trator de Esteiras – LIUGONG/LD20D			
VALOR TOTAL R\$		3.379.000,00		

☐ Global. Justificativa:

☒ Por Grupo. Justificativa: A opção pela contratação **por grupo de itens** decorre de análise técnica e operacional detalhada, em consonância com o Estudo Técnico Preliminar e com o disposto no § 3º, incisos I e II, do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Embora a regra geral das contratações públicas recomende o parcelamento do objeto sempre que tecnicamente e economicamente viável, de modo a ampliar a competitividade e assegurar o melhor aproveitamento das condições de mercado, verifica-se que, no caso específico da **manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos oficiais**, os serviços apresentam **elevado grau de interdependência técnica, funcional e operacional**, formando uma unidade indissociável.

Os serviços de manutenção veicular exigem diagnóstico integrado, padronização de procedimentos, continuidade na execução e responsabilidade técnica única sobre o conjunto das intervenções realizadas em cada veículo. O fracionamento excessivo do objeto, com a contratação de múltiplas empresas para serviços correlatos, poderia gerar conflitos de responsabilidade,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

dificuldades na apuração de falhas, prejuízos à segurança operacional da frota e comprometimento da eficiência administrativa.

Ademais, a eventual contratação de mais de um prestador para serviços interdependentes dificultaria sobremaneira a fiscalização contratual, a rastreabilidade das intervenções realizadas e a identificação de responsabilidades em caso de vícios, falhas ou danos decorrentes da execução dos serviços, aumentando os riscos jurídicos e operacionais para a Administração.

A contratação por grupo, ao concentrar a execução dos serviços em uma única empresa responsável por cada conjunto de itens correlatos, **facilita o controle, a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual**, assegura maior padronização dos serviços, reduz riscos de falhas técnicas e contribui para a obtenção de melhores resultados sob os aspectos da eficiência, da economicidade e da segurança jurídica.

Ressalta-se, por fim, que a forma de contratação por grupo é **compatível com a realidade do mercado**, amplamente adotada em contratações de manutenção veicular por entes públicos, havendo comprovada disponibilidade de empresas aptas a executar o objeto nas condições propostas, sem prejuízo da competitividade do certame.

Dessa forma, a adoção do critério de contratação **por grupo de itens** mostra-se tecnicamente justificada, juridicamente adequada e plenamente alinhada ao interesse público, em estrita consonância com o Estudo Técnico Preliminar e com a Lei nº 14.133/2021.

☐ Por Item

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal deverá observar fluxo operacional formalmente estruturado, com vistas a assegurar controle efetivo da execução contratual, rastreabilidade das intervenções realizadas, transparência na formação dos custos e estrita observância aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

O atendimento às demandas terá início mediante solicitação formal da Administração, emitida pela Secretaria demandante ou pelo setor responsável pela gestão da frota, na qual serão identificados o veículo ou equipamento, a natureza da necessidade e demais informações relevantes à adequada prestação do serviço. Recebida a solicitação, a contratada deverá proceder à realização de diagnóstico técnico detalhado, por profissional habilitado, com a finalidade de identificar as causas da falha ou a necessidade de intervenção preventiva, devendo tal diagnóstico ser realizado com observância às boas práticas do setor e às especificações técnicas dos fabricantes.

Concluída a análise técnica, a contratada deverá apresentar orçamento prévio circunstanciado, no prazo de até 06 (seis) horas após a solicitação formal, contendo a descrição minuciosa dos serviços a serem executados, a relação das peças, componentes e insumos necessários, os quantitativos correspondentes, os valores referenciais adotados e a aplicação do percentual de desconto ofertado no certame, de modo a permitir à Administração a adequada verificação da compatibilidade dos preços com as condições de mercado e com os parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência.

O orçamento apresentado será submetido à análise da Administração, que poderá, a seu critério, promover diligências complementares, inclusive mediante consulta a outras fontes de referência, com o objetivo de aferir a razoabilidade dos valores e a necessidade das intervenções propostas, sendo vedada a execução de quaisquer serviços sem a prévia e expressa autorização do órgão

competente. Tal procedimento constitui mecanismo essencial de controle, destinado à mitigação de riscos de sobrepreço, execução desnecessária de serviços ou substituição indevida de peças.

Uma vez autorizado o orçamento, a contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da emissão da Ordem de Serviço.

Nos casos classificados como urgentes — especialmente aqueles relacionados às áreas de saúde e transporte escolar — os serviços deverão ser integralmente concluídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, considerando a necessidade de imediata recomposição da disponibilidade da frota e a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Para os casos não urgentes ou de maior complexidade e proporção, o prazo para conclusão dos serviços será de até 15 (quinze) dias, admitida prorrogação por igual período, desde que devidamente justificada pela contratada e previamente formalizada e aceita pela Administração.

A classificação da demanda como urgente ou não urgente será definida no momento da emissão da Ordem de Serviço, na qual constará expressamente o enquadramento e os respectivos prazos aplicáveis.

Em todos os casos, deverão ser observados os princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público, de modo a evitar prejuízos à execução das atividades institucionais do Município.

Quando a execução dos serviços demandar a realização no interior da oficina da contratada, e houver necessidade de deslocamento do veículo até o respectivo estabelecimento, caberá à contratada a integral responsabilidade pela remoção do bem, sem quaisquer ônus ao Município. Tal obrigação abrange, inclusive, a utilização de serviço de guincho, caso necessário, devendo todas as despesas decorrentes correrem exclusivamente por conta da contratada, garantindo-se, assim, a continuidade da prestação do serviço sem prejuízo à Administração Pública.

Durante a execução, deverão ser adotados todos os cuidados técnicos necessários à preservação da integridade dos veículos e à segurança dos envolvidos, sendo vedada a realização de intervenções que não tenham sido previamente aprovadas, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela Administração.

Concluídos os serviços, a contratada deverá apresentar relatório técnico detalhado das intervenções realizadas, contendo a descrição dos serviços executados, a identificação das peças substituídas, a indicação das causas da falha, quando aplicável, e demais informações relevantes, de forma a permitir a adequada conferência e atesto por parte da fiscalização contratual. A Administração, por meio de seus fiscais, procederá à verificação da conformidade dos serviços executados e das peças fornecidas com o orçamento aprovado, podendo, caso constatada qualquer irregularidade, determinar a correção das falhas ou a substituição dos itens, sem ônus adicional.

Importa destacar que toda a execução contratual deverá ser devidamente registrada, de forma a assegurar a rastreabilidade das intervenções, o controle do histórico de manutenção dos veículos e a transparência dos gastos públicos, permitindo a geração de informações gerenciais que subsidiem o planejamento de futuras contratações e a tomada de decisões administrativas.

Adicionalmente, a contratada deverá observar rigorosamente os prazos estabelecidos para atendimento, apresentação de orçamento e execução dos serviços, sendo o descumprimento injustificado passível de aplicação das sanções administrativas cabíveis, considerando o impacto direto que eventuais atrasos podem causar na prestação dos serviços públicos.

Dessa forma, o modelo de execução ora estabelecida busca garantir não apenas a adequada prestação dos serviços, mas também a integridade do processo de contratação, a eficiência da gestão contratual e a máxima proteção ao interesse público, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

8. DAS PEÇAS E MATERIAIS

As peças, componentes, acessórios e demais insumos a serem empregados na execução dos serviços de manutenção deverão ser, obrigatoriamente, **novos, de primeiro uso, de procedência comprovada e compatíveis com as especificações técnicas dos veículos e equipamentos**, observando-se rigorosamente as recomendações dos fabricantes e as normas técnicas aplicáveis ao setor automotivo.

Admite-se a utilização de peças originais, genuínas ou equivalentes de qualidade comprovada, desde que atendam integralmente aos requisitos técnicos exigidos, apresentem desempenho compatível com os padrões do fabricante e não comprometam a segurança, a funcionalidade ou a durabilidade dos sistemas nos quais serão aplicadas. Em qualquer hipótese, é expressamente vedada a utilização de peças reconcondicionadas, remanufaturadas, recicladas ou de procedência duvidosa, salvo quando expressamente autorizadas pela Administração em situações tecnicamente justificadas, hipótese em que deverão ser observados critérios rigorosos de qualidade e rastreabilidade.

A contratada deverá assegurar que todas as peças e materiais empregados possuam **garantia mínima compatível com as práticas de mercado**, responsabilizando-se pela substituição imediata de quaisquer itens que apresentem defeitos de fabricação, falhas de desempenho ou incompatibilidade com o veículo ou equipamento, sem ônus adicional para a Administração. A garantia deverá abranger não apenas o fornecimento da peça, mas também eventuais custos decorrentes de sua substituição, incluindo mão de obra e demais encargos envolvidos.

Para fins de controle e transparência, a contratada deverá apresentar, juntamente com o orçamento prévio, a **descrição detalhada das peças a serem utilizadas**, incluindo marca, modelo, código do fabricante, quantitativo, valor de referência e percentual de desconto aplicado, possibilitando à Administração a verificação da compatibilidade dos preços com os parâmetros de mercado e com as condições pactuadas na Ata de Registro de Preços.

A Administração poderá, a qualquer tempo, exigir da contratada a apresentação de documentos comprobatórios da origem das peças fornecidas, tais como notas fiscais de aquisição, certificados de qualidade, catálogos técnicos ou quaisquer outros elementos que permitam aferir sua procedência e conformidade, bem como realizar inspeções técnicas ou diligências para validação das informações apresentadas, constituindo tais medidas instrumentos essenciais de controle e mitigação de riscos de fornecimento inadequado ou superfaturamento.

A contratada deverá, ainda, manter controle rigoroso sobre as peças substituídas, assegurando sua adequada identificação e, quando solicitado, disponibilizando-as à Administração para conferência, especialmente nos casos em que haja dúvida quanto à necessidade de substituição ou à efetiva realização do serviço, contribuindo para a transparência da execução contratual e para o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização.

Importa destacar que a adequada especificação, fornecimento e controle das peças e materiais constituem elemento central da contratação, uma vez que impactam diretamente na segurança operacional dos veículos, na durabilidade das intervenções realizadas e na economicidade da

gestão da frota, razão pela qual seu tratamento neste Termo de Referência observa rigor técnico e jurídico compatível com a relevância do objeto.

Dessa forma, o conjunto de exigências ora estabelecido visa assegurar que as peças e materiais utilizados na execução contratual atendam aos mais elevados padrões de qualidade, confiabilidade e rastreabilidade, garantindo a proteção do patrimônio público, a segurança dos usuários e a eficiência da prestação dos serviços públicos, em plena conformidade com os princípios da legalidade, da economicidade, da eficiência e do interesse público.

9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. A contratada obriga-se a executar integralmente o objeto contratado com observância rigorosa das especificações técnicas, dos prazos estabelecidos, das normas aplicáveis e das diretrizes fixadas neste Termo de Referência, assegurando padrão elevado de qualidade, segurança e confiabilidade nos serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal. Deverá manter, durante toda a vigência da contratação, **capacidade técnica, operacional e financeira compatível com a complexidade do objeto**, disponibilizando instalações adequadas, equipamentos específicos, ferramentas apropriadas e equipe técnica qualificada, em número suficiente para atendimento simultâneo das demandas da Administração, inclusive em situações de maior urgência ou volume de serviços.

9.2. A contratada obriga-se a socorrer os veículos da Prefeitura de São João, os quais encontrarem-se sem condições de deslocamento pelas avarias, em locais de ação de serviço da Prefeitura Municipal e transportá-los até a sede da empresa sob conta e responsabilidade da proponente, no prazo máximo de 2 (duas) horas após o recebimento da solicitação. O traslado dos veículos até a sede da proponente ou até o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, conforme o caso, para a realização de reparos não acarretará nenhum ônus para o município, sendo de total responsabilidade da empresa contratada.

9.3. A contratada deverá manter local coberto para armazenar os veículos quando necessário à espera de peças.

9.4. Em caso de incidentes (incêndio, desabamento, vendaval, inundação e outros) nas instalações físicas da proponente, será de sua inteira responsabilidade a conservação de estado da/o(s) máquina(s)/veículo(s).

9.5. A Prefeitura de São João reserva-se no direito de rejeitar qualquer serviço ou peça que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução dos serviços e também isenta a Prefeitura Municipal de responsabilidade quanto ao cumprimento dos termos de garantia dos serviços.

9.6. A proponente deverá dar plena e total garantia de no mínimo 90 (noventa) dias aos serviços prestados, contra qualquer problema que venha a ocorrer.

9.7. A contratada deverá fornecer, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, etc., necessários para a completa realização dos serviços, inclusive os materiais necessários para a limpeza de peças e acessórios quando o veículo estiver em manutenção, bem como executar a respectiva lavagem final antes da entrega do mesmo ao Órgão.

9.8. Os serviços de revisão e/ou manutenção nos veículos deverão ser executados nas próprias instalações da licitante vencedora, exceto em casos excepcionais e devidamente justificados e

comprovados pela contratada, é que os veículos poderão ser trasladados para outro local diferente, devendo para tal a proponente obter autorização expressa da Prefeitura Municipal.

9.9. Compete à contratada realizar diagnóstico técnico preciso e fundamentado, elaborar orçamento prévio detalhado e executar apenas os serviços previamente autorizados pela Administração, observando a correta aplicação do percentual de desconto ofertado sobre os valores de referência. Deverá empregar, na execução dos serviços, **peças e materiais novos, de procedência comprovada e compatíveis com as especificações dos fabricantes**, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos itens fornecidos, pela adequada instalação e pelo perfeito funcionamento dos sistemas atendidos. Incumbe-lhe, ainda, assegurar garantia dos serviços e das peças, promovendo, sem ônus adicional, a correção de eventuais falhas, vícios ou inadequações identificadas no período de garantia.

9.10. A contratada deverá manter **controle e rastreabilidade de todas as intervenções realizadas**, com registro de serviços executados, peças substituídas, causas das falhas e demais informações técnicas pertinentes, apresentando relatórios sempre que solicitado, de forma a subsidiar a fiscalização e a gestão contratual. Obriga-se, também, a permitir e facilitar o acesso da Administração aos seus estabelecimentos, documentos e registros relacionados à execução contratual, colaborando com as atividades de fiscalização, auditoria e controle, inclusive mediante apresentação de notas fiscais de aquisição de peças, catálogos técnicos e demais comprovantes de procedência e conformidade.

9.11. Responderá a contratada, de forma integral e objetiva, por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, dolo ou culpa, próprios ou de seus empregados, prepostos ou representantes, na execução do objeto, não sendo tal responsabilidade excluída ou reduzida em razão da fiscalização exercida pela Administração. Deverá, ainda, cumprir rigorosamente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e de segurança do trabalho, assumindo todos os encargos decorrentes da relação com seus empregados, bem como garantir o uso adequado de equipamentos de proteção individual e coletiva, quando aplicável.

9.12. À contratante incumbe promover a adequada gestão e fiscalização do contrato, designando formalmente gestores e fiscais responsáveis pelo acompanhamento técnico, administrativo e financeiro da execução, competindo-lhe verificar a conformidade dos serviços prestados, a adequação das peças fornecidas e o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada. Deverá, ainda, analisar e autorizar previamente os orçamentos apresentados, podendo realizar diligências para aferição da compatibilidade dos valores com os praticados no mercado, bem como rejeitar serviços ou materiais que não atendam às especificações estabelecidas, determinando sua correção ou substituição.

9.13. Compete à contratante efetuar os pagamentos devidos, desde que comprovada a execução regular dos serviços e o fornecimento adequado das peças, mediante atesto do fiscal do contrato, bem como disponibilizar à contratada as informações necessárias à adequada execução do objeto, incluindo dados técnicos dos veículos e orientações quanto às prioridades de atendimento. Deverá, igualmente, manter registros atualizados das intervenções realizadas, garantindo a rastreabilidade da manutenção da frota e subsidiando o planejamento de futuras contratações.

9.14. Ambas as partes obrigam-se a atuar com observância aos princípios da boa-fé, da transparência, da cooperação e da eficiência, adotando todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado, à prevenção de conflitos e à solução célere de eventuais divergências, sempre com vistas à preservação do interesse público e à adequada execução contratual.

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A execução contratual será acompanhada, gerida e fiscalizada de forma sistemática e contínua pela Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante designação formal de gestor e fiscais do contrato, responsáveis pelo controle técnico, administrativo e financeiro da contratação, com vistas a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, a conformidade dos serviços executados e a adequada aplicação dos recursos públicos.

A **gestão contratual**, caberá ao senhor **Paulo Sérgio Girardi**, ao qual compreende o conjunto de atividades voltadas ao planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação da execução do contrato, competindo ao gestor designado adotar as providências necessárias ao seu regular andamento, inclusive quanto à comunicação com a contratada, à solução de eventuais intercorrências, à análise de desempenho e à adoção de medidas corretivas quando identificadas inconsistências ou desvios em relação às condições pactuadas.

A **fiscalização técnica**, por sua vez, caberá ao senhor **Marcos Francisco Zanella**, que terá por finalidade verificar a qualidade dos serviços prestados, a adequação das peças e materiais empregados, a observância das especificações técnicas, dos prazos estabelecidos e das condições previstas neste Termo de Referência, cabendo ao fiscal técnico proceder à análise dos orçamentos apresentados, à conferência dos serviços executados, ao atesto das notas fiscais e à validação da conformidade das intervenções realizadas com as autorizações previamente concedidas.

A **fiscalização administrativa**, caberá à senhora **Kauani Antunes dos Anjos**, que deverá acompanhar os aspectos formais da execução contratual, incluindo o cumprimento das obrigações legais e contratuais pela contratada, especialmente no que se refere à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como à manutenção das condições de habilitação durante toda a vigência da contratação, além de auxiliar na instrução de eventuais processos de aplicação de sanções administrativas.

Todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual deverão ser devidamente registradas em instrumentos próprios, garantindo a rastreabilidade das ações, a transparência dos procedimentos e a formação de histórico de execução, o que possibilita a adequada instrução de processos administrativos, a avaliação de desempenho da contratada e o aprimoramento contínuo da gestão da frota municipal.

No âmbito da execução dos serviços de manutenção, a fiscalização deverá atuar de forma preventiva e concomitante, especialmente na análise dos orçamentos apresentados pela contratada, verificando a necessidade das intervenções propostas, a compatibilidade dos valores com as referências de mercado e a correta aplicação do percentual de desconto ofertado, constituindo tal atividade mecanismo essencial de controle para mitigação de riscos de sobrepreço, execução desnecessária de serviços ou substituição indevida de peças.

A Administração poderá, sempre que entender necessário, promover diligências complementares, inclusive mediante consulta a outras fontes de referência, realização de inspeções técnicas ou solicitação de documentos comprobatórios, com o objetivo de assegurar a regularidade da execução contratual e a conformidade dos serviços prestados.

Constatada qualquer irregularidade, desconformidade ou descumprimento das obrigações contratuais, a Administração deverá adotar, de forma tempestiva, as medidas cabíveis, incluindo a determinação de correção das falhas, a rejeição de serviços ou materiais inadequados, a aplicação de sanções administrativas e, quando for o caso, a rescisão contratual, sempre observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Importa destacar que a atuação diligente da gestão e fiscalização contratual constitui elemento fundamental para a garantia da eficiência, economicidade e regularidade da contratação, sendo instrumento indispensável à proteção do interesse público, à preservação do patrimônio municipal e à adequada execução dos serviços de manutenção da frota, em estrita conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

11. DO PAGAMENTO

O pagamento à contratada será efetuado de forma estritamente vinculada à execução efetiva e regular dos serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, bem como ao fornecimento das peças, componentes e materiais utilizados, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021.

A liberação do pagamento ficará condicionada ao cumprimento integral das etapas formais de execução, compreendendo a solicitação da Administração, a realização de diagnóstico técnico, a apresentação e aprovação prévia de orçamento detalhado e, por fim, a execução dos serviços nos termos autorizados, sendo vedado o pagamento de quaisquer intervenções realizadas sem a devida anuência da Administração Pública.

A contratada deverá apresentar nota fiscal ou documento fiscal equivalente, devidamente instruído com todos os elementos comprobatórios da execução, incluindo, quando exigido, relatório técnico detalhado das intervenções realizadas, relação das peças utilizadas, identificação dos veículos atendidos, valores de referência adotados e a aplicação do percentual de desconto ofertado no certame. O documento fiscal deverá refletir fielmente o orçamento previamente aprovado, não sendo admitidas divergências entre os valores autorizados e os valores faturados.

O pagamento somente será efetuado após o atesto formal do fiscal do contrato, que deverá verificar a conformidade dos serviços executados, a adequação das peças fornecidas, a observância das condições contratuais e a correção dos valores apresentados, constituindo tal procedimento mecanismo essencial de controle para prevenção de pagamentos indevidos, sobrepreço ou execução irregular.

Considerando a adoção do critério de julgamento por maior percentual de desconto, o valor a ser pago será apurado mediante aplicação do desconto ofertado sobre os valores de referência constantes do orçamento aprovado, garantindo aderência aos preços de mercado e assegurando a economicidade da contratação ao longo de toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

A Administração poderá, sempre que julgar necessário, realizar diligências complementares para aferição da compatibilidade dos valores apresentados com os praticados no mercado, inclusive mediante consulta a sistemas referenciais, fornecedores alternativos ou outras fontes idôneas, constituindo tal prerrogativa instrumento de governança e controle voltado à proteção do erário.

O pagamento será efetuado no prazo estabelecido no instrumento convocatório, contado a partir do recebimento definitivo dos serviços e da apresentação regular da documentação fiscal, desde que não haja pendências ou irregularidades que impeçam sua liquidação, observando-se, ainda, a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, conforme exigências legais.

Na hipótese de constatação de falhas, inconformidades ou divergências na execução dos serviços ou na documentação apresentada, o pagamento poderá ser suspenso até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, resguardando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Importa destacar que o procedimento de pagamento ora estabelecido busca assegurar rigoroso controle da execução contratual, transparência na aplicação dos recursos públicos, rastreabilidade das despesas e conformidade com os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e responsabilidade fiscal, constituindo elemento essencial para a adequada gestão da contratação e mitigação de riscos apontados em auditorias de órgãos de controle.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, bem como a execução inadequada, irregular ou em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável, sujeitará a contratada à aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e das demais medidas cabíveis.

As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração, a extensão do dano causado à Administração, a reincidência, o grau de culpa ou dolo do agente e as circunstâncias do caso concreto, compreendendo, dentre outras, advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, bem como declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos da legislação vigente.

A penalidade de advertência será aplicada nos casos de infrações de menor potencial ofensivo, caracterizadas por irregularidades formais ou descumprimentos de baixa relevância, que não acarretem prejuízo significativo à execução contratual ou ao interesse público, funcionando como medida educativa e preventiva.

A multa poderá ser aplicada nos casos de inexecução total ou parcial do contrato, atraso injustificado na execução dos serviços, descumprimento de prazos, execução em desacordo com as especificações técnicas, fornecimento de peças inadequadas ou quaisquer outras condutas que comprometam a regularidade da execução contratual, devendo seu valor ser fixado de forma proporcional à gravidade da infração e ao prejuízo causado, podendo incidir sobre o valor da obrigação inadimplida ou sobre o valor estimado da contratação, conforme definido no instrumento convocatório.

A suspensão temporária e o impedimento de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicados nas hipóteses de infrações mais graves, especialmente quando houver reincidência, dolo, má-fé, descumprimento reiterado das obrigações contratuais ou prejuízo relevante ao interesse público, restringindo a participação da contratada em novos certames pelo prazo legalmente previsto.

A declaração de inidoneidade será aplicada nos casos de condutas de extrema gravidade, tais como fraude na execução contratual, apresentação de documentos falsos, prática de atos ilícitos ou qualquer comportamento que demonstre falta de idoneidade para contratar com a Administração Pública, implicando na proibição de participar de licitações e contratar com todos os entes federativos, nos termos da legislação vigente.

A aplicação das sanções deverá observar procedimento administrativo formal, devidamente instruído, com a notificação da contratada para apresentação de defesa no prazo legal, garantindo-se a análise motivada da autoridade competente e a observância dos princípios da legalidade, proporcionalidade e razoabilidade.

Independentemente da aplicação das sanções administrativas, a contratada permanecerá responsável pela reparação integral dos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua conduta, bem como pelo cumprimento das obrigações contratuais assumidas, não sendo a aplicação de penalidade excludente de outras responsabilidades legais.

A Administração poderá, ainda, nos termos da legislação vigente, promover o registro das sanções aplicadas nos sistemas oficiais de controle e cadastro de fornecedores, assegurando transparência, publicidade e efetividade às medidas adotadas, contribuindo para a integridade das contratações públicas e a proteção do interesse público.

Dessa forma, o regime sancionatório ora estabelecido visa assegurar não apenas a repressão de condutas irregulares, mas também a prevenção de falhas na execução contratual, a garantia da adequada prestação dos serviços e a proteção do erário, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública e com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

13. DOS PRAZOS E VIGÊNCIA

A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento licitatório terá vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, período durante o qual poderão ser formalizadas contratações conforme a efetiva necessidade da Administração Pública, observadas as condições, limites e diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na legislação vigente.

A vigência da Ata de Registro de Preços não implica obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados, tratando-se de instrumento que viabiliza a contratação sob demanda, em consonância com a natureza contínua, variável e imprevisível dos serviços de manutenção da frota municipal, permitindo à Administração ajustar suas contratações às reais necessidades operacionais ao longo do período de sua validade.

As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, quando formalizadas, deverão observar os prazos de execução estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente aqueles relacionados à apresentação de orçamento, início dos serviços e conclusão das intervenções, os quais deverão ser compatíveis com a urgência da demanda e com a necessidade de rápida recomposição da disponibilidade dos veículos e equipamentos, sob pena de comprometimento da continuidade dos serviços públicos.

A contagem dos prazos para execução dos serviços terá início a partir da emissão da ordem de serviço ou autorização formal da Administração, sendo a contratada obrigada a observar rigorosamente os prazos estipulados, salvo ocorrência de motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, hipótese em que poderá ser admitida a reprogramação das atividades, desde que não haja prejuízo ao interesse público.

Na hipótese de formalização de contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, estes deverão observar as disposições legais relativas à vigência e execução contratual, podendo ser prorrogados nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada a necessidade, demonstrada a vantajosidade da prorrogação e mantidas as condições inicialmente pactuadas.

Quanto ao reajuste de preços, este poderá ser admitido nas hipóteses legalmente previstas, com a finalidade de preservar o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, mediante aplicação de índice oficial previamente definido, observando-se o interregno mínimo legal e as condições estabelecidas no instrumento convocatório, sem prejuízo da aplicação do percentual de desconto ofertado pela contratada.

Importa destacar que o adequado cumprimento dos prazos estabelecidos constitui elemento essencial para a eficiência da execução contratual, especialmente em se tratando de serviços de manutenção da frota municipal, cuja celeridade na execução impacta diretamente na continuidade dos serviços públicos e na otimização dos recursos administrativos.

Dessa forma, o regime de prazos e vigência ora estabelecido busca assegurar flexibilidade, eficiência e segurança jurídica à contratação, compatibilizando a necessidade de planejamento administrativo com a dinâmica operacional da Administração Pública, em estrita observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

14. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem por finalidade alcançar resultados que transcendam a mera execução pontual de serviços de manutenção, buscando a implementação de um modelo estruturado, eficiente e sustentável de gestão da frota municipal, orientado à maximização do desempenho dos bens públicos, à racionalização dos custos operacionais e à garantia da continuidade dos serviços prestados à população.

Como resultado direto da contratação, espera-se assegurar a manutenção contínua dos veículos, máquinas e equipamentos em condições adequadas de funcionamento, reduzindo significativamente o tempo de indisponibilidade da frota e evitando paralisações que possam comprometer a execução de atividades essenciais das diversas Secretarias Municipais. A adequada execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva contribuirá para a diminuição da incidência de falhas mecânicas, a antecipação de problemas técnicos e a redução da necessidade de intervenções emergenciais, normalmente mais onerosas e menos eficientes sob o ponto de vista administrativo.

Outro resultado relevante a ser alcançado consiste no **aumento da vida útil dos veículos e equipamentos**, decorrente da adoção de práticas adequadas de manutenção, da utilização de peças de qualidade comprovada e da execução de serviços técnicos em conformidade com as recomendações dos fabricantes, o que, por sua vez, representa economia de recursos públicos e melhor aproveitamento do patrimônio municipal.

Sob o aspecto econômico, a contratação deverá promover a **redução dos custos globais de manutenção**, mediante a adoção do critério de julgamento por maior percentual de desconto, a padronização dos procedimentos, o controle rigoroso da execução contratual e a utilização de parâmetros de mercado para aferição da razoabilidade dos valores, assegurando a aplicação eficiente e transparente dos recursos públicos.

Do ponto de vista gerencial, espera-se o aprimoramento dos mecanismos de controle e fiscalização, com a implementação de rotinas que assegurem a rastreabilidade das intervenções realizadas, o registro do histórico de manutenção dos veículos e a geração de informações gerenciais capazes de subsidiar o planejamento de futuras contratações, a tomada de decisões administrativas e o aperfeiçoamento contínuo da gestão da frota.

A contratação também visa fortalecer a governança pública, por meio da formalização de processos, da definição clara de responsabilidades, da adoção de procedimentos padronizados e da implementação de controles preventivos e corretivos, contribuindo para a mitigação de riscos associados à execução contratual, tais como sobrepreço, execução inadequada de serviços ou fornecimento de peças incompatíveis.

Por fim, os resultados pretendidos convergem para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população, uma vez que a disponibilidade e a confiabilidade da frota municipal

impactam diretamente na eficiência das políticas públicas e na capacidade de atendimento das demandas sociais, refletindo positivamente na percepção do cidadão quanto à atuação da Administração Pública.

Dessa forma, a presente contratação almeja não apenas atender a uma necessidade operacional imediata, mas estabelecer bases sólidas para uma gestão mais eficiente, econômica e transparente da frota municipal, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, conforme preconizado na Lei nº 14.133/2021.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITE DOS SERVIÇOS

O recebimento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal será realizado de forma criteriosa e em duas etapas distintas, compreendendo o recebimento provisório e o recebimento definitivo, com o objetivo de assegurar a conformidade das intervenções realizadas, a adequação das peças utilizadas e o atendimento integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

O recebimento provisório ocorrerá após a conclusão dos serviços pela contratada, mediante verificação inicial realizada pelo fiscal do contrato ou por servidor designado, com a finalidade de avaliar, de forma preliminar, a execução dos serviços, a instalação das peças e o funcionamento do veículo ou equipamento. Nessa etapa, será analisada a correspondência entre os serviços executados e o orçamento previamente aprovado, bem como a existência de eventuais inconformidades aparentes, podendo a Administração, caso identifique irregularidades, determinar de imediato a correção das falhas, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas cabíveis.

O recebimento definitivo somente será formalizado após a verificação detalhada da conformidade dos serviços prestados e das peças fornecidas, considerando o pleno funcionamento do veículo ou equipamento, a adequação técnica das intervenções realizadas e o cumprimento integral das condições contratuais. Essa etapa poderá envolver testes operacionais, inspeções técnicas e análise do desempenho do bem após a manutenção, de modo a assegurar que o serviço foi executado de forma adequada e eficaz.

A formalização do recebimento definitivo estará condicionada à inexistência de pendências, vícios ou defeitos, bem como à apresentação completa da documentação exigida, incluindo relatório técnico detalhado das intervenções realizadas, identificação das peças substituídas e demais elementos que permitam a rastreabilidade e o controle da execução contratual.

Na hipótese de constatação de falhas, defeitos ou qualquer desconformidade após o recebimento provisório ou mesmo após o recebimento definitivo, dentro do prazo de garantia, a contratada ficará obrigada a promover, sem ônus adicional para a Administração, a correção dos serviços ou a substituição das peças inadequadas, no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

O recebimento dos serviços não exime a contratada de sua responsabilidade quanto à qualidade, segurança e durabilidade das intervenções realizadas, permanecendo esta responsável por quaisquer vícios ou defeitos que venham a se manifestar posteriormente, nos termos da legislação aplicável e das condições pactuadas.

Importa destacar que o atesto do recebimento definitivo constitui condição indispensável para a liquidação da despesa e autorização do pagamento, sendo vedada a quitação de valores relativos a serviços não devidamente verificados e aprovados pela fiscalização, assegurando, dessa forma, a proteção do erário e a correta aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, o procedimento de recebimento ora estabelecido visa garantir rigor técnico na aceitação dos serviços, transparência na execução contratual, rastreabilidade das intervenções realizadas e efetiva proteção do interesse público, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

16. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal envolve atividades que, por sua natureza, possuem potencial de geração de impactos ambientais, especialmente no que se refere ao manejo de resíduos automotivos, ao consumo de insumos potencialmente poluentes e à manipulação de substâncias químicas, tais como óleos lubrificantes, graxas, fluidos hidráulicos, combustíveis, solventes e demais materiais classificados como resíduos perigosos ou de risco ambiental.

Dentre os principais impactos ambientais associados à execução do objeto, destacam-se a geração de resíduos sólidos contaminados, a possibilidade de vazamentos de substâncias nocivas ao solo e aos recursos hídricos, a emissão de poluentes atmosféricos decorrentes de testes operacionais e funcionamento de motores, bem como o descarte inadequado de peças, componentes e embalagens, os quais, se não geridos de forma adequada, podem acarretar degradação ambiental, contaminação de áreas e riscos à saúde pública.

Nesse contexto, a contratada deverá adotar, de forma rigorosa e contínua, todas as medidas necessárias à prevenção, controle e mitigação dos impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços, observando integralmente a legislação ambiental vigente, especialmente no que se refere à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), às normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e às demais regulamentações aplicáveis às atividades de manutenção automotiva.

A gestão dos resíduos gerados deverá obedecer aos princípios da não geração, redução, reutilização, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada, sendo vedado o descarte irregular de qualquer material em desacordo com as normas técnicas e legais. A contratada deverá promover a correta segregação, acondicionamento, armazenamento temporário, transporte e destinação final dos resíduos, assegurando que tais atividades sejam realizadas por empresas devidamente licenciadas e autorizadas pelos órgãos ambientais competentes.

No que se refere aos resíduos perigosos, tais como óleos lubrificantes usados, filtros contaminados, baterias automotivas, fluidos e demais substâncias potencialmente nocivas, a contratada deverá garantir sua destinação ambientalmente adequada, mediante comprovação documental, incluindo manifestos de transporte de resíduos, certificados de destinação final e demais registros exigidos pela legislação aplicável, assegurando rastreabilidade e transparência na gestão ambiental dos insumos utilizados.

A contratada deverá, ainda, adotar boas práticas operacionais com vistas à prevenção de acidentes ambientais, incluindo a utilização de equipamentos adequados, manutenção de áreas de trabalho impermeabilizadas, controle de vazamentos, armazenamento seguro de substâncias químicas e capacitação de seus colaboradores quanto aos procedimentos ambientais e de segurança.

A Administração poderá, a qualquer tempo, exigir da contratada a apresentação de documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações ambientais, bem como realizar diligências e inspeções para verificação da conformidade das práticas adotadas, constituindo tais medidas instrumentos de controle voltados à proteção do meio ambiente e à mitigação de riscos associados à execução contratual.

Importa destacar que o adequado gerenciamento dos impactos ambientais decorrentes da contratação não apenas atende às exigências legais, mas também contribui para a promoção de práticas sustentáveis no âmbito da Administração Pública, reforçando o compromisso institucional com a proteção ambiental, a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, o conjunto de medidas ora estabelecido visa assegurar que a execução dos serviços ocorra de maneira ambientalmente responsável, minimizando impactos negativos, garantindo a conformidade com a legislação vigente e promovendo a adequada gestão dos recursos naturais, em consonância com os princípios da prevenção, precaução, responsabilidade ambiental e interesse público.

17. DA GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos da presente contratação tem por finalidade identificar, avaliar, tratar e monitorar eventos que possam comprometer a adequada execução contratual, a economicidade, a legalidade e o atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e com as boas práticas de governança pública.

A seguir, apresenta-se a matriz de riscos associada à contratação:

MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Nº	Risco Identificado	Causa Provável	Impacto Potencial	Probabilidade	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Medidas Corretivas	Responsável
1	Sobrepço na execução dos serviços	Orçamento sem controle ou valores acima do mercado	Dano ao erário e contratação antieconômica	Média	Alto	Exigência de orçamento prévio detalhado; análise pela fiscalização; utilização de referências de mercado	Revisão do orçamento; glosa de valores; aplicação de sanções	Fiscal do contrato
2	Execução de serviços não autorizados	Falha no fluxo de aprovação	Pagamento indevido e perda de controle contratual	Baixa	Alto	Formalização obrigatória de autorização prévia	Não pagamento; abertura de processo sancionatório	Gestor/Fiscal
3	Substituição indevida de peças	Diagnóstico inadequado ou má-fé	Aumento indevido de custos	Média	Alto	Conferência técnica dos orçamentos; exigência de detalhamento das peças	Auditoria técnica; substituição obrigatória	Fiscal técnico
4	Utilização de peças de baixa qualidade	Redução de custos pela contratada	Comprometimento da segurança e retrabalho	Média	Alto	Exigência de peças novas e certificadas; comprovação de origem	Substituição sem ônus; aplicação de penalidade	Fiscal técnico
5	Atraso na execução dos serviços	Falta de estrutura da contratada	Indisponibilidade da frota e prejuízo aos serviços públicos	Média	Alto	Estabelecimento de prazos claros e níveis mínimos de atendimento	Aplicação de multa; substituição de fornecedor, quando cabível	Gestor
6	Falta de rastreabilidade das intervenções	Ausência de registros adequados	Dificuldade de controle e auditoria	Média	Médio	Exigência de relatórios técnicos e registros formais	Regularização documental; advertência	Fiscal administrativo

7	Pagamento indevido	Falha na conferência ou atesto	Dano ao erário	Baixa	Alto	Vinculação do pagamento ao atesto técnico e documental	Glosa; apuração de responsabilidade	Fiscal/Controle Interno
8	Descumprimento de obrigações trabalhistas	Irregularidade da contratada	Risco de responsabilização subsidiária da Administração	Baixa	Alto	Exigência de regularidade fiscal e trabalhista durante a execução	Retenção de pagamentos, quando cabível; comunicação aos órgãos competentes	Fiscal administrativo
9	Impacto ambiental por descarte inadequado	Falta de gestão de resíduos	Dano ambiental e sanções legais	Baixa	Médio	Exigência de destinação adequada e comprovação documental	Notificação; aplicação de penalidade; exigência de regularização	Fiscal técnico
10	Falha na fiscalização	Sobrecarga ou ausência de controle	Irregularidades não identificadas	Média	Alto	Designação formal de fiscais; definição clara de responsabilidades	Reestruturação da fiscalização; apuração de responsabilidade	Administração

ANÁLISE E TRATAMENTO DOS RISCOS

Os riscos identificados concentram-se, predominantemente, nas fases de execução contratual, especialmente no controle de orçamentos, qualidade dos serviços, fornecimento de peças e regularidade dos pagamentos, aspectos que, historicamente, representam maior incidência de apontamentos por órgãos de controle.

As medidas preventivas estabelecidas neste Termo de Referência, tais como a exigência de orçamento prévio, a análise técnica pela fiscalização, a vinculação do pagamento ao atesto e a rastreabilidade das intervenções, configuram mecanismos essenciais de mitigação de riscos, promovendo maior controle, transparência e segurança na execução contratual.

As medidas corretivas, por sua vez, asseguram a capacidade de resposta da Administração diante de eventuais irregularidades, permitindo a adoção de providências tempestivas, incluindo glosa de valores, aplicação de sanções administrativas e revisão de procedimentos.

MONITORAMENTO DOS RISCOS

A gestão de riscos deverá ser realizada de forma contínua ao longo da execução contratual, cabendo ao gestor e aos fiscais do contrato acompanhar a ocorrência dos eventos identificados, avaliar a efetividade das medidas adotadas e propor ajustes sempre que necessário, garantindo a manutenção do equilíbrio entre eficiência operacional e controle da contratação.

São João, 30 de abril de 2026

Simone Zanella Ferreira

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO II - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se a licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto os **atestados de capacidade técnica** e os documentos que, pela própria natureza, forem emitidos exclusivamente em nome da matriz.

Será aceita a apresentação de **CNPJ distintos, matriz/filial, para CND e CRF/FGTS**, desde que comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

1. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

A licitante convocada para apresentação dos documentos de habilitação deverá encaminhá-los no prazo máximo de **02 (duas) horas**, contados da notificação oficial, exclusivamente por meio do sistema eletrônico indicado no Edital.

1.1. REGISTRO CADASTRAL

A licitante poderá apresentar:

- a) documentos constantes de sistemas oficiais, quando válidos e disponíveis para consulta pela Administração; ou
- b) diretamente os documentos de habilitação exigidos neste Anexo, caso não utilize registro cadastral ou quando os documentos constantes em sistema oficial não sejam suficientes.

1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

A licitante deverá apresentar:

- a) registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com alterações e consolidações, quando houver;
- c) documentos de eleição de administradores, no caso de sociedade por ações, quando aplicável;
- d) inscrição do ato constitutivo e prova da diretoria em exercício, no caso de sociedades simples, quando aplicável;
- e) decreto de autorização e ato de registro/autorização para funcionamento, no caso de empresa estrangeira, quando aplicável;
- f) procuração do representante legal, se for o caso.

1.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

A licitante deverá apresentar:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – **CNPJ**;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, quando aplicável e compatível com o ramo de atividade da licitante;
- c) prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, inclusive contribuições previdenciárias;
- d) prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**;
- e) prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** da sede da licitante;
- f) Certificado de Regularidade do **FGTS – CRF/FGTS**;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**;
- h) declaração de cumprimento do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo do edital.

1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A licitante deverá apresentar:

- a) **balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis**, na forma da lei, devidamente apresentados e assinados;
- b) **certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

- c) para empresas constituídas há menos tempo, apresentação das demonstrações contábeis cabíveis, como **balanço de abertura**, quando aplicável;
- d) **índices contábeis**, quando exigidos no edital, já calculados e assinados pelo contador e pelo representante legal;
- e) quando previsto no edital, comprovação de **capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo**, conforme exigência estabelecida.

1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.5.1. Atestado de capacidade técnica

A licitante deverá apresentar **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, especialmente em **manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa de veículos, máquinas ou equipamentos**, com ou sem fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos.

O(s) atestado(s) poderá(ão) comprovar, entre outros serviços compatíveis: **manutenção mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica, troca de peças, revisão, reparos, diagnóstico, recuperação de componentes, atendimento de frota, manutenção de veículos leves, veículos pesados, ônibus, caminhões, máquinas ou equipamentos**, ou serviços equivalentes.

O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, preferencialmente:

- a) identificação da entidade emitente, com razão social, CNPJ, endereço e responsável pela emissão;
- b) identificação da licitante;
- c) descrição dos serviços executados e/ou materiais fornecidos;
- d) quantitativos executados, quando constarem;
- e) local e período de execução, quando aplicável;
- f) declaração de que os serviços e/ou fornecimentos foram executados de forma satisfatória.

1.5.2. Documentação técnica e operacional

A licitante deverá apresentar, quando exigido no **Termo de Referência** ou solicitado para verificação da conformidade da proposta, documentação técnica e operacional suficiente para comprovar a aptidão da solução ofertada, incluindo, quando aplicável:

- a) **catálogos, fichas técnicas, prospectos, manuais ou documentos equivalentes** das peças, componentes, acessórios, equipamentos ou insumos ofertados;
- b) indicação de **marca, modelo, fabricante, código da peça, aplicação, compatibilidade com veículo, máquina ou equipamento** e demais características técnicas pertinentes;
- c) certificados, registros, laudos ou documentos que comprovem atendimento às normas técnicas aplicáveis, quando exigíveis;
- d) comprovação de disponibilidade de **mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos, veículos de apoio, estrutura mínima e demais meios necessários** à execução dos serviços;
- e) documentos que demonstrem a capacidade operacional da licitante para atendimento das demandas, inclusive execução **sob demanda**, atendimento emergencial, emissão de orçamento prévio e cumprimento de ordens de serviço;
- f) indicação das **garantias dos serviços, peças, componentes e acessórios**, quando aplicável;
- g) demais documentos técnicos previstos no Termo de Referência ou necessários à comprovação da compatibilidade do objeto ofertado.

1.5.3. Responsável técnico

A licitante deverá comprovar, **quando aplicável ao objeto e às exigências do Termo de Referência**, a existência de responsável técnico ou profissional habilitado para acompanhamento dos serviços, mediante apresentação de:

- a) comprovante de registro do profissional junto ao conselho competente, quando exigível;
- b) Certidão de Registro e Quitação da pessoa jurídica e/ou do responsável técnico, quando exigível;
- c) ART, TRT ou documento equivalente, conforme o caso, quando exigível pela natureza do serviço;
- d) comprovação de vínculo do responsável técnico com a licitante, mediante contrato social, carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços, ficha de empregado ou outro documento juridicamente válido.

1.5.4. Diligências

Quando necessário para verificação de autenticidade, regularidade, suficiência documental e/ou compatibilidade técnica ou operacional, a Administração poderá realizar **diligências**, podendo solicitar documentos complementares, tais como **notas fiscais, contratos, ordens de serviço, catálogos, fichas técnicas, certificados, laudos, relatórios técnicos, declarações de responsável técnico ou documentos equivalentes**.

1.5.5. Documentação complementar

Quando previsto no Termo de Referência e/ou necessário para comprovação da conformidade, poderá ser exigida documentação complementar correlata ao objeto, inclusive documentos que demonstrem a **regularidade técnica, capacidade operacional, qualificação da equipe, disponibilidade de equipamentos, ferramentas, estrutura de atendimento, segurança na execução e compatibilidade dos serviços, peças, componentes e insumos ofertados** com as exigências do edital.

1.5.6. Finalidade da exigência

A exigência de qualificação técnica tem por finalidade comprovar a aptidão da licitante para a adequada execução do objeto, nos termos do **art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021**, resguardando a Administração quanto à **segurança, qualidade, continuidade dos serviços públicos, regularidade técnica, eficiência operacional e correta execução da contratação**.

1.6. DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

1.6.1. Declaração Unificada

A licitante deverá apresentar **Declaração Unificada**, conforme modelo do edital, contemplando, no mínimo:

- a) inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) cumprimento do **art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal**;
- c) ciência e aceitação das condições do edital e anexos;
- d) atendimento aos requisitos de habilitação e proposta;
- e) declaração de reserva de cargos, quando aplicável;
- f) declaração de responsabilidade pela execução do objeto em conformidade com as especificações técnicas, prazos, condições de execução, normas de segurança, fornecimentos, serviços e demais exigências previstas no Termo de Referência.

1.6.2. Declaração de ME/EPP

No caso de **ME/EPP**, deverá ser observado o modelo do edital e, quando exigido, a assinatura do representante legal e do responsável contábil, se previsto.

1.6.3. Declaração de atendimento às especificações técnicas e operacionais

Quando aplicável ao objeto, a licitante deverá apresentar declaração de atendimento às **especificações técnicas e operacionais**, às condições de fornecimento, execução, normas técnicas, normas de segurança e demais condições previstas no Termo de Referência, comprometendo-se a executar o objeto em conformidade com o edital, seus anexos e a legislação aplicável.

1.7. COMPROVANTE DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

1.7.1. Documentos exigidos

A licitante que pretender usufruir dos benefícios da **Lei Complementar nº 123/2006** deverá apresentar:

- a) **Certidão Simplificada da Junta Comercial**, ou documento equivalente, comprovando o enquadramento como ME/EPP, dentro da validade; na ausência de validade expressa, emitida há no máximo **12 (doze) meses** da data da sessão; e
- b) declaração de enquadramento firmada pelo representante legal.

1.7.2. Regularização fiscal e trabalhista

Havendo restrição fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para regularização, nos termos da legislação aplicável.

1.8. REGRAS GERAIS

1.8.1. Compatibilidade dos documentos

Todos os documentos deverão ser apresentados em nome da licitante, com CNPJ e dados compatíveis com o cadastro e a proposta.

1.8.2. Matriz e filial

A matriz deverá apresentar documentos da matriz, e a filial deverá apresentar documentos da filial, ressalvados os documentos emitidos exclusivamente em nome da matriz e os atestados, quando cabível.

1.8.3. Execução por filial

Quando a execução ocorrer por filial, esta deverá estar identificada na proposta e nos documentos pertinentes.

1.8.4. Diligências

A Administração poderá promover conferência e diligências para confirmação de autenticidade, validade, compatibilidade, regularidade e suficiência dos documentos apresentados.

1.8.5. Documentos ilegíveis, inconsistentes ou vencidos

Documento ilegível, inconsistente, vencido ou incompatível poderá ensejar inabilitação, assegurada diligência quando cabível, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

1.8.6. Validade dos documentos

Os documentos apresentados deverão estar válidos na data de sua apresentação, salvo disposição específica em contrário no edital ou na legislação aplicável.

1.8.7. Responsabilidade pelas informações

A licitante é responsável pela veracidade, autenticidade e atualidade das informações e documentos apresentados, sujeitando-se às sanções legais e administrativas cabíveis em caso de falsidade, omissão ou irregularidade.

ANEXO III - MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90.0XX/20XX
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 184/2026

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor: _____
CNPJ/CPF: _____
Inscrição Municipal: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____
Estado: _____
Telefone: _____ Fax: _____
E-mail: _____
Banco: _____
Agência: _____
Conta Corrente: _____

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente proposta tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de São João/PR, com fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos necessários ao pleno funcionamento dos bens públicos**, em atendimento às necessidades das diversas Secretarias Municipais, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no **Termo de Referência – Anexo I** do Edital.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E VALORES

LOTE 01 – CAMINHÕES VW		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 200.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	VW 16.200 – Ano 1998 – Placa AHX-9148	196,63			
2	VW 15.180 WORKER – Ano 2011 – Placa AUR-5754				
3	VW 26.280 CRM 6X4 – Ano 2014 – Placa AYR-6158				
4	VW 26.280 CRM 6X4 – Ano 2014 – Placa AYQ-6D99				
5	Caminhão 26.280, VW, 2021/2022 – Placa RVA4E63				
6	Caminhão 26.280, VW, 2021/2022 – Placa SHB3H74				
7	Caminhão VW, mod. 8.120 EUR 03, 2006, c/ tanque 5.000 lt. – Placa KUP-7F33				

LOTE 02 – CAMINHÕES FORD		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 200.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/>

• Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br

• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR

• (46) 99133-9003

1	Cargo 1317 E – Ano 2009 – Placa ARJ-2985	196,63			
2	Cargo 2622 E – Ano 2009 – Placa ARZ-7032	196,63			
3	Cargo 1317 E – Ano 2009 – Placa ARJ-5H14	196,63			
4	Cargo 1630 – Ano 2002 – Placa AKP-1462	196,63			
5	Caminhão Basculante, mod. Ford F-14.000, ano 1990 – Placa AAM-0316	196,63			

LOTE 03 – CAMINHÕES MERCEDES BENZ		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 200.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	MB ATRON 2729 K 6x4 – Ano 2014 – Placa AYG-6916	196,63			
2	MB Atron 2729 K 6x4 – Ano 2015 – Placa BAI-2679	196,63			
3	MB ATEGO 1419 – Ano 2022/2022 – Placa SDP7B73	196,63			
4	Caminhão Accelo 815/44 Mercedes Benz 2015/2016 – Placa BAU-7627	196,63			
5	Caminhão Carga M. Benz/Atego, 2025/2026 – Placa TBZ-3180	196,63			
6	Caminhão Carga M. Benz/Atego, 2025/2026 – Placa TBZ-3J25	196,63			
7	Caminhão Carga M. Benz/Atego, 2025/2026 – Placa TBZ-3177	196,63			
8	Caminhão Carga M. Benz/Atego, 2025/2026 – Placa TBZ-4A34	196,63			

LOTE 04 – ÔNIBUS/MICRO-ÔNIBUS VOLKSWAGEN		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 200.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Micro ônibus VW Masca Gramini – Ano 2009/2010 – Placa ASA-5386	196,63			
2	Micro ônibus VW Masca Gramini – Ano 2009/2010 – Placa ASA-3D48	196,63			
3	Ônibus VW 15.190 EDD – Ano 2011 – Placa AUJ-2C19	196,63			
4	Ônibus VW/15 POLO SENIOR MIDI – 2018/2019 – Placa BCO-5255	196,63			
5	Micro ônibus, 32 P, 2024/2025 – Placa TBN-7B07	196,63			

LOTE 05 – ÔNIBUS/MICRO-ÔNIBUS IVECO		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 50.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Ônibus CityClass 70C16 – Ano 2011 – Placa AUI-8H76 (APAE)	196,63			

LOTE 06 – ÔNIBUS/MICRO-ÔNIBUS MARCOPOLO VOLARE		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 100.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/>

• Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br

• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR

• (46) 99133-9003

1	Ônibus Marcopolo Volare W9 – 2016/2017 – Placa BAU-2H22	196,63			
2	Ônibus Marcopolo Volare V8L Escolar – EURO V – 2018/2019 – Placa BCX-5B42 (APAE)	196,63			
3	Ônibus Rural Escolar, mod. ORE, MPOLO Volare, 2022 (Estado) – Placa RHX-6F17	196,63			
4	Ônibus Rural Escolar, mod. ORE, MPOLO Volare, 2022 (Estado) – Placa RHX-6F36	196,63			
5	Micro Ônibus Volare WL Executivo, 2022/2023 – Placa SEB-1J25	196,63			

LOTE 07 – VEÍCULOS TOYOTA		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 12.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Toyota Bandeirantes 1986 – Placa AIP-2963	196,63			

LOTE 08 – VEÍCULOS FIAT		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 40.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Fiat Ducato – C Rontan 2005/2005 – Placa AMT-7409	196,63			
2	Fiat Ducato – Ambulância 2014/2014 – Placa AYZ-9907	196,63			

LOTE 09 – VEÍCULOS RENAULT DIESEL		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 100.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Renault/Master Allt Amb 1, 2015/2016 (Estado) – Placa AZM-0I62	196,63			
2	Renault Master Ambulância 2.3 2022/2023 – Placa SEE-6D41	196,63			
3	Renault Master Revescap L3H2 2022/2023 – Placa SEG2F53	196,63			
4	Renault/Master Reves A/Ambulância, 2018/2019 – Placa BCQ-7945	196,63			
5	Ambulância Renault Master, M NIKS, 2024/2025 – Placa TBH-0E55	196,63			

LOTE 10 – VEÍCULOS MERCEDES LEVE		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 80.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Sprinter Microonibus I/M. Benz 2015/2016 – Placa BAQ-2724	196,63			

LOTE 11 – VEÍCULO NISSAN		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 40.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/>

• Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br

• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR

• (46) 99133-9003

1	Nissan Frontier 4x4 XE, 2004/2005 – Placa AMO-7G26	196,63			
2	Nissan Versa ADVNC CVT, 2024/2025 – Placa TAW-6J25	196,63			
3	Nissan Versa ADVNC CVT, 2024/2025 – Placa TAW-6E72	196,63			

LOTE 12 – VEÍCULO VOLVO		ÍNDICE APLICADO ____% Valor Total R\$ 100.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Caminhão Volvo VM 330 6x4R, 2013/2014 – Placa IVG-3D21	196,63			

LOTE 13 – VEÍCULO HONDA		ÍNDICE APLICADO ____% Valor Total R\$ 20.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	HONDA CIVIC LXL ANO 2012 – Placa AVE-8D67	196,63			

LOTE 14 – VEÍCULOS CITROEN		ÍNDICE APLICADO ____% Valor Total R\$ 25.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Citroen Aircross M Fell 2016/2017 – Placa BAX-5938	196,63			
2	Citroen Aircross Start MT 2019/2020 – Placa PBX-9D19	196,63			

LOTE 15 – VEÍCULO RENAULT		ÍNDICE APLICADO ____% Valor Total R\$ 12.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Renault Logan Expression 1.6 2013/2013 – Placa AXB-6440	196,63			

LOTE 16 – VEÍCULOS FIAT/RENAULT		ÍNDICE APLICADO ____% Valor Total R\$ 10.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Fiat Fiorino 1991 – Placa GKM-6691	196,63			
2	Fiat Doblo Essence 1.8 2015/2016 – Placa BAF-8963	196,63			
3	Fiat Palio EX, 61CV, 1999 – Placa All-3D07	196,63			

LOTE 17 – VEÍCULO AGRALE		ÍNDICE APLICADO ____% Valor Total R\$ 20.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Micro-ônibus Agrale Masca Gramini – Placa ASE-1F98	196,63			

LOTE 18 – VEÍCULO VOLKSWAGEN		ÍNDICE APLICADO ____% Valor Total R\$ 60.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/>

• Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br

• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR

• (46) 99133-9003

1	VW/Saveiro CS RB MPI, ano/mod. 2023 – Placa SEN-8D69	196,63			
2	VW/Saveiro CS RB MPI, ano/mod. 2023 – Placa SEN-8D68	196,63			
3	Veículo TAOS CL TSI AE VW, preto, ano 2023 – Placa SEL-8H11	196,63			
4	Veículo VW/VOYAGE CL MB, 1.6 Confortline 2015/2016 – Placa AYU-8I73	196,63			
5	Veículo VW Gol TL MCV, 2017/2018 – Placa BBQ-4909	196,63			
6	Veículo VW/Gol 1.0 2005/2006 – Placa ANI-5I51	196,63			
7	Kombi VW Escolar, 2000/2001 – Placa AJQ-4570	196,63			
8	Veículo Gol 1.0 Flex 2011/2012 – Placa AUQ-1743	196,63			
9	Veículo Gol TL MCV, 2018/2018 – Placa BCC-3599	196,63			
10	Veículo VW Gol, mod. CL 106 MI, 1998 – Placa AHR-1486	196,63			
11	Veículo VW Gol 1.0 Ecomotion GIV, mod. 5W1JL4, ano 2011 – Placa ATW-0741	196,63			
12	Veículo Saveiro 1.6, 2011/2012 – Placa AUB-8941	196,63			
13	Veículo Gol TL MCV, 2018/2018 – Placa BCC-3602	196,63			
14	Veículo Gol TL MCV, 2018/2018 – Placa BCD-3075	196,63			
15	Veículo Voyage CL-MBV 2018/2018 – Placa BCD-3A76	196,63			
16	Veículo VW/Gol 1.0L MC4, 2021/2022 – Placa BEX-4F64	196,63			
17	Veículo VW/Gol 1.0L MC4, 2021/2022 – Placa RHA-4C64	196,63			
18	Veículo VW/Gol 1.0L MC4, 2021/2022 – Placa RHA-2E83	196,63			
19	Veículo VW/Gol 1.0L MC4, 2021/2022 – Placa RHB-3I25	196,63			
20	Veículo Saveiro CL 1.6 ano 1997 – Placa GMM-9646	196,63			

LOTE 19 – VEÍCULO CHEVROLET		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 50.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Veículo Spin 1.8 LTZ 2018/2018 – Placa BCH-2034	196,63			
2	Veículo Chevrolet Corsa Classic LS, 2016 – Placa BAL-8018	196,63			
3	Veículo Spin 1.8 LTZ 2018/2018 – Placa BCC-3G01	196,63			
4	Veículo Montana Conquest GM – Placa HCS-9436	196,63			
5	Veículo Chevrolet Corsa Classic, 2009 – Placa ARU-0381	196,63			
6	Veículo Chevrolet Corsa Classic, 2008 – Placa APT-4299	196,63			
7	Veículo Chevrolet Corsa Classic LS 2014/2015 – Placa AYS-3799	196,63			
8	Veículo Spin 1.8L AT LTZ, 2022/2023 – Placa SDY-0J68	196,63			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/>

• Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br

• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR

• (46) 99133-9003

LOTE 20 – VEÍCULO FIAT		ÍNDICE APLICADO ____%		
		Valor Total R\$ 30.000,00		
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA
1	Camioneta Fiat Fiorino – Placa AIB-1274	196,63		
2	Fiat/Strada Freedom CD13 – Placa TAW-6E89	196,63		
3	Fiat/Strada Freedom CD13 – Placa TAW-6E90	196,63		

LOTE 21 – VEÍCULO HYUNDAI		ÍNDICE APLICADO ____%		
		Valor Total R\$ 30.000,00		
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA
1	Veículo HB20 1.0 Confort, 2014 – Placa AYD-9G64	196,63		
2	Veículo HB20 1.0 Sense, 2020/2020 – Placa BEC-5J67	196,63		
3	Veículo HB20 1.0 Sense, 2020/2020 – Placa BEC-5J68	196,63		

LOTE 22 – MÁQUINAS XCMG		ÍNDICE APLICADO ____%		
		Valor Total R\$ 250.000,00		
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA
1	Escavadeira Hidráulica XCMG – MOD XE215BR – 2017	196,63		
2	Escavadeira Hidráulica XCMG – MOD XE150BR – 2018	196,63		
3	Escavadeira Hidráulica XCMG – MOD XE150BR – 2022	196,63		
4	Motoniveladora XCMG – MOD GR1803BR – 2022	196,63		
5	Retroescavadeira XCMG – MOD XC870BR-I – 2023	196,63		

LOTE 23 – MÁQUINAS NEW HOLLAND		ÍNDICE APLICADO ____%		
		Valor Total R\$ 70.000,00		
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA
1	Retroescavadeira Modelo LB90 4x2 – NEW HOLLAND – 2008	196,63		
2	Trator Agrícola de Rodas NEW HOLLAND – Mod. T15100	196,63		
3	Rolo Compactador New Holland V110	196,63		
4	Rolo Compactador New Holland V110	196,63		

LOTE 24 – MÁQUINAS FOTON		ÍNDICE APLICADO ____%		
		Valor Total R\$ 50.000,00		
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA
1	Pá carregadeira MOD FL936F – 2013	196,63		

LOTE 25 – MÁQUINAS CATERPILLAR		ÍNDICE APLICADO ____%		
		Valor Total R\$ 150.000,00		
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA
1	Motoniveladora Caterpillar – MOD CAT 120H – 2001	196,63		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

2	Motoniveladora Caterpillar – CAT 120K – MOD KHX5034, 2013	196,63			
---	--	--------	--	--	--

LOTE 26 – MÁQUINAS JCB		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 200.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Retroescavadeira JCB – MOD-3X – 2022	196,63			
2	Pá carregadeira JCB – MOD 422ZX – 2016	196,63			
3	Retroescavadeira e Pá Carregadeira Frontal, JCB, mod. 3C – 2013	196,63			

LOTE 27 – MÁQUINAS KOMATSU		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 150.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Trator de Esteira MOD D51EX-22	196,63			

LOTE 28 – MÁQUINAS DYNAPAC		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 100.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Rolo Compactador, modelo CA15 – 2001	196,63			

LOTE 29 – MÁQUINAS MULLER		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 200.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Rolo Compactador, VAP 70 – 2008	196,63			
2	Rolo Compactador, VAP 70 – 2012	196,63			

LOTE 30 – MÁQUINAS CASE		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 150.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Retroescavadeira CASE 580L – 2006	196,63			
2	Motoniveladora CASE 140HP – 2010	196,63			

LOTE 31 – MÁQUINAS BOB CAT		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 150.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Mini Carregadeira BOB CAT S570 STD – 2019	196,63			

LOTE 32 – MÁQUINAS LIUGONG		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 330.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	Motoniveladora – LIUGONG/CLG4180D	196,63			
2	Motoniveladora – LIUGONG/CLG4180D	196,63			
3	Motoniveladora – LIUGONG/CLG4180D	196,63			
4	Trator de Esteiras – LIUGONG/LD20D	196,63			

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$

Observação: O percentual de desconto ofertado deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, incluindo mão de obra, peças, componentes, acessórios, insumos, equipamentos, ferramentas, transporte, deslocamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos, garantia, assistência, despesas administrativas e demais custos incidentes.

3. VALIDADE DA PROPOSTA

A validade desta proposta é de ____ (____) dias, contados a partir da data de sua apresentação, não podendo ser inferior ao prazo mínimo estabelecido no Edital.

4. RESPONSABILIDADE SOBRE A QUALIDADE, FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A licitante será responsável pela regularidade, qualidade técnica, conformidade e segurança dos serviços, peças, componentes, acessórios e demais insumos ofertados, observadas as exigências do Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

4.2. Os serviços serão executados e as peças, componentes, acessórios e demais insumos serão fornecidos **sob demanda**, conforme necessidade da Administração, mediante emissão de **Ordem de Serviço**, autorização de fornecimento, requisição ou instrumento equivalente, não havendo obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos ou valores estimados registrados na Ata de Registro de Preços.

4.3. A licitante deverá fornecer peças, componentes, acessórios e demais insumos compatíveis com as especificações exigidas e com os veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, responsabilizando-se por sua **qualidade, procedência, garantia, conformidade técnica e substituição**, quando constatado defeito, incompatibilidade ou desconformidade.

4.4. A licitante deverá disponibilizar **mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos, veículos de apoio e demais recursos necessários** à adequada execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa.

4.5. Os serviços deverão observar as normas técnicas, ambientais, trabalhistas e de segurança aplicáveis à execução do objeto.

4.6. Em caso de falha, defeito, desconformidade de peça, componente ou insumo, execução inadequada ou serviço em desacordo com o objeto, a contratada deverá regularizar a situação, corrigir as falhas e adotar as providências necessárias, sem ônus adicional à Administração, nos prazos definidos no Edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual.

4.7. A contratada responsabiliza-se por todos os custos necessários à execução do objeto, inclusive mão de obra, peças, componentes, acessórios, insumos, equipamentos, transporte, deslocamentos, ferramentas, encargos, tributos, garantia e demais despesas incidentes.

5. DECLARAÇÕES DO LICITANTE

5.1. A licitante declara que sua proposta atende integralmente às exigências do Edital e do **Termo de Referência – Anexo I**, inclusive quanto às especificações técnicas, condições de execução, prazos, garantias e demais obrigações.

5.2. A licitante declara, sob as penas da lei, que os percentuais de desconto ofertados contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, nos termos do **§ 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

5.3. A licitante declara que as peças, componentes, acessórios e demais insumos fornecidos serão compatíveis com a frota municipal, possuirão qualidade adequada ao uso pretendido e atenderão às normas técnicas aplicáveis.

5.4. A licitante declara que dispõe, ou disporá quando da execução, de **mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos, estrutura operacional e recursos necessários** ao atendimento das demandas da Administração.

5.5. A licitante declara que apresentará, quando exigido no Edital, no Termo de Referência ou em diligência, a documentação técnica necessária à comprovação da conformidade dos serviços, peças, componentes, acessórios e demais insumos ofertados, incluindo catálogos, fichas técnicas, certificados, manuais, laudos, registros, declarações técnicas ou documentos equivalentes, quando aplicáveis.

5.6. A licitante declara ciência de que a contratação ocorrerá **sob demanda**, sem garantia de contratação mínima durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.7. A licitante declara que manterá, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação, regularidade e capacidade de execução exigidas no Edital e seus anexos.

5.8. A licitante declara que se responsabiliza pela adequada execução dos serviços, pela qualidade das peças, componentes, acessórios e demais insumos fornecidos e pela observância das normas técnicas e de segurança aplicáveis, sem ônus adicional à Administração.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

Representante Legal

Nome: _____

CPF: _____

Cargo/Função: _____

ANEXO IV- MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, neste ato representada por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

OUTORGADO:

_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

PODERES:

Por este instrumento, o **OUTORGANTE** confere ao **OUTORGADO** os mais amplos e gerais poderes para, em seu nome, representá-lo no **Pregão Eletrônico nº /**, podendo, para tanto:

- Protocolar e receber documentos;
- Assinar declarações, propostas, contratos de fornecimento e demais documentos exigidos no certame;
- Prestar esclarecimentos e responder a diligências solicitadas pelo pregoeiro(a) ou pela equipe de apoio;
- Apresentar recursos administrativos e contrarrazões, assinando todos os documentos pertinentes;
- Efetuar e efetivar lances durante a fase competitiva do pregão eletrônico;
- Participar das fases de negociação e julgamento de propostas, conforme os critérios estabelecidos no edital;
- Acompanhar o procedimento licitatório até sua finalização, assinando os documentos necessários à formalização do ajuste;
- Praticar todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, nos termos do edital e da legislação aplicável.

A presente procuração é concedida em caráter **(revogável ou irrevogável, conforme aplicável)** e vigorará até a conclusão do certame ou até que seja formalmente revogada pelo Outorgante.

O Outorgado se compromete a atuar dentro dos limites da legislação vigente, especialmente a **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como a observar as disposições do **edital do Pregão Eletrônico nº 90.040/2026**, respondendo integralmente por seus atos perante a Administração Pública e eventuais terceiros interessados.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

OUTORGANTE

Nome: _____

Cargo/Função: _____

ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO

(Este documento deve ser impresso em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone e assinatura do representante legal.)

À

Prefeitura Municipal de São João/PR

Av. XV de Novembro, nº 160 – Centro

CEP 85.570-000 – São João/PR

Ao(À) Senhor(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a),

A empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, inscrita no CNPJ nº **[NÚMERO]**, com sede em **[ENDEREÇO COMPLETO]**, por meio de seu representante legal infra-assinado, **DECLARA**, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

☐ **(Marcar se aplicável)** Nos termos da **Lei Complementar nº 123/2006** e alterações, enquadra-se como **Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Cooperativa equiparada**, não havendo fatos supervenientes que alterem essa condição.

1. CONFORMIDADE LEGAL E HABILITAÇÃO

1.1. Está ciente e concorda com todas as condições do edital e seus anexos, bem como com a legislação aplicável, especialmente a **Lei Federal nº 14.133/2021**.

1.2. Atende às exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica, conforme exigido no instrumento convocatório.

1.3. Não possui impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública, comprometendo-se a comunicar eventual fato superveniente impeditivo.

2. REGULARIDADE TRABALHISTA E PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

2.1. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do **art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal**.

2.2. Cumpre a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho aplicável, assumindo responsabilidade pelos encargos decorrentes da execução da Ata de Registro de Preços, do contrato, da ordem de serviço, da nota de empenho ou de instrumento equivalente.

3. AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS E MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES

3.1. Declara a autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações apresentados no processo.

3.2. Compromete-se a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e durante a execução dos contratos, ordens de serviço, notas de empenho ou instrumentos equivalentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

3.3. Declara que não foi declarada inidônea e que não se encontra suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, ressalvadas as hipóteses legalmente informadas e comprovadas.

4. PROPOSTA, COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E CONFORMIDADE DO OBJETO

4.1. A proposta apresentada contempla todos os custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento do objeto, inclusive **mão de obra, peças, componentes, acessórios, insumos, equipamentos, ferramentas, transporte, deslocamentos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, garantia, assistência, despesas administrativas e demais custos incidentes**.

4.2. Declara que os serviços, peças, componentes, acessórios e demais insumos ofertados atendem integralmente às especificações técnicas e operacionais previstas no Termo de Referência, no Edital e em seus anexos.

4.3. Declara que fornecerá peças, componentes, acessórios e demais insumos compatíveis com os veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, observando qualidade, procedência, garantia, normas técnicas aplicáveis e demais condições previstas no edital.

4.4. Declara que possui capacidade operacional suficiente para a execução dos serviços, incluindo disponibilização de **mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, veículos de apoio e estrutura necessária** ao atendimento das demandas da Administração.

4.5. Compromete-se a corrigir, substituir, regularizar ou sanar, às suas expensas, quaisquer falhas, defeitos, desconformidades, vícios de qualidade ou irregularidades verificadas no fornecimento de peças, componentes, acessórios, insumos ou na execução dos serviços, nos prazos fixados pela Administração.

4.6. Declara ciência de que a execução ocorrerá **sob demanda**, mediante ordem de serviço, requisição, nota de empenho ou instrumento equivalente, sem garantia de contratação mínima durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

5.1. Declara que apresentará, quando exigido no Edital, no Termo de Referência ou solicitado pela Administração, **catálogo, ficha técnica, prospecto, manual, certificado, laudo, registro, declaração do fabricante ou documento equivalente**, contendo informações suficientes para identificação e análise das peças, componentes, acessórios, insumos, equipamentos ou serviços ofertados.

5.2. Declara que a documentação técnica apresentada corresponderá exatamente ao objeto ofertado, indicando, quando aplicável, **marca, fabricante, modelo, código, aplicação, compatibilidade, características técnicas, certificações, garantias e atendimento às normas técnicas aplicáveis**.

5.3. Declara ciência de que a apresentação de documento insuficiente, incompleto, genérico, ilegível, vencido ou incompatível com o objeto poderá ensejar a recusa da proposta ou a inabilitação, observadas as regras do edital e a possibilidade de diligência, quando cabível.

6. RESPONSABILIDADE TÉCNICA, OPERACIONAL E SEGURANÇA

6.1. Declara que os serviços serão executados por profissionais qualificados, observadas as normas técnicas, ambientais, trabalhistas e de segurança aplicáveis ao objeto.

6.2. Declara que se responsabiliza pela regularidade técnica, operacional e documental da execução dos serviços, inclusive quanto à qualidade das peças, componentes, acessórios e demais insumos fornecidos, adequação dos equipamentos utilizados e conformidade com as especificações do Termo de Referência.

6.3. Declara que adotará, sem ônus adicional à Administração, as providências necessárias à correção, regularização, substituição, reparo ou reexecução em caso de falhas técnicas, defeitos, riscos à segurança, execução inadequada ou qualquer evento que comprometa a qualidade do objeto.

6.4. Declara que possui, ou disponibilizará quando exigido, profissional tecnicamente qualificado para acompanhamento dos serviços, com os respectivos registros ou documentos de responsabilidade técnica, quando aplicáveis.

7. RESERVA DE CARGOS E ACESSIBILIDADE – QUANDO APLICÁVEL

7.1. Declara cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, especialmente quanto à contratação de pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, quando aplicável.

7.2. Declara observar as normas relativas à acessibilidade e demais obrigações legais correlatas, quando exigíveis em razão do objeto.

8. RELAÇÕES COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

8.1. Em atendimento às orientações dos órgãos de controle, declara que seus sócios, dirigentes, administradores e representantes legais:

- a) não possuem impedimento legal para contratar com o Município de São João/PR;
- b) não participam do presente certame em situação que caracterize conflito de interesses;
- c) não mantêm vínculo que configure vedação legal com agentes públicos diretamente envolvidos no processo, nos termos da legislação aplicável.

8.2. Declara ciência de que a constatação de declaração falsa sujeitará a empresa às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

9. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

9.1. Declara que observa a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais, em especial a **Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD**, comprometendo-se a adotar as medidas necessárias ao tratamento adequado dos dados eventualmente envolvidos na execução contratual.

Local e data: _____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal

Nome: _____

CPF: _____

Cargo/Função: _____

ANEXO VI - LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

ÓRGÃOS/SECRETARIAS DEMANDANTES: Diversas Secretarias Municipais do Município de São João/PR.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de São João/PR, com fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos necessários ao pleno funcionamento dos bens públicos.

Locais de execução dos serviços: Os serviços poderão ser executados em oficina própria da contratada, quando tecnicamente adequado, ou em locais indicados pela Administração, conforme a natureza da demanda, a condição do veículo, máquina ou equipamento e a autorização da fiscalização.

Endereço de referência da Administração: Avenida XV de Novembro, nº 160, Centro, São João/PR – CEP 85.570-000.

Gestor do Contrato/Ata: Paulo Sérgio Girardi.

Fiscal do Contrato/Ata: Marcos Francisco Zanella.

Fiscal Substituto: Gabriel Henrique Lemos.

Telefone: (46) 99133-9003.

E-mail de referência: licitacao@saojoao.pr.gov.br.

Horário de funcionamento/execução: A execução dos serviços e o fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos deverão ocorrer em horário compatível com o funcionamento dos órgãos públicos municipais e conforme as necessidades da Administração, podendo haver atendimento em horários diferenciados em situações urgentes, emergenciais ou previamente autorizadas pela fiscalização.

Prazo de execução: Os serviços e fornecimentos serão executados de forma parcelada e sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, mediante emissão de Ordem de Serviço, requisição, nota de empenho ou instrumento equivalente.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- A execução ocorrerá **sob demanda**, conforme a necessidade das Secretarias Municipais, mediante emissão de **Ordem de Serviço**, requisição, nota de empenho ou instrumento equivalente.
- As Ordens de Serviço deverão conter, quando aplicável, a identificação do veículo, máquina ou equipamento, descrição da demanda, local de atendimento, prazo, grau de urgência e demais condições necessárias à execução.
- O objeto compreende a execução de serviços de **manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa**, incluindo mão de obra e substituição de peças, componentes, acessórios e demais insumos necessários.
- Os serviços poderão compreender, entre outros, manutenção mecânica, elétrica, eletrônica, hidráulica, diagnóstico, revisão, reparos, substituição de componentes, recuperação de sistemas, testes e demais serviços correlatos necessários à conservação e funcionamento da frota municipal.
- A contratada deverá apresentar **orçamento prévio** dos serviços e peças necessárias, contendo descrição detalhada, valores de referência, aplicação do desconto contratado e demais informações exigidas no Termo de Referência, ficando a execução condicionada à autorização da Administração.
- A contratada deverá disponibilizar **mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos, veículos de apoio e demais recursos necessários** à adequada execução dos serviços.

- Todas as peças, componentes, acessórios e demais insumos fornecidos deverão atender às especificações do Termo de Referência, observando qualidade, procedência, garantia, compatibilidade técnica e normas aplicáveis.
- Os serviços deverão observar integralmente as normas técnicas, ambientais, trabalhistas e de segurança aplicáveis à atividade.
- A contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos nas Ordens de Serviço e os níveis mínimos de atendimento previstos no Termo de Referência, especialmente para demandas urgentes ou emergenciais.
- A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pela Administração, informações, relatórios, registros fotográficos, orçamentos, notas fiscais, documentos técnicos ou quaisquer outros elementos necessários ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual.
- As despesas com mão de obra, peças, componentes, acessórios, insumos, equipamentos, ferramentas, transporte, deslocamentos, encargos, tributos, garantias, correções, substituições, retrabalhos e demais custos necessários à execução correrão integralmente por conta da contratada.

OBSERVAÇÕES

1. A Administração emitirá as Ordens de Serviço, requisições e demais solicitações formais necessárias à execução do objeto, contendo descrição da demanda, identificação do veículo, máquina ou equipamento, local de atendimento, prazo e demais condições específicas aplicáveis.
2. A Administração definirá, no momento da emissão da Ordem de Serviço, o grau de urgência da demanda, observando a criticidade da situação, a disponibilidade da frota e o interesse público envolvido.
3. O gestor acompanhará a execução global da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, incluindo controle de saldos, gerenciamento das requisições, acompanhamento de prazos, verificação da regularidade documental da contratada e adoção das providências administrativas necessárias.
4. O fiscal acompanhará diretamente a execução dos serviços e fornecimentos, verificando a conformidade com as especificações técnicas, valores autorizados, descontos aplicados, prazos estabelecidos e condições previstas no Termo de Referência.
5. O responsável designado poderá recusar, total ou parcialmente, peças, componentes, acessórios, insumos ou serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis ou exigências do Termo de Referência, determinando sua correção, substituição ou refazimento.
6. Se forem constatadas falhas técnicas, peças inadequadas, execução em desacordo, descumprimento de prazos ou desconformidade com o Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços ou contrato, a contratada deverá corrigir, substituir ou refazer o serviço, sem ônus adicional ao Município.
7. Decorrido o prazo para correção, substituição ou regularização sem atendimento pela contratada, o fato será comunicado ao gestor e ao fiscal da Ata/contrato para adoção das providências cabíveis e eventual aplicação de penalidades, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021** e do Edital.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

ANEXO VII – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº: 184/2026

Pregão Eletrônico nº: 90.0XX/2026

Data de Publicação: _____

Validade da Ata: _____

O **Município de São João**, Estado do Paraná, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 160, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº **76.995.422/0001-06**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, dos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, além das demais normas aplicáveis, **REGISTRA** os preços obtidos no **Pregão Eletrônico nº 90.0XX/2026**, homologado por **Joni Zanella Ferreira**, Prefeito Municipal, para a futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de São João/PR**, com fornecimento de **peças, componentes, acessórios e demais insumos necessários ao pleno funcionamento dos bens públicos**, em atendimento às necessidades das diversas Secretarias Municipais, conforme Termo de Referência e proposta apresentada, os quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1. Esta Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao Município de São João/PR**, com fornecimento de **peças, componentes, acessórios e demais insumos necessários ao pleno funcionamento dos bens públicos**, em atendimento às necessidades das diversas Secretarias Municipais, conforme especificações, quantitativos estimados, grupos/lotos e exigências constantes no Edital e no Termo de Referência.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a contratar a totalidade dos quantitativos ou valores estimados, podendo o Município realizar contratações parciais, conforme sua necessidade, disponibilidade orçamentária e interesse público, observada a legislação aplicável.

1.2. Integram esta Ata de Registro de Preços, para todos os fins e efeitos, o **Edital do Pregão Eletrônico nº 90.0XX/2026**, seus anexos, o Termo de Referência e a proposta do fornecedor registrado, independentemente de transcrição.

1.3. Participam deste Registro de Preços, conforme demanda e necessidade da Administração Municipal, as seguintes Secretarias Municipais do Município de São João/PR:

- Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos Urbanos.

1.3.1. A utilização da Ata poderá ocorrer por outras unidades administrativas vinculadas ao Município, desde que a demanda esteja compatível com o objeto registrado, observadas as condições do Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

1.4. Os serviços serão executados e as peças, componentes, acessórios e demais insumos serão fornecidos **sob demanda**, mediante emissão de Ordem de Serviço, requisição, nota de empenho ou instrumento equivalente, observadas as condições, prazos, locais de execução e especificações constantes no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata.

1.5. A contratação compreenderá, conforme os grupos/lotos registrados:

- a) prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa da frota municipal;
- b) execução de serviços mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos e demais serviços correlatos;
- c) diagnóstico, revisão, reparo, recuperação, substituição e ajuste de componentes;
- d) fornecimento de peças, componentes, acessórios, insumos e demais materiais necessários à execução dos serviços;
- e) atendimento de veículos leves, veículos pesados, ônibus, micro-ônibus, caminhões, máquinas e equipamentos;
- f) apresentação de orçamento prévio, quando exigido, com aplicação dos descontos registrados;
- g) disponibilização de mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos, veículos de apoio e demais recursos necessários à adequada execução do objeto;
- h) atendimento às solicitações da Administração, inclusive em demandas urgentes ou emergenciais, conforme prazos definidos no Termo de Referência.

1.6. A execução do objeto abrangerá os grupos/lotos previstos no Termo de Referência, organizados conforme a natureza da frota, marcas, modelos, veículos, máquinas e equipamentos, observadas as especificações e valores estimados constantes no processo.

1.7. A contratada deverá manter, durante toda a execução, as condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista, técnica, econômico-financeira e operacional exigidas no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos serviços executados e das peças, componentes, acessórios e demais insumos fornecidos.

1.8. Os serviços e fornecimentos serão medidos com base nos quantitativos efetivamente executados, fornecidos, registrados e validados pela fiscalização contratual, observadas as unidades de medida, valores referenciais, descontos registrados e condições previstas no Termo de Referência e na proposta vencedora.

1.9. A contratada será responsável por todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo mão de obra, peças, componentes, acessórios, insumos, equipamentos, ferramentas, transporte, deslocamentos, encargos, tributos, garantias, substituições, correções, seguros e demais despesas incidentes, sem ônus adicional à Administração.

1.10. A execução poderá ocorrer em oficina própria da contratada, quando tecnicamente adequado, ou em locais indicados pela Administração, conforme a natureza da demanda, a condição do veículo, máquina ou equipamento e a autorização da fiscalização.

1.11. Quando exigido no Edital, no Termo de Referência ou pela fiscalização, a contratada deverá apresentar documentação técnica ou operacional complementar, inclusive catálogos, fichas técnicas, certificados, laudos, manuais, registros, relatórios, comprovantes de execução,

orçamentos, notas fiscais e demais documentos necessários à comprovação da regular execução do objeto.

1.12. A contratada assumirá plena responsabilidade pela adequada execução dos serviços, pela qualidade, procedência e conformidade das peças, componentes, acessórios e demais insumos fornecidos, pela segurança dos trabalhadores e usuários e pela observância das normas técnicas, ambientais, trabalhistas e de segurança aplicáveis, obrigando-se a corrigir, substituir, reparar ou refazer, sem ônus para o Município, qualquer falha, defeito, irregularidade ou desconformidade constatada na execução.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

Registram-se os preços dos materiais e serviços ofertados pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE ____: Adjudicado para **[NOME DO LICITANTE, CNPJ E ENDEREÇO]**, representado por **[NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, E-MAIL E TELEFONE]**, conforme quadro a seguir:

LOTE 01 – CAMINHÕES VW		ÍNDICE APLICADO ____%			
		Valor Total R\$ 200.000,00			
ITEM	Manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa, incluindo mão de obra e substituição de peças.	Valor máximo da mão de obra por hora R\$	% DESC. MÃO DE OBRA	% DESC. PEÇA ORIGINAL/GENUÍNA	% DESC. PEÇA DE REPOSIÇÃO
1	VW 16.200 – Ano 1998 – Placa AHX-9148	196,63			
2	VW 15.180 WORKER – Ano 2011 – Placa AUR-5754				
3	VW 26.280 CRM 6X4 – Ano 2014 – Placa AYR-6158				
4	VW 26.280 CRM 6X4 – Ano 2014 – Placa AYQ-6D99				
5	Caminhão 26.280, VW, 2021/2022 – Placa RVA4E63				
6	Caminhão 26.280, VW, 2021/2022 – Placa SHB3H74				
7	Caminhão VW, mod. 8.120 EUR 03, 2006, c/ tanque 5.000 lt. – Placa KUP-7F33				

Parágrafo Primeiro. Os valores registrados correspondem aos valores referenciais máximos do lote, observados o índice aplicado e os percentuais de desconto ofertados na proposta vencedora, conforme condições do Edital, do Termo de Referência e desta Ata.

Parágrafo Segundo. Os percentuais de desconto registrados deverão ser aplicados sobre os serviços de mão de obra, peças originais/genuínas e peças de reposição, conforme proposta vencedora, Termo de Referência e demais regras do Edital.

Parágrafo Terceiro. O valor máximo da mão de obra por hora indicado na tabela constitui referência limite para aplicação do desconto registrado, não autorizando pagamento sem prévia solicitação, orçamento, aprovação da Administração e efetiva execução dos serviços.

Parágrafo Quarto. Os valores totais indicados para cada lote são estimativos e não geram obrigação de contratação integral pela Administração, sendo a execução condicionada à necessidade das

Secretarias Municipais, à emissão de Ordem de Serviço, requisição, nota de empenho ou instrumento equivalente.

Parágrafo Quinto. O pagamento será restrito aos serviços efetivamente executados e às peças, componentes, acessórios e demais insumos efetivamente fornecidos, desde que previamente autorizados, aceitos, registrados e atestados pela fiscalização contratual.

Parágrafo Sexto. A execução compreenderá, conforme o lote registrado, a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou recuperativa da frota municipal, incluindo mão de obra e substituição de peças, componentes, acessórios e demais insumos necessários ao pleno funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos.

Parágrafo Sétimo. A contratada será responsável pela qualidade, procedência, garantia e conformidade das peças, componentes, acessórios e demais insumos fornecidos, bem como pela correta execução dos serviços, observando as normas técnicas, ambientais, trabalhistas e de segurança aplicáveis.

Parágrafo Oitavo. Quando exigido no Edital, no Termo de Referência ou pela fiscalização, a contratada deverá apresentar documentação técnica ou operacional complementar, inclusive catálogos, fichas técnicas, certificados, laudos, manuais, registros, relatórios, orçamentos, notas fiscais, comprovantes de execução e demais documentos necessários à comprovação da regularidade e conformidade do objeto.

Parágrafo Nono. Os locais de execução, prazos, condições operacionais, grau de urgência e demais exigências serão definidos nas Ordens de Serviço, requisições, notas de empenho ou instrumentos equivalentes, conforme demanda das Secretarias Municipais, observadas as disposições do Termo de Referência, do Edital e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Décimo. A contratada obriga-se a corrigir, substituir, reparar ou refazer, sem ônus adicional ao Município, quaisquer serviços, peças, componentes, acessórios ou insumos que apresentem defeitos, falhas, vícios de qualidade, desconformidades técnicas, execução inadequada ou incompatibilidade com as especificações exigidas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Décimo Primeiro. Todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo mão de obra, peças, componentes, acessórios, insumos, equipamentos, ferramentas, transporte, deslocamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos, garantias, substituições, correções e demais despesas incidentes, consideram-se incluídos nos percentuais de desconto e condições registradas.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **01 (um) ano**, contado da data de sua assinatura, podendo ser **prorrogada uma única vez, por igual período**, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços registrados, a continuidade do interesse público, a manutenção das condições originalmente pactuadas e o atendimento dos requisitos previstos na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no **Decreto Municipal nº 3.118/2023** e no edital.

3.2. No ato de prorrogação, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo originalmente estimado, observadas as condições previstas no edital, a disponibilidade orçamentária, a justificativa da área demandante e o interesse da Administração.

3.3. O ato de prorrogação deverá indicar expressamente:

- a) o novo período de vigência da Ata;
- b) o quantitativo renovado, quando houver;
- c) a manutenção da vantajosidade dos preços registrados;
- d) a manutenção das condições de habilitação e contratação da empresa registrada;
- e) a manutenção das condições técnicas e operacionais exigidas para o fornecimento dos bens ou execução dos serviços;
- f) a manutenção da validade e regularidade dos documentos, registros, autorizações, certificações, licenças ou demais documentos exigidos para a execução do objeto, quando aplicável;
- g) a manutenção dos preços registrados, ressalvadas as hipóteses de revisão, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro legalmente previstas.

3.4. A vigência da Ata não se confunde com a vigência dos contratos, notas de empenho, ordens de fornecimento, ordens de serviço ou instrumentos equivalentes dela decorrentes, os quais poderão estender-se pelo prazo necessário à conclusão das obrigações regularmente assumidas durante a vigência da Ata, nos termos do **Decreto Municipal nº 3.118/2023** e da legislação aplicável.

3.5. As contratações decorrentes desta Ata deverão observar a necessidade efetiva da Administração, sendo realizadas sob demanda, mediante emissão de **ordem de fornecimento, ordem de serviço, nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente**, dentro do período de vigência da Ata.

3.6. Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes desta Ata poderão possuir vigência própria, conforme a natureza do objeto, desde que formalizados durante a vigência da Ata e observadas as condições previstas no edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

3.7. A prorrogação da Ata somente será efetivada mediante manifestação formal da Administração e anuência da empresa registrada, não constituindo direito subjetivo do fornecedor.

3.8. Encerrada a vigência da Ata, fica vedada a emissão de novas ordens de fornecimento, ordens de serviço, notas de empenho, contratos ou instrumentos equivalentes com fundamento nesta Ata, ressalvadas as obrigações já regularmente assumidas durante sua vigência.

3.9. Quando a contratação decorrente da Ata envolver prestação de serviço contínuo, o contrato poderá ter vigência própria e ser prorrogado sucessivamente, nos termos do **art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021**, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, a continuidade do interesse público e a manutenção das condições de regularidade da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura desta Ata de Registro de Preços, a empresa registrada assume o compromisso de atender às solicitações realizadas pela Administração, observadas as condições, prazos, valores estimados, percentuais de desconto registrados, especificações técnicas, operacionais e demais exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, nesta Ata e na

proposta apresentada, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer obrigações durante o prazo de vigência.

4.2. A empresa registrada deverá executar os serviços e fornecer as peças, componentes, acessórios e demais insumos sempre que solicitada pela Administração, mediante ordem de serviço, requisição, nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, respeitados os limites registrados, a demanda efetiva da Administração e as condições previstas no Edital e no Termo de Referência.

4.3. Os serviços executados e os itens fornecidos deverão estar em conformidade com as especificações técnicas, condições de qualidade, prazos, locais de execução, normas aplicáveis, percentuais de desconto registrados e demais exigências previstas no Edital, no Termo de Referência, nesta Ata e na proposta apresentada.

4.4. A empresa registrada será responsável por todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo, quando aplicável, mão de obra, peças, componentes, acessórios, insumos, equipamentos, ferramentas, transporte, deslocamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos, seguros, licenças, autorizações, garantias, despesas administrativas e demais custos incidentes, sem ônus adicional à Administração.

4.5. A empresa registrada deverá cumprir os prazos, condições, locais, horários e demais parâmetros definidos pela Administração, conforme ordem de serviço, requisição, nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente.

4.6. A empresa registrada assumirá plena responsabilidade pela qualidade, conformidade, regularidade, segurança e adequada execução do objeto, respondendo por eventuais falhas, vícios, defeitos, atrasos, desconformidades ou danos decorrentes da execução dos serviços ou do fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos.

4.7. A empresa registrada deverá manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, inclusive regularidade fiscal, social, trabalhista, técnica, econômico-financeira e demais condições aplicáveis ao objeto.

4.8. A empresa registrada deverá manter canal de comunicação ativo por telefone e e-mail para recebimento das solicitações da Administração, confirmação das demandas, tratativas operacionais, atendimento à fiscalização, envio de documentação e solução de eventuais ocorrências relacionadas à execução do objeto.

4.9. A empresa registrada deverá apresentar orçamento prévio, quando solicitado, contendo a descrição dos serviços, peças, componentes, acessórios e demais insumos necessários, com aplicação dos percentuais de desconto registrados, ficando a execução condicionada à autorização da Administração.

4.10. A empresa registrada deverá corrigir, substituir, reparar, refazer, regularizar ou sanar, às suas expensas, qualquer falha, vício, defeito, desconformidade, atraso injustificado, irregularidade documental ou outra ocorrência verificada na execução dos serviços ou no fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação das sanções cabíveis.

4.11. A assinatura desta Ata não obriga a Administração à contratação integral dos valores ou quantitativos registrados, sendo as contratações realizadas conforme necessidade, conveniência, interesse público e disponibilidade orçamentária do Município.

4.12. A empresa registrada deverá observar integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, tributária, ambiental, técnica e de segurança do trabalho aplicável ao objeto, quando pertinente, bem como as normas expedidas pelos órgãos competentes.

4.13. A empresa registrada deverá disponibilizar à Administração, sempre que solicitado, documentos, comprovantes, relatórios, certidões, registros, certificados, laudos, manuais, catálogos, fichas técnicas, garantias, orçamentos, notas fiscais ou demais elementos necessários à verificação da conformidade do objeto, à fiscalização e ao pagamento.

4.14. A empresa registrada deverá comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que possa comprometer a execução dos serviços, o fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos, o cumprimento dos prazos, a regularidade documental, a qualidade do objeto ou a manutenção das condições pactuadas.

4.15. A empresa registrada não poderá transferir a terceiros as obrigações assumidas sem prévia autorização formal da Administração, observadas as condições do Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

4.16. A empresa registrada responderá integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão relacionada à execução do objeto, sem prejuízo das responsabilidades administrativas, civis e penais cabíveis.

4.17. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências, conferências, inspeções, fiscalizações e auditorias para verificar a conformidade da execução, a regularidade documental, a qualidade do objeto, a aplicação dos descontos registrados e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela empresa registrada.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO, REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo, mediante solicitação da empresa registrada ou por iniciativa da Administração, quando ocorrer fato superveniente devidamente comprovado que altere de forma relevante a relação entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, tais como caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou outros eventos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, observadas as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, do edital e desta Ata.

5.1.1. A revisão deverá ser instruída com documentação idônea, incluindo, no mínimo:

- a) exposição circunstanciada do fato gerador;
- b) memória de cálculo e demonstração analítica do impacto econômico-financeiro;
- c) documentos fiscais, notas, contratos, planilhas, relatórios, tabelas oficiais, séries históricas, índices, comprovantes de custos ou outros elementos que comprovem a variação de custos e sua correlação direta com o objeto;
- d) indicação do percentual ou valor pretendido e da data a partir da qual se requer a recomposição.

5.1.2. A revisão somente será admitida quando demonstrado, de forma objetiva e suficiente, o nexo causal entre o evento alegado e o desequilíbrio econômico-financeiro, não sendo admitida com base em alegações genéricas, variações ordinárias de mercado, falhas de planejamento ou custos inerentes ao risco normal da atividade empresarial.

5.2. A revisão e eventual alteração dos preços registrados dependerão de análise técnica, manifestação jurídica quando necessária e autorização da autoridade competente, devendo o ato correspondente ser formalizado no processo e publicizado na forma prevista na legislação e nos regulamentos aplicáveis.

5.3. Independentemente da revisão prevista nos itens anteriores, os preços registrados poderão ser reajustados após decorrido o interregno mínimo de **12 (doze) meses**, mediante aplicação do índice previsto no edital e no Termo de Referência, tendo como termo inicial a data-base do orçamento estimado da contratação e, para os reajustes subsequentes, a data do reajuste anteriormente concedido.

5.4. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis pelo período de **12 (doze) meses**, contado da data-base do orçamento estimado. Após esse período, o reajuste poderá ser concedido, mediante apostilamento, desde que observado o interregno mínimo legal e mantidas as demais condições pactuadas.

5.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, sofra alteração metodológica relevante ou, por qualquer motivo, não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser legalmente indicado ou outro índice oficial que melhor reflita a variação dos custos do objeto contratado, mediante justificativa técnica e autorização da autoridade competente, preservada a periodicidade anual.

5.6. O reajuste será formalizado por **apostilamento**, com a devida juntada ao processo administrativo e atualização dos registros pertinentes, dispensada a celebração de termo aditivo quando não houver alteração das demais condições contratuais.

5.7. Verificada, a qualquer tempo, a existência de preços de mercado mais vantajosos do que os registrados, a Administração poderá instaurar procedimento para negociação e redução dos preços registrados, a fim de assegurar a vantajosidade do Registro de Preços, nos termos do edital, desta Ata e da legislação aplicável.

5.8. Na hipótese de redução dos preços praticados no mercado, a empresa registrada poderá ser convocada para adequação dos preços registrados, preservada a vantajosidade para a Administração e observadas as regras do contraditório administrativo, quando cabíveis.

5.9. A ausência de comprovação do fato gerador, no caso de revisão, ou a não observância dos requisitos formais e legais poderá ensejar o indeferimento do pedido, sem prejuízo de nova solicitação devidamente instruída.

5.10. Persistindo a inviabilidade de manutenção do preço registrado, poderão ser adotadas as medidas previstas no edital e nesta Ata, inclusive negociação, liberação da empresa registrada ou cancelamento do registro de preços, quando cabível, na forma da legislação aplicável.

5.11. A eventual revisão, reajuste ou redução dos preços registrados não autoriza, por si só, alteração das especificações, condições, prazos, forma de fornecimento ou execução do objeto, nem dispensa a empresa registrada do integral cumprimento das condições previstas no edital, no Termo de Referência, nesta Ata e nos instrumentos dela decorrentes.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

6.1. O preço registrado poderá ser cancelado, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

- a) liberação da obrigação, quando legalmente cabível e aceita pela Administração;
- b) descumprimento das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, no Edital, no Termo de Referência, na proposta apresentada ou nos instrumentos dela decorrentes;
- c) recusa injustificada em fornecer os bens, executar os serviços ou cumprir as obrigações assumidas, nos prazos e condições estabelecidos;
- d) recusa em reduzir o preço registrado, quando este se tornar superior aos preços praticados no mercado;
- e) recusa em aceitar revisão, negociação ou adequação dos preços promovida pela Administração, quando cabível;
- f) perda das condições de habilitação ou qualificação exigidas no certame, quando não regularizada no prazo concedido pela Administração;
- g) aplicação de sanção que impeça a empresa registrada de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**;
- h) extinção ou rescisão de contrato, ordem de fornecimento, ordem de serviço, nota de empenho ou instrumento equivalente decorrente da Ata, por culpa da empresa registrada;
- i) ocorrência de fato superveniente que comprometa a regular execução do objeto, a segurança, a qualidade, a continuidade do fornecimento ou da prestação dos serviços;
- j) razões de interesse público, devidamente justificadas;
- k) pedido da própria empresa registrada, desde que comprovada a superveniência de fato impeditivo da execução e aceito pela Administração.

6.2. O cancelamento do preço registrado será formalizado em processo administrativo próprio ou nos autos do processo da contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa à empresa registrada, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, salvo prazo diverso previsto na legislação aplicável ou quando a urgência da medida exigir providência cautelar imediata, sem prejuízo da defesa posterior.

6.3. O cancelamento do preço registrado não afasta a aplicação das penalidades cabíveis, nem exonera a empresa registrada das obrigações assumidas em contratações já formalizadas ou das responsabilidades decorrentes de sua execução.

6.4. Após o cancelamento do preço registrado, a Administração poderá convocar os demais fornecedores classificados, observada a ordem de classificação, as condições do Edital, da Ata de Registro de Preços e da legislação aplicável.

6.5. O cancelamento poderá alcançar apenas determinado item, lote ou registro, quando a irregularidade ou a impossibilidade de execução estiver limitada a parte do objeto, preservando-se os demais registros válidos, quando compatíveis com o interesse público.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nas seguintes hipóteses:

- a) decurso do prazo de vigência;
- b) cancelamento de todos os preços registrados;
- c) superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem sua execução;
- d) perda do interesse público na manutenção da Ata, devidamente justificada;
- e) ocorrência de ilegalidade, nulidade ou vício insanável identificado no procedimento;
- f) razões de interesse público devidamente motivadas.

7.2. O cancelamento da Ata por iniciativa da Administração observará o devido processo administrativo, com garantia do contraditório e da ampla defesa aos fornecedores registrados, quando cabível.

7.3. O cancelamento da Ata não prejudicará as obrigações regularmente assumidas em contratos, ordens de serviço, notas de empenho ou instrumentos equivalentes formalizados durante sua vigência, os quais permanecerão regidos por suas próprias cláusulas e pela legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO CAUTELAR DA UTILIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Sem prejuízo das hipóteses de cancelamento previstas na **Cláusula Sexta**, a Administração poderá suspender, de forma cautelar e temporária, a utilização do preço registrado, quando houver necessidade de apuração de fatos que possam comprometer a regularidade, a vantajosidade, a segurança ou a adequada execução do objeto.

8.2. A suspensão cautelar poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando houver indícios de:

- a) descumprimento das condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, na proposta ou nos instrumentos dela decorrentes;
- b) recusa injustificada em atender solicitação da Administração, assinar instrumento contratual, receber nota de empenho, ordem de fornecimento, ordem de serviço ou instrumento equivalente;
- c) atraso injustificado, falha, vício, defeito, desconformidade ou inexecução total ou parcial do objeto;
- d) prática de preço aparentemente superior ao de mercado, exigindo verificação da vantajosidade do registro;
- e) perda ou possível perda das condições de habilitação, qualificação ou regularidade exigidas no certame;
- f) ocorrência de fato superveniente que possa comprometer a qualidade, a continuidade, a segurança, a regularidade ou a adequada execução do objeto;
- g) necessidade de diligência, fiscalização, auditoria, conferência documental ou análise técnica pela Administração;
- h) razões de interesse público devidamente justificadas.

8.3. Durante o período de suspensão, a Administração poderá deixar de realizar novas contratações com fundamento no respectivo preço registrado, até a conclusão da apuração ou regularização da situação, sem prejuízo da continuidade das obrigações já formalmente assumidas, quando compatíveis com o interesse público e com a segurança da execução.

8.4. A suspensão cautelar será formalizada nos autos do processo administrativo, com indicação dos fundamentos que justificam a medida, assegurada a notificação da empresa registrada para manifestação, quando cabível.

8.5. Concluída a análise, a Administração poderá:

- a) restabelecer a utilização do preço registrado, caso sanadas ou afastadas as irregularidades;
- b) determinar medidas corretivas ou complementares para continuidade da execução;
- c) instaurar procedimento para negociação, revisão ou adequação dos preços, quando cabível;
- d) adotar as providências para cancelamento do preço registrado, nos termos da Cláusula Sexta;
- e) aplicar as sanções administrativas cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

8.6. A suspensão cautelar da utilização do preço registrado não configura, por si só, penalidade, nem afasta a possibilidade de apuração de responsabilidade da empresa registrada, caso confirmada irregularidade na execução ou descumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

A empresa registrada obriga-se a:

- a) assinar esta Ata de Registro de Preços e aceitar/retirar a nota de empenho, ordem de serviço, contrato ou instrumento equivalente no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação oficial;
- b) executar os serviços e fornecer as peças, componentes, acessórios e demais insumos conforme as especificações, valores estimados, percentuais de desconto registrados, prazos, locais, horários e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, nesta Ata e na proposta apresentada;
- c) arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto, incluindo, quando aplicável, **mão de obra, peças, componentes, acessórios, insumos, equipamentos, ferramentas, transporte, deslocamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, seguros, licenças, autorizações, garantias, despesas administrativas e demais custos incidentes**, sem qualquer ônus adicional à Administração;
- d) executar o objeto em conformidade com as exigências técnicas, operacionais, legais e de qualidade previstas no Edital, no Termo de Referência, nesta Ata e na proposta apresentada;
- e) observar os prazos, locais, horários e demais condições definidos pela Administração nas ordens de serviço, requisições, notas de empenho, contratos ou instrumentos equivalentes;
- f) responsabilizar-se pela **qualidade, procedência, regularidade, segurança e conformidade** dos serviços executados, bem como das peças, componentes, acessórios e demais insumos fornecidos;
- g) apresentar **orçamento prévio**, quando solicitado, contendo a descrição dos serviços, peças, componentes, acessórios e demais insumos necessários, com aplicação dos percentuais de desconto registrados, ficando a execução condicionada à autorização da Administração;
- h) corrigir, substituir, reparar, refazer, regularizar ou sanar, às suas expensas, quaisquer falhas, vícios, defeitos, desconformidades, atrasos injustificados, irregularidades documentais ou outras

ocorrências verificadas na execução dos serviços ou no fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos;

i) manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, inclusive regularidade fiscal, social, trabalhista, técnica, econômico-financeira e demais condições aplicáveis ao objeto;

j) manter atualizado seu cadastro junto aos sistemas utilizados pela Administração, informando qualquer alteração de endereço, telefone, e-mail, dados bancários, quadro societário, representante legal, responsável técnico ou demais informações relevantes;

k) atender às solicitações, diligências, notificações e comunicações da Administração dentro dos prazos fixados;

l) comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que possa comprometer a execução dos serviços, o fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos, o cumprimento dos prazos, a regularidade documental, a qualidade do objeto ou a manutenção das condições pactuadas;

m) manter válidos e vigentes, durante toda a execução, os registros, licenças, autorizações, alvarás, certificações ou demais documentos necessários à regular execução do objeto, quando aplicáveis;

n) apresentar à Administração, sempre que solicitado, documentos, comprovantes, relatórios, certidões, registros, certificados, laudos, manuais, catálogos, fichas técnicas, garantias, orçamentos, notas fiscais ou demais elementos necessários à verificação da conformidade do objeto, à fiscalização e ao pagamento;

o) responsabilizar-se por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão relacionada à execução dos serviços ou ao fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos;

p) cumprir integralmente a legislação aplicável, especialmente as normas fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais, tributárias, ambientais, técnicas, de segurança do trabalho e demais obrigações legais pertinentes;

q) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, salvo quando expressamente autorizado pela Administração e nos limites permitidos pelo Edital e pela legislação aplicável;

r) permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual e dos órgãos de controle, inclusive quanto à realização de diligências, conferências, inspeções, auditorias e verificações documentais ou operacionais;

s) manter canal de comunicação ativo por telefone e e-mail para recebimento das solicitações da Administração, confirmação das demandas, tratativas operacionais, atendimento à fiscalização, envio de documentação e solução de eventuais ocorrências;

t) observar integralmente as disposições do Edital, do Termo de Referência, desta Ata, da proposta apresentada e dos instrumentos contratuais ou equivalentes dela decorrentes;

u) responsabilizar-se pela veracidade das informações e documentos apresentados, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais cabíveis em caso de falsidade, omissão ou irregularidade;

v) manter, quando aplicável, estrutura ou procedimento de atendimento compatível com a natureza do objeto, de modo a evitar prejuízo à continuidade dos serviços públicos e à disponibilidade da frota municipal;

w) garantir que os serviços executados e as peças, componentes, acessórios e demais insumos fornecidos sejam compatíveis com os veículos, máquinas e equipamentos indicados pela Administração, observadas as condições previstas no Termo de Referência;

x) refazer, corrigir ou substituir, sem ônus adicional ao Município, qualquer serviço, peça, componente, acessório ou insumo recusado pela fiscalização por desconformidade, defeito, incompatibilidade, má execução ou descumprimento das especificações exigidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado pelo Município de São João no prazo de até **30 (trinta) dias**, após a entrega dos bens e/ou execução dos serviços, a regular liquidação da despesa e o respectivo ateste pelo fiscal do contrato, fiscal da Ata ou setor competente, condicionado à apresentação da **Nota Fiscal/Fatura** e demais documentos exigidos.

10.1.1. As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas para os e-mails institucionais:

- ctbsaojoao@gmail.com
- contabilidade@saojoao.pr.gov.br

10.1.2. As Notas Fiscais deverão ser remetidas ao setor competente imediatamente após sua emissão, preferencialmente no mesmo dia, a fim de evitar atrasos nos procedimentos de conferência, liquidação e pagamento, observados os fluxos internos e prazos administrativos estabelecidos pela Administração.

10.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada, quando aplicável, da documentação necessária à conferência da execução contratual, especialmente:

- a) relatório, medição ou comprovante dos bens fornecidos e/ou serviços executados;
- b) ordem de fornecimento, ordem de serviço, requisição, nota de empenho ou instrumento equivalente;
- c) comprovantes de entrega, execução, recebimento, medição ou aceite do objeto;
- d) documentos técnicos, relatórios, registros, certificados, garantias, laudos ou demais comprovantes exigidos no Termo de Referência;
- e) certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas para pagamento, especialmente as relativas ao **FGTS, Fazenda Federal e CNDT**, dentro do prazo de validade;
- f) demais documentos exigidos pelo edital, pelo Termo de Referência, pela Ata, pelo contrato ou pela fiscalização.

10.2.1. O Município poderá solicitar, a qualquer tempo, documentos complementares que comprovem a manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal, regularidade técnica e conformidade da execução contratual.

10.3. O pagamento será realizado com base nos quantitativos efetivamente fornecidos e/ou executados, recebidos, medidos, registrados, comprovados documentalmente e atestados pela fiscalização contratual, observadas as unidades de medida e os preços registrados na Ata, no contrato ou instrumento equivalente.

10.3.1. Somente serão considerados, para fins de pagamento, os bens e/ou serviços que:

- a) tenham sido efetivamente fornecidos ou executados;
- b) estejam compatíveis com o objeto contratado;
- c) estejam acompanhados da documentação comprobatória exigida;
- d) tenham sido recebidos, conferidos e atestados pela fiscalização ou setor competente;
- e) atendam às condições do edital, do Termo de Referência, da Ata, do contrato e da proposta vencedora.

10.3.2. Poderão ser aplicadas glosas, retenções ou suspensões de pagamento nas hipóteses de:

- a) divergência entre os quantitativos faturados e os efetivamente fornecidos ou executados;
- b) ausência ou insuficiência de documentação comprobatória;
- c) fornecimento ou execução em desacordo com as especificações exigidas;
- d) inexecução total ou parcial do objeto;
- e) irregularidade fiscal, trabalhista, técnica ou documental da contratada, quando legalmente exigível para pagamento;
- f) existência de pendências, falhas, vícios, defeitos ou desconformidades não sanadas.

10.4. O Município de São João efetuará os descontos legais obrigatórios relativos aos tributos incidentes sobre a operação, conforme legislação federal, estadual e municipal aplicável.

10.4.1. Em conformidade com o **Decreto Municipal nº 3.096/2023** e a **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012**, será realizada a retenção do **Imposto de Renda – IRRF** na fonte, quando devida, sobre os pagamentos efetuados à contratada.

10.5. A Nota Fiscal deverá conter, obrigatoriamente:

- a) número da licitação correspondente;
- b) número da Ata de Registro de Preços, contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, quando houver;
- c) indicação clara sobre a opção pelo **Simples Nacional**, caso a empresa seja optante desse regime tributário;
- d) descrição completa dos bens fornecidos e/ou serviços executados;
- e) indicação dos quantitativos, unidades de medida, valores unitários e valores totais;
- f) identificação do período de referência, quando se tratar de serviço ou fornecimento parcelado.

10.6. Para fins de organização e processamento financeiro, as Notas Fiscais deverão ser encaminhadas até o dia **25 de cada mês**.

10.6.1. Notas apresentadas após essa data poderão ser processadas no ciclo financeiro subsequente, ficando o pagamento condicionado à regular conferência, liquidação e disponibilidade do fluxo administrativo interno.

10.7. A apresentação da Nota Fiscal não implica reconhecimento automático do direito ao pagamento, devendo o documento ser formalmente conferido, liquidado e atestado pelo fiscal da Ata/Contrato ou setor competente como condição indispensável à liquidação da despesa.

10.8. O pagamento será realizado exclusivamente em favor da contratada, sendo vedada a cessão de créditos a terceiros sem autorização prévia e expressa da Administração, conforme legislação aplicável.

10.9. Nenhum pagamento será efetuado sem a devida comprovação do fornecimento dos bens e/ou da execução dos serviços, da regularidade da medição ou conferência, da compatibilidade dos quantitativos faturados com os efetivamente aceitos e do cumprimento das condições contratuais, podendo a Administração suspender o pagamento até a regularização de eventual pendência.

10.10. Em caso de atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para a mora, será devida a correspondente compensação financeira, na forma prevista na legislação aplicável e nas disposições contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

11.1. Nos termos do **art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021**, o acompanhamento, a gestão e a fiscalização da execução decorrente desta Ata de Registro de Preços serão realizados pelos servidores designados a seguir:

- **Gestor da Ata/Contrato:** Paulo Sérgio Girardi;
- **Fiscal da Ata/Contrato:** Marcos Francisco Zanella;
- **Fiscal Substituto:** Gabriel Henrique Lemos.

11.2. Compete ao gestor da Ata/Contrato promover o acompanhamento administrativo da execução, controlar os saldos registrados, acompanhar a emissão das ordens de serviço, requisições, notas de empenho, contratos ou instrumentos equivalentes, bem como adotar as providências necessárias em caso de descumprimento das condições pactuadas.

11.3. Compete ainda ao gestor acompanhar a vigência da Ata e dos instrumentos dela decorrentes, verificar a necessidade de prorrogação, alteração, revisão, reajuste, cancelamento ou aplicação de penalidades, mantendo registro atualizado das ocorrências relevantes.

11.4. Compete ao fiscal da Ata/Contrato acompanhar diretamente a execução dos serviços e o fornecimento de peças, componentes, acessórios e demais insumos, verificando sua conformidade com as especificações previstas no Edital, no Termo de Referência, na proposta vencedora, nesta Ata e nos instrumentos dela decorrentes.

11.5. O fiscal deverá verificar, conforme aplicável, a qualidade, quantidade, compatibilidade, prazos, locais, condições de execução, aplicação dos percentuais de desconto registrados, documentação apresentada, regularidade técnica, operacional e demais exigências previstas para o objeto contratado.

11.6. Caberá ao fiscal conferir os serviços executados e os itens fornecidos, registrar eventuais ocorrências, solicitar correções, substituições, reparos, complementações ou esclarecimentos, bem como emitir o respectivo ateste para fins de liquidação e pagamento, quando atendidas as condições contratuais.

11.7. Constatada falha, atraso, defeito, vício, irregularidade documental, desconformidade técnica, inexecução parcial ou total, aplicação incorreta dos descontos registrados ou qualquer outra

ocorrência relacionada à execução do objeto, o fiscal deverá registrar o fato e comunicar o gestor da Ata/Contrato para adoção das providências cabíveis.

11.8. As falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas deverão ser corrigidas, substituídas, reparadas, refeitas ou sanadas pela contratada, sem ônus ao Município, no prazo definido pela Administração, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação das penalidades previstas no Edital, nesta Ata e na legislação vigente.

11.9. O recebimento, a conferência, a medição ou o ateste do objeto não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada por falhas, vícios, defeitos, desconformidades, irregularidades ou danos constatados posteriormente.

11.10. Quando necessário, o fiscal poderá solicitar apoio de servidores técnicos da Secretaria demandante, do setor responsável pela frota ou de outros setores competentes da Administração, para auxiliar na avaliação da conformidade dos serviços, das peças, componentes, acessórios e demais insumos, da documentação apresentada e da regularidade da execução.

11.11. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências, inspeções, conferências, auditorias e fiscalizações para verificar a conformidade da execução, a regularidade documental, a qualidade do objeto, a aplicação dos descontos registrados e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela empresa registrada.

11.12. As decisões que ultrapassarem a competência do gestor ou do fiscal deverão ser encaminhadas à autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das providências necessárias.

11.13. A fiscalização da Ata e dos instrumentos dela decorrentes não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto, pela qualidade dos serviços executados e das peças, componentes, acessórios e demais insumos fornecidos, bem como pela reparação de danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios legalmente admitidos para a aquisição de bens ou contratação de serviços, desde que respeitada a legislação vigente e comprovada a vantagem para o interesse público.

12.2. O fornecedor registrado obriga-se a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, bem como a compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado.

12.3. As contratações decorrentes desta Ata serão realizadas conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de nota de empenho, ordem de fornecimento, ordem de serviço, contrato ou instrumento equivalente, observadas as condições previstas no Edital, no Termo de Referência, nesta Ata e na legislação aplicável.

12.4. A Administração poderá utilizar outros meios legalmente admitidos para contratação do objeto, inclusive realizar nova licitação ou contratação direta, quando houver justificativa de interesse público, vantagem ou necessidade administrativa devidamente demonstrada.

12.5. A utilização desta Ata por órgãos ou entidades não participantes somente poderá ocorrer quando admitida no Edital e na legislação aplicável, mediante autorização da autoridade competente do Município de São João/PR, observados os limites, condições e procedimentos legais.

12.6. Eventuais alterações, revisões, cancelamentos, sanções, prorrogações ou demais atos relacionados à presente Ata deverão ser formalizados no respectivo processo administrativo, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, dos regulamentos municipais, do Edital e desta Ata.

12.7. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente da Administração Pública Municipal, com fundamento na legislação vigente, nos princípios que regem as contratações públicas e nas condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São João – PR, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da presente Ata de Registro de Preços, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e Data

CONTRATANTE | CONTRATADA

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

FORNECEDORES

LOTE/ITEM	CLASSIF.	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		

Observação:

- O fornecedor classificado em **1º lugar** para cada lote/item será o **responsável pelo fornecimento**, conforme as condições estabelecidas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
- As informações sobre **razão social e representante legal** deverão ser preenchidas conforme os documentos apresentados na habilitação e na proposta comercial.

CADASTRO DE RESERVA

FORNECEDOR			
NOME EMPRESA - CNPJ			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	XXXX	
X	R\$ xx,xx	XXXX	

FORNECEDOR			
NOME EMPRESA - CNPJ			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	XXXX	
X	R\$ xx,xx	XXXX	

ANEXO VIII- MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

Processo Licitatório nº. _____

Data da Assinatura: _____

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO**, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 160, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.422/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Joni Zanella Ferreira**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, neste ato representada por **[nome do representante legal, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone]**, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, resultante do **Pregão Eletrônico nº 90.0XX/2026**, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a execução do objeto contratado, conforme especificações, condições, quantidades, prazos, valores e exigências estabelecidas no **Termo de Referência**, no **Edital**, na **Ata de Registro de Preços**, na proposta da **CONTRATADA** e nos demais documentos que instruem o processo administrativo.

1.2. A execução deverá observar integralmente as condições previstas nos instrumentos que compõem a contratação, abrangendo, conforme o caso:

- a) o cumprimento das especificações técnicas, operacionais e quantitativas estabelecidas;
- b) o atendimento aos prazos, locais, horários, condições de execução e demais parâmetros definidos pela **CONTRATANTE**;
- c) a disponibilização dos recursos necessários à adequada execução contratual, quando aplicável;
- d) a observância das normas técnicas, legais, administrativas, ambientais, trabalhistas e de segurança aplicáveis;
- e) a apresentação de documentos, relatórios, comprovantes, certificados, garantias, registros, laudos, declarações ou documentos equivalentes, quando exigidos no Termo de Referência, no Edital ou pela fiscalização;
- f) a correção, substituição, reparo, refazimento ou regularização de qualquer item, etapa ou parcela executada em desconformidade com as exigências contratuais.

1.3. O objeto será executado conforme os itens, lotes, quantitativos, unidades de medida, valores registrados, percentuais, condições e demais elementos constantes no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, na proposta da **CONTRATADA** e nos demais documentos vinculados ao processo.

1.4. A execução ocorrerá conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de ordem, autorização, nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, observadas as condições previstas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta vencedora.

1.5. A **CONTRATADA** deverá executar o objeto com observância às especificações pactuadas, responsabilizando-se integralmente pela qualidade, conformidade, segurança, regularidade e adequada execução contratual.

1.6. Quando a execução depender de local, estrutura, equipamento, licença, autorização, registro, profissional habilitado ou condição técnica específica, a **CONTRATADA** deverá mantê-los regulares e compatíveis durante toda a vigência contratual, salvo disposição diversa prevista no Termo de Referência ou no Edital.

1.7. Integram este contrato, para todos os fins e efeitos, independentemente de transcrição, o **Edital do Pregão Eletrônico nº 90.0XX/2026**, o **Termo de Referência**, a **Ata de Registro de Preços**, a proposta da **CONTRATADA** e os demais documentos que compõem o processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1. A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto deste contrato pelo valor total estimado de **R\$ [VALOR] ([VALOR POR EXTENSO])**, conforme os valores unitários e quantitativos estimados estabelecidos no edital, na Ata de Registro de Preços e em seus anexos.

LOTE 01

Item	Descrição do Objeto	Unidade de Medida	Quantidade Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)

VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO DO LOTE 01: R\$ _____

2.2. O valor acima estipulado abrange todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, incluindo, mas não se limitando a:

- a) tributos, impostos, taxas e contribuições incidentes;
- b) encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e fundiários;
- c) despesas administrativas, operacionais, logísticas e comerciais;
- d) custos com recursos humanos, materiais, insumos, equipamentos, ferramentas, transporte, deslocamentos e demais recursos necessários;
- e) custos com entrega, execução, instalação, montagem, manutenção, substituição, correção, reparo ou refazimento, quando aplicável;
- f) custos com emissão de documentos, relatórios, certificados, garantias, laudos, registros ou documentos equivalentes, quando exigidos;
- g) custos relacionados à manutenção da regularidade documental, técnica, operacional, fiscal, trabalhista, ambiental, sanitária ou de segurança, quando aplicável;
- h) seguros, licenças, autorizações, alvarás, registros, despesas acessórias e demais encargos necessários à perfeita execução contratual;
- i) demais custos indispensáveis ao cumprimento integral das obrigações assumidas, conforme Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, proposta vencedora e legislação aplicável.

2.3. O preço contratado remunera integralmente a execução do objeto, observadas as exigências do Termo de Referência, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora, não cabendo acréscimos por alegação de desconhecimento das condições, custos, obrigações ou exigências necessárias ao perfeito cumprimento contratual.

2.4. O valor total do contrato possui caráter estimativo, quando se tratar de contratação por demanda, sendo a remuneração da **CONTRATADA** realizada com base nos quantitativos efetivamente executados, recebidos, medidos, comprovados e atestados pela fiscalização contratual, observadas as unidades de medida e os preços ou percentuais registrados ou contratados.

2.5. O pagamento será devido exclusivamente em relação aos quantitativos efetivamente executados no período de referência, não gerando a estimativa contratual direito à remuneração mínima, nem obrigação de execução integral dos quantitativos inicialmente previstos.

2.6. Eventuais glosas, retenções ou ajustes de medição poderão ser promovidos pela Administração quando constatadas divergências de quantitativos, inconsistências documentais, falhas, defeitos, vícios, atrasos, execução inadequada ou qualquer desconformidade com as condições contratadas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

2.7. Permanecem vinculados a este contrato os preços, percentuais e condições registrados na Ata de Registro de Preços ou constantes da proposta vencedora, os quais servirão de base para medição, faturamento e pagamento da execução efetivamente realizada.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada a critério da Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. A execução dos serviços ocorrerá conforme necessidade da Administração, mediante emissão de **Ordem de Serviço/Ordem de Início**, com indicação das datas, horários e local para montagem, disponibilização, manutenção e retirada das estruturas, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

3.2.1. A Ordem de Serviço/Ordem de Início deverá conter, no mínimo, as orientações operacionais necessárias à execução, incluindo a data de início, identificação da unidade de destinação final, horários de funcionamento, diretrizes de recebimento, pesagem, controle e registro dos resíduos.

3.2.2. Em caso de prorrogação dos prazos de execução e vigência, os valores poderão sofrer **reajuste anual**, calculado com base na variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE**, contada da data de início/assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO DOS BENS E/OU DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços deverá ocorrer conforme as necessidades do **MUNICÍPIO**, observadas as condições estabelecidas no **Edital**, no **Termo de Referência**, na **Ata de Registro de Preços**, neste contrato e na proposta da **CONTRATADA**, mediante emissão de ordem de fornecimento, ordem de serviço, ordem de início, nota de empenho ou instrumento equivalente pela Administração.

4.2. A **CONTRATADA** compromete-se a executar o objeto contratado dentro das condições pactuadas, garantindo que:

- a) os bens sejam fornecidos e/ou os serviços sejam prestados em estrita conformidade com o Termo de Referência, o Edital, a Ata de Registro de Preços, a proposta apresentada e as orientações da Administração e da fiscalização;
- b) sejam observadas as especificações técnicas, quantitativos, unidades de medida, prazos, locais, horários, condições de entrega ou execução e demais exigências estabelecidas nos instrumentos da contratação;
- c) sejam disponibilizados, quando aplicável, materiais, equipamentos, ferramentas, veículos, mão de obra qualificada, EPIs/EPCs, estrutura operacional e demais recursos necessários à adequada execução do objeto;
- d) os bens fornecidos atendam aos padrões de qualidade, procedência, garantia, segurança, validade, desempenho e conformidade exigidos no Edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável;
- e) os serviços sejam executados com qualidade, segurança, regularidade, eficiência e observância das normas técnicas, legais, administrativas, sanitárias, ambientais, trabalhistas e de segurança do trabalho aplicáveis ao objeto;
- f) sejam apresentados, quando exigidos, documentos técnicos, relatórios, registros, comprovantes, certificados, garantias, laudos, ART/RRT/TRT, manuais, fichas técnicas ou documentos equivalentes necessários à fiscalização, medição, recebimento, liquidação da despesa e pagamento;
- g) sejam mantidas, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação, regularidade, qualificação técnica, capacidade operacional e demais requisitos exigidos no procedimento licitatório;
- h) sejam corrigidas, substituídas, reparadas, refeitas, regularizadas ou sanadas, sem ônus adicional para a Administração, quaisquer falhas, vícios, defeitos, desconformidades, atrasos injustificados, irregularidades ou inadequações verificadas na execução do objeto;
- i) sejam atendidas todas as determinações da Administração e da fiscalização contratual relacionadas ao fiel cumprimento do objeto.

4.3. A execução do objeto compreenderá os bens e/ou serviços constantes no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, na proposta vencedora e nos demais documentos que integram o processo administrativo, observadas as respectivas unidades de medida, quantitativos, valores e condições pactuadas.

4.4. O início da execução ocorrerá após a formalização contratual e a emissão de ordem de fornecimento, ordem de serviço, ordem de início, nota de empenho ou instrumento equivalente pela Administração, conforme o caso.

4.5. A execução deverá ocorrer de forma compatível com a necessidade da Administração, podendo ser realizada de forma única, parcelada, contínua ou sob demanda, conforme previsto no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e neste contrato.

4.6. O fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços somente será considerado regularmente realizado após verificação, conferência, recebimento e ateste pela fiscalização contratual ou setor competente, que poderá determinar correções, substituições, adequações, complementações, apresentação de documentos ou outras providências necessárias ao fiel cumprimento do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES

5.1. São direitos das partes:

a) da **CONTRATANTE**: receber o objeto contratado em conformidade com o Edital, o Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, este contrato e a proposta da CONTRATADA, podendo acompanhar, fiscalizar, atestar, glosar, rejeitar bens ou serviços em desconformidade e exigir correções, substituições, complementações ou adequações necessárias;

b) da **CONTRATADA**: receber o pagamento pelos bens efetivamente fornecidos e/ou serviços efetivamente executados, desde que cumpridas as obrigações contratuais, observadas as condições de medição, recebimento, liquidação e ateste pela Administração.

5.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento nos prazos e condições estabelecidos, após a regular liquidação da despesa e o ateste da execução;
- b) disponibilizar à CONTRATADA as informações, orientações e condições necessárias à regular execução do contrato;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de gestor e fiscais formalmente designados;
- d) emitir ordem de fornecimento, ordem de serviço, ordem de início, nota de empenho ou instrumento equivalente, quando necessário;
- e) comunicar à CONTRATADA as ocorrências verificadas na execução, para fins de correção, substituição, regularização ou adequação;
- f) atestar os bens fornecidos e/ou serviços executados, após verificação de conformidade com as condições contratuais;
- g) rejeitar, no todo ou em parte, bens ou serviços executados em desacordo com o contrato, o Edital, o Termo de Referência ou a proposta apresentada;
- h) exigir da CONTRATADA documentos, relatórios, registros, comprovantes, certidões, garantias, laudos, certificados ou demais elementos necessários à fiscalização, medição, recebimento e pagamento;
- i) aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- j) adotar as providências administrativas necessárias à boa execução contratual e à proteção do interesse público.

5.3. São obrigações da CONTRATADA:

- a) fornecer os bens e/ou executar os serviços em estrita conformidade com este contrato, o Termo de Referência, o Edital, a Ata de Registro de Preços, a proposta apresentada e as orientações da Administração;
- b) cumprir os prazos, locais, horários, quantitativos, especificações, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas nos instrumentos da contratação;
- c) disponibilizar, quando aplicável, materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, veículos, EPIs/EPCs, estrutura operacional e demais recursos necessários à adequada execução do objeto;
- d) responsabilizar-se integralmente pela qualidade, procedência, regularidade, segurança e conformidade dos bens fornecidos e/ou serviços executados;
- e) corrigir, substituir, reparar, refazer ou regularizar, às suas expensas, qualquer falha, vício, defeito, desconformidade, atraso injustificado ou execução inadequada;
- f) manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- g) apresentar, quando solicitado, documentos, relatórios, registros, comprovantes, certidões, garantias, laudos, certificados, licenças, autorizações, ART/RRT/TRT ou documentos equivalentes necessários à fiscalização e ao pagamento;
- h) comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato que impeça, dificulte ou comprometa a execução das obrigações assumidas;
- i) responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários, securitários, ambientais e civis decorrentes da execução contratual;
- j) responder por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão relacionada à execução do contrato;
- k) cumprir integralmente a legislação aplicável, especialmente as normas trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias, sanitárias, ambientais, técnicas e de segurança do trabalho;
- l) não utilizar mão de obra em desconformidade com a legislação vigente, especialmente quanto à vedação constitucional ao trabalho infantil irregular;
- m) não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar o objeto, salvo quando expressamente autorizado pela CONTRATANTE e permitido pelo Edital;
- n) permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual e dos órgãos de controle, inclusive quanto à realização de diligências, inspeções, auditorias e verificações documentais ou operacionais;
- o) manter canal de comunicação atualizado para recebimento de solicitações, notificações, ordens de fornecimento, ordens de serviço e demais comunicações da Administração;
- p) atuar com ética, responsabilidade, zelo e boa-fé na execução contratual, observando as orientações da gestão e fiscalização do contrato;
- q) assumir integralmente todos os custos necessários ao cumprimento do contrato, sem ônus adicional à Administração, salvo hipóteses legalmente admitidas de alteração contratual, revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após o fornecimento dos bens e/ou a execução dos serviços, a regular liquidação da despesa e o respectivo ateste pela fiscalização e/ou gestor do contrato, mediante apresentação da **Nota Fiscal/Fatura** acompanhada dos documentos exigidos.

6.1.1. As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas para os seguintes e-mails:

- ctbsaojoao@gmail.com
- contabilidade@saojoao.pr.gov.br

6.1.2. As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas ao setor competente imediatamente após sua emissão, preferencialmente no mesmo dia, a fim de não comprometer o fluxo de conferência, liquidação e pagamento, observados os prazos e procedimentos internos da Administração.

6.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada, quando aplicável, dos seguintes documentos:

- a) relatório, medição, comprovante de entrega ou documento equivalente referente ao objeto executado;
- b) ordem de fornecimento, ordem de serviço, nota de empenho, requisição ou instrumento equivalente;
- c) documentos que permitam a conferência dos quantitativos fornecidos ou executados;
- d) certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas para pagamento, especialmente **FGTS, Fazenda Federal e CNDT**, dentro do prazo de validade;
- e) documentos técnicos, relatórios, registros, certificados, garantias, laudos, ART/RRT/TRT ou demais comprovantes exigidos no Edital, no Termo de Referência, no contrato ou pela fiscalização.

6.3. O pagamento será realizado com base nos quantitativos efetivamente fornecidos e/ou executados, recebidos, medidos, comprovados documentalmente e atestados pela fiscalização contratual, observados os valores unitários contratados.

6.3.1. Somente serão considerados, para fins de pagamento, os bens e/ou serviços:

- a) efetivamente fornecidos ou executados;
- b) compatíveis com o objeto contratado;
- c) comprovados documentalmente;
- d) recebidos e conferidos pela Administração;
- e) atestados pela fiscalização e/ou gestor do contrato.

6.3.2. Poderão ser aplicadas **glosas, retenções ou suspensões de pagamento** nas hipóteses de:

- a) divergência entre os quantitativos faturados e os efetivamente fornecidos ou executados;
- b) ausência ou insuficiência de documentação comprobatória;
- c) fornecimento ou execução em desacordo com as especificações contratadas;
- d) inexecução total ou parcial do objeto;
- e) existência de falhas, vícios, defeitos ou desconformidades não sanadas;
- f) irregularidade fiscal, trabalhista, técnica ou documental da contratada, quando legalmente exigível para pagamento.

6.4. O **Município de São João** efetuará os descontos relativos aos tributos incidentes, conforme a legislação vigente.

6.4.1. De acordo com o **Decreto Municipal nº 3.096/2023** e a **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012**, será realizada a retenção na fonte do **Imposto de Renda – IRRF**, quando devida, sobre os pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços.

6.5. A Nota Fiscal deverá conter obrigatoriamente:

- a) o número da licitação correspondente;
- b) o número do contrato, da Ata de Registro de Preços, da nota de empenho ou do instrumento equivalente, quando houver;
- c) a discriminação clara dos bens fornecidos e/ou serviços executados;
- d) a indicação dos quantitativos, unidades de medida, valores unitários e valores totais;
- e) o período de referência, quando se tratar de fornecimento ou serviço parcelado, contínuo ou sob demanda;
- f) a informação sobre a opção pelo **Simples Nacional**, caso a empresa seja optante desse regime tributário.

6.6. As Notas Fiscais deverão ser entregues até o dia **25 de cada mês**. Caso sejam apresentadas após essa data, poderão ser processadas no ciclo financeiro subsequente, conforme fluxo administrativo interno.

6.7. Os pagamentos decorrentes da execução do objeto ocorrerão com recursos provenientes das dotações orçamentárias indicadas no processo administrativo e no instrumento contratual, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual vigente.

- **Órgão e Unidade:** _____
- **Funcional Programática:** _____
- **Elemento da Despesa:** _____
- **Fonte:** _____

6.8. Nenhum pagamento será efetuado sem a devida comprovação do fornecimento dos bens e/ou da execução dos serviços, da regularidade da medição ou conferência, da compatibilidade dos quantitativos faturados com os efetivamente aceitos e do cumprimento das condições contratuais, podendo a Administração suspender o pagamento até a regularização de eventual pendência.

6.9. A apresentação da Nota Fiscal não implica reconhecimento automático do direito ao pagamento, ficando condicionada à conferência, liquidação e ateste pela Administração.

6.10. Em caso de atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para a mora, poderá ser devida a compensação financeira correspondente, na forma prevista na legislação aplicável e nas disposições contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIO DE RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS

7.1. A **CONTRATANTE** poderá promover a revisão do contrato para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando caracterizado fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que altere de forma relevante a relação entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da Administração.

7.1.1. A revisão poderá ser solicitada pela **CONTRATADA** mediante requerimento formal, devidamente motivado e instruído com documentação comprobatória suficiente para demonstrar o fato gerador, o impacto financeiro e o nexo causal com a execução contratual.

7.1.2. O pedido deverá conter, quando cabível:

- a) exposição detalhada do fato que motivou o pedido;
- b) memória de cálculo demonstrando o impacto econômico-financeiro;
- c) planilhas comparativas de custos;
- d) notas fiscais, contratos, propostas, comprovantes de fornecimento ou documentos equivalentes;
- e) índices, convenções coletivas, atos normativos ou documentos oficiais aplicáveis;
- f) indicação do percentual ou valor pretendido;
- g) demonstração de que o evento afetou diretamente os custos da execução contratual.

7.1.3. Não serão admitidos pedidos baseados em alegações genéricas, variações ordinárias de mercado, ausência de planejamento, erro na formulação da proposta ou custos inerentes ao risco normal da atividade empresarial.

7.1.4. A revisão dependerá de análise técnica, manifestação jurídica quando necessária e autorização da autoridade competente, observadas as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, do Edital, da Ata de Registro de Preços e deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da **CONTRATANTE**, formalmente designados, nos termos do **art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021**, cabendo à Administração promover o acompanhamento, o controle e a verificação do fiel cumprimento das obrigações contratuais.

8.2. A gestão e a fiscalização contratual serão exercidas pelos seguintes servidores:

- **Gestor do Contrato:**

- **Fiscal do Contrato:**
- **Fiscal Substituto:**

8.3. Compete ao gestor do contrato:

- acompanhar a execução contratual sob os aspectos administrativos e gerenciais;
- controlar prazos, vigência, saldos, medições e eventuais prorrogações;
- acompanhar a emissão de ordens de fornecimento, ordens de serviço, notas de empenho ou instrumentos equivalentes;
- consolidar as informações prestadas pela fiscalização;
- adotar providências administrativas em caso de descumprimento contratual;
- encaminhar à autoridade competente situações que demandem aplicação de sanções, alterações, rescisão ou demais medidas administrativas;
- atuar como interlocutor institucional entre a Administração e a **CONTRATADA**.

8.4. Compete ao fiscal do contrato:

- acompanhar diretamente o fornecimento dos bens e/ou a execução dos serviços;
- verificar a conformidade do objeto com o **Edital**, o **Termo de Referência**, a proposta da **CONTRATADA** e este contrato;
- conferir quantitativos, qualidade, prazos, locais, condições de entrega ou execução e demais exigências contratuais;
- registrar formalmente falhas, atrasos, vícios, defeitos, inconsistências ou irregularidades verificadas;
- solicitar correções, substituições, reparos, complementações ou adequações necessárias;
- atestar a execução do objeto para fins de recebimento, medição, liquidação e pagamento;
- comunicar ao gestor do contrato situações que demandem providências administrativas adicionais.

8.5. A fiscalização poderá solicitar à **CONTRATADA**, sempre que necessário, a apresentação de documentos, relatórios, registros, comprovantes, certidões, garantias, laudos, certificados, licenças, autorizações ou demais elementos necessários à verificação da regularidade, conformidade e adequada execução contratual.

8.6. Constatada desconformidade, falha, atraso, vício, defeito, irregularidade documental, execução inadequada ou descumprimento de obrigação contratual, a **CONTRATADA** deverá corrigir, substituir, reparar, refazer ou regularizar a situação, às suas expensas, no prazo definido pela Administração, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação das penalidades cabíveis.

8.7. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências, inspeções, auditorias, conferências e fiscalizações para verificar a conformidade do fornecimento ou da execução, a regularidade documental, a qualidade do objeto e o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

8.8. Caso seja necessária a substituição do gestor ou dos fiscais inicialmente designados, a **CONTRATANTE** promoverá a formalização por meio de portaria, ato equivalente ou apostilamento administrativo, com juntada aos autos do processo e ciência da **CONTRATADA**.

8.9. As comunicações entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** deverão ocorrer preferencialmente por escrito, admitindo-se comunicações eletrônicas por e-mail institucional, sistema eletrônico ou outro meio oficial adotado pela Administração.

8.10. Antes de cada pagamento, a **CONTRATANTE** poderá verificar a regularidade da **CONTRATADA** nos sistemas e bases oficiais aplicáveis, bem como exigir os documentos necessários à regular liquidação da despesa.

8.11. A atuação da gestão e da fiscalização contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pela execução integral do objeto, pelo cumprimento das obrigações legais e contratuais e pela reparação de danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA, LEGAL E DOS SEGUROS

9.1. A **CONTRATADA** é integralmente responsável pela adequada execução contratual, devendo observar, durante toda a vigência do contrato, a legislação aplicável, as normas pertinentes, as exigências do Edital, do Termo de Referência, deste contrato e as determinações da fiscalização.

9.2. A **CONTRATADA** responderá, nas esferas administrativa, civil e penal, pelos danos causados à Administração ou a terceiros em razão de ação, omissão, negligência, imprudência, imperícia ou descumprimento das obrigações legais e contratuais.

9.3. A fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pela correta execução contratual, pela qualidade, conformidade e regularidade do objeto executado e pelo cumprimento das obrigações assumidas.

9.4. A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a execução contratual, válidos e atualizados os registros, licenças, autorizações, alvarás, certificações, garantias, seguros e demais documentos necessários à regular execução do contrato, quando aplicáveis.

9.5. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, sempre que solicitado, os documentos comprobatórios de regularidade técnica, operacional, fiscal, trabalhista, ambiental, sanitária, securitária ou qualquer outra exigida em razão da natureza da contratação.

9.6. A **CONTRATADA** deverá comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer ocorrência que possa comprometer a regular execução contratual, a qualidade do objeto, a segurança de pessoas, a continuidade da execução ou o cumprimento das obrigações pactuadas.

9.7. Constatada ocorrência relevante, falha, irregularidade, vício, defeito, desconformidade ou risco relacionado à execução contratual, a **CONTRATADA** deverá adotar, às suas expensas, todas as medidas necessárias à contenção, correção, regularização, reparação ou substituição, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais.

9.8. Sempre que exigido pela legislação aplicável, pelo Edital, pelo Termo de Referência ou por determinação motivada da Administração, a **CONTRATADA** deverá manter seguros, garantias ou instrumentos equivalentes destinados à cobertura dos riscos inerentes à execução contratual.

9.9. A **CONTRATADA** responderá integralmente pelos custos de prevenção, correção, substituição, reparação, indenização ou regularização decorrentes de falhas na execução contratual ou de eventos a ela imputáveis, ressalvadas as hipóteses legais de responsabilidade da Administração.

9.10. A eventual aplicação de sanções administrativas, retenção de pagamentos, glosa de valores, exigência de correção ou extinção contratual não afasta a obrigação da **CONTRATADA** de reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

10.1. A **CONTRATADA** deverá observar e garantir que seus fornecedores e eventuais subcontratados, quando permitido, mantenham os mais altos padrões de **ética, transparência e integridade** durante todo o processo de contratação e execução do objeto contratual. Para os fins desta cláusula, consideram-se as seguintes práticas ilícitas:

- a) **Prática corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida com o objetivo de influenciar a ação de agente público durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) **Prática fraudulenta:** falsificação, omissão ou manipulação de informações com o propósito de influenciar a licitação ou a execução do contrato;
- c) **Prática colusiva:** acordo entre dois ou mais licitantes para manipular preços ou condições contratuais de forma artificial, reduzindo a competitividade do certame;
- d) **Prática coercitiva:** causar ou ameaçar causar dano físico, moral ou patrimonial a indivíduos ou empresas, com o objetivo de influenciar sua participação na licitação ou afetar a execução do contrato;
- e) **Prática obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas, prestar declarações falsas ou impedir investigações sobre possíveis irregularidades no processo licitatório ou na execução do contrato.

10.2. Em caso de financiamento, total ou parcial, por organismo financeiro nacional ou internacional, a **CONTRATADA** estará sujeita às sanções previstas por essas entidades, podendo ser declarada **inelegível para futuras contratações** caso fique comprovado seu envolvimento em práticas ilícitas.

10.3. Caso o contrato venha a ser financiado, parcial ou integralmente, por um organismo financeiro, a **CONTRATADA** concorda, como condição para a contratação, em permitir inspeções nos locais de execução do contrato, bem como auditorias em seus documentos, contas e registros, sempre que solicitado pela entidade financiadora ou seus representantes devidamente formalizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a **CONTRATADA** às sanções administrativas previstas no **art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021**, observadas as disposições do **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, quando aplicáveis, sem prejuízo de eventual responsabilização civil, ambiental e penal.

11.2. Constituem sanções administrativas aplicáveis, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no **art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.4. A sanção de multa será aplicada nas hipóteses previstas neste contrato, no edital e na legislação aplicável, não podendo ser inferior a **0,5%** nem superior a **30%**, calculada sobre o valor do contrato licitado ou celebrado, nos termos do **art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

11.5. A multa moratória, em caso de atraso injustificado na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual, será de **0,3% ao dia**, calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º dia, limitada ao percentual máximo previsto em lei, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual e aplicação de outras sanções cabíveis.

11.5.1. Sem prejuízo das penalidades previstas nos itens anteriores, poderão ser aplicadas **sanções progressivas**, de acordo com a natureza da infração, a extensão do dano, o risco à continuidade do serviço, o impacto ambiental e a reincidência, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

11.5.2. Para fins de gradação, consideram-se, exemplificativamente:

I – infrações leves:

- a) atraso pontual na apresentação de relatórios, registros ou documentos exigidos pela fiscalização;
- b) inconsistências formais ou sanáveis em registros de pesagem ou controles operacionais;
- c) descumprimento isolado de rotina operacional sem prejuízo relevante à execução contratual ou ao meio ambiente.

Penalidade sugerida: advertência formal e determinação de correção imediata, sem prejuízo de multa, quando cabível.

II – infrações médias:

- a) descumprimento de horários, turnos ou rotinas de recebimento definidos pela Administração;
- b) recusa injustificada de cargas encaminhadas pelo Município;
- c) falhas reiteradas de controle, pesagem, rastreabilidade ou registro das cargas recebidas;
- d) atraso injustificado na correção de irregularidades apontadas pela fiscalização;
- e) descumprimento de obrigação contratual com impacto operacional relevante, ainda que sem dano ambiental comprovado.

Penalidade sugerida: multa administrativa, sem prejuízo de advertência anterior, glosa, retenção de pagamento e determinação de regularização imediata.

III – infrações graves:

- a) paralisação injustificada dos serviços;
- b) falhas graves ou reiteradas no controle, manejo, armazenamento, drenagem ou tratamento de chorume;
- c) descumprimento de condicionantes ambientais ou de determinações dos órgãos ambientais e de fiscalização;

- d) omissão na comunicação de incidente ambiental, embargo, auto de infração, interdição ou risco de paralisação;
- e) ocorrência de dano ambiental, contaminação, poluição, vazamento, risco à saúde pública ou comprometimento relevante da segurança operacional;
- f) reincidência em infrações médias ou descumprimento reiterado de determinações da fiscalização.

Penalidade sugerida: multa em grau mais gravoso, cumulada ou não com impedimento de licitar e contratar, instauração de procedimento de extinção contratual e demais medidas cabíveis.

11.5.3. A reincidência específica poderá ensejar o agravamento progressivo da penalidade, inclusive com:

- a) conversão de advertência em multa;
- b) majoração da multa inicialmente aplicada;
- c) cumulação com outras sanções administrativas;
- d) instauração de procedimento para extinção contratual, nos casos de maior gravidade.

11.5.4. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula não prejudica a adoção, pela Administração, de medidas imediatas destinadas à contenção de riscos operacionais, ambientais ou sanitários, inclusive determinação de correção emergencial, suspensão de recebimento em situação crítica, glosa, retenção cautelar e comunicação aos órgãos competentes.

11.6. A partir do 31º dia de atraso, a mora poderá caracterizar inexecução parcial ou total da obrigação, hipótese em que poderá ser aplicada multa compensatória, observados os limites legais, além das demais sanções cabíveis, mediante regular processo administrativo.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos II, III, IV, V, VI e VII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

11.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos VIII, IX, X, XI e XII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**.

11.9. A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração Pública, ao meio ambiente e a terceiros, a reincidência, a conduta da contratada na correção da falha, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível, bem como os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa.

11.10. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar dependerá de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.11. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

11.12. Caso seja aplicada multa, a Administração poderá descontar o respectivo valor dos pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA**, observado o regular processo administrativo e os limites legais.

11.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente.

11.14. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, ao meio ambiente ou a terceiros.

11.15. O procedimento para aplicação das sanções observará, no que couber, as seguintes etapas:

- a) manifestação do fiscal do contrato, com indicação das irregularidades e documentos comprobatórios;
- b) análise e manifestação do gestor do contrato;
- c) instauração de processo administrativo, quando cabível;
- d) notificação da **CONTRATADA** para apresentação de defesa, no prazo legal;
- e) análise jurídica, quando necessária;
- f) decisão da autoridade competente;
- g) comunicação da decisão à **CONTRATADA**;
- h) registro da penalidade nos sistemas cadastrais pertinentes, quando aplicável.

11.16. Nos processos de responsabilização, será assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à ampla defesa, observados os prazos e procedimentos previstos na **Lei Federal nº 14.133/2021** e no **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, quando aplicável.

11.17. Sem prejuízo das sanções previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, eventual responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública observará, quando cabível, as disposições da **Lei Federal nº 12.846/2013** e demais normas aplicáveis.

11.18. As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas cadastrais pertinentes, inclusive no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, quando exigido pela legislação aplicável.

11.19. Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, no edital, neste contrato e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1. O contrato poderá ser extinto nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento das cláusulas contratuais, execução irregular, inexecução total ou parcial sem justa causa ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- b) extinção por acordo entre as partes, desde que não cause prejuízo à **CONTRATANTE** e haja conveniência administrativa;

c) ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos **artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021**, que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.

12.2. Caso a extinção ocorra por culpa da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá reter créditos até o limite dos prejuízos apurados, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

12.3. Caso não haja créditos suficientes para cobrir os prejuízos, a **CONTRATADA** será notificada para realizar o pagamento em até **5 (cinco) dias úteis**. Se não for efetuado o pagamento, a **CONTRATANTE** poderá cobrar judicialmente o valor devido.

12.4. A **CONTRATANTE** poderá promover a extinção unilateral do contrato em caso de cisão, fusão, incorporação, alteração societária relevante ou modificação da estrutura da **CONTRATADA** que comprometa a execução do objeto contratado ou reduza as garantias inicialmente apresentadas.

12.5. A extinção poderá ocorrer nos seguintes casos, entre outros:

- a) não prestação dos serviços contratados ou interrupção injustificada da execução;
- b) inexecução do objeto do contrato sem justa causa e/ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- c) descumprimento de determinações do fiscal ou do gestor do contrato;
- d) perda, suspensão, cassação, vencimento não regularizado ou qualquer restrição relevante da licença ambiental indispensável à execução do objeto;
- e) descumprimento de condicionantes ambientais, exigências técnicas, determinações de órgãos ambientais ou medidas corretivas exigidas pela fiscalização contratual;
- f) falhas graves ou reiteradas no recebimento, controle, tratamento, drenagem, manejo, armazenamento ou disposição de chorume, gases, efluentes ou demais sistemas ambientais do empreendimento;
- g) ocorrência de dano ambiental, contaminação, vazamento, poluição, risco à saúde pública, embargo, interdição ou qualquer evento que comprometa de forma relevante a regular execução contratual;
- h) recusa injustificada no recebimento das cargas encaminhadas pelo Município ou descumprimento reiterado dos horários e rotinas operacionais definidos pela Administração;
- i) não manutenção, não renovação ou não comprovação, quando exigível, de seguros, garantias, autorizações, licenças, planos de contingência ou demais instrumentos necessários à cobertura dos riscos operacionais e ambientais da atividade;
- j) prestação dos serviços em desacordo com as normas legais, contratuais, técnicas ou ambientais aplicáveis, de forma a comprometer a finalidade pública da contratação;
- k) prática de ato que configure fraude, dolo, má-fé, omissão relevante de informações ou embaraço à atuação da fiscalização e dos órgãos de controle.

11.6. Sempre que possível, antes da decisão pela extinção, a **CONTRATANTE** poderá conceder prazo razoável para saneamento da irregularidade, quando a natureza da ocorrência permitir correção sem prejuízo à continuidade do serviço, à segurança operacional, à saúde pública ou ao meio ambiente.

12.6.1. O saneamento não será admitido, ou poderá ser dispensado, quando:

- a) houver risco relevante e imediato ao meio ambiente, à saúde pública, à segurança operacional ou à continuidade do serviço;
- b) a irregularidade for insanável;

c) houver reincidência em infração já anteriormente apontada e não regularizada de forma satisfatória;

d) a urgência da situação exigir providência imediata da Administração.

11.7. O procedimento para extinção seguirá, no que couber, a seguinte ordem:

a) manifestação do fiscal do contrato, com documentação comprobatória;

b) manifestação do gestor do contrato ou da unidade requisitante;

c) notificação da **CONTRATADA**, concedendo prazo de **15 (quinze) dias úteis** para defesa, ressalvadas as hipóteses legais de urgência;

d) parecer da Procuradoria-Geral do Município, quando necessário;

e) decisão final da autoridade competente;

f) notificação da **CONTRATADA** sobre o resultado do processo.

12.8. Nos casos previstos no **artigo 139 da Lei nº 14.133/2021**, bem como nas hipóteses de risco ambiental, sanitário ou operacional relevante, a **CONTRATANTE** poderá adotar imediatamente medidas cautelares e providências necessárias à proteção do interesse público, inclusive suspensão da execução, substituição emergencial da solução, retenção de pagamentos, glosa, comunicação aos órgãos competentes e demais atos necessários, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa posterior.

12.9. A extinção do contrato não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à Administração, ao meio ambiente ou a terceiros, nem afasta a obrigação de reparação integral dos prejuízos apurados.

12.10. Em caso de extinção contratual, a **CONTRATADA** deverá assegurar, até o limite determinado pela **CONTRATANTE** e observado o interesse público, a adoção das medidas mínimas necessárias à transição operacional, à preservação da continuidade do serviço, à entrega de documentos, registros, relatórios, comprovantes de pesagem e demais informações indispensáveis à continuidade administrativa e à mitigação de riscos ambientais ou operacionais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. O contrato poderá ser alterado mediante **termo aditivo** ou **apostilamento**, nos casos previstos na **Lei nº 14.133/2021**, incluindo prorrogação de prazos e adequação das condições contratuais.

13.2. Poderão ser realizados acréscimos ou supressões no objeto do contrato, respeitando o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado, conforme legislação vigente.

13.3. Alterações contratuais deverão ser formalizadas por **termo aditivo**, salvo quando caracterizarem mero ajuste de registro, hipótese em que poderão ser realizadas por **apostilamento**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PARTES INTEGRANTES

14.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos, as condições estabelecidas no **Edital do Pregão Eletrônico nº 90.037/2026**, seus anexos (especialmente o **Termo de Referência**) e a **proposta vencedora** apresentada pela **CONTRATADA**, bem como os demais documentos que compõem o processo administrativo e que sejam necessários à perfeita execução do objeto.

14.2. Quaisquer alterações necessárias durante a vigência contratual serão formalizadas por instrumento adequado, conforme o caso, mediante **termo aditivo** quando houver modificação que altere o conteúdo obrigacional do contrato, ou por **apostilamento** quando cabível, observadas as disposições do Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, com base na legislação aplicável às contratações públicas e demais normas pertinentes, observados os princípios que regem a Administração Pública.

15.2. Subsidiariamente, poderão ser aplicadas normas de direito privado compatíveis com o regime jurídico-administrativo e os princípios gerais dos contratos, quando pertinentes ao caso concreto, sem prejuízo das regras próprias do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. A CONTRATANTE promoverá a **divulgação** deste contrato no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e em seu **sítio oficial na internet**, conforme o **artigo 94 da Lei nº 14.133/2021**.

16.2. A publicação atenderá às exigências da **Lei nº 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação) e do **Decreto nº 7.724/2012**, garantindo a **transparência e publicidade** do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUCESSÃO E FORO

17.1. As partes firmam o presente contrato, **obrigando-se por si e seus sucessores** ao fiel cumprimento das condições aqui ajustadas.

17.2. Fica eleito o **Foro da Comarca de São João, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, **renunciando as partes a qualquer outro foro**, por mais privilegiado que seja.

17.3. A CONTRATADA deverá manter **um representante com plenos poderes** para receber **notificações, citação inicial e demais comunicações legais**, independentemente de eventual mudança de seu domicílio.

Local e Data

CONTRATANTE | CONTRATADA

Testemunhas:

1 – Nome:

2 – Nome:

Ou

ANEXO À NOTA DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO Nº. _____

VALOR: R\$ _____ (_____)

1. DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

1.1. Integra este instrumento o **Edital de Pregão Eletrônico nº. _____**, assim como seus Anexos e o **Descritivo da Proposta de Preços constantes do Processo nº. _____**, independentemente de transcrição.

2. DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento de cada fatura será realizado **em até 30 (trinta) dias**, contados a partir do **atesto da Nota Fiscal**, após a comprovação do **adimplemento do Contratado** em todas as suas obrigações, já deduzidas **as glosas e notas de débito**, e mediante verificação da **Regularidade Fiscal com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT)**, observadas as disposições do **Termo de Referência**.

2.2. Nenhum pagamento será efetuado **sem a apresentação dos documentos exigidos**, bem como enquanto **não forem sanadas irregularidades** constatadas na **nota fiscal**, no **fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais**.

2.3. Os pagamentos ficarão **condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da sua conta corrente**, que deverá ser **mantida na instituição financeira contratada pelo Município**.

2.4. O prazo estabelecido no **item 2.1** ficará **suspenso** na hipótese prevista no **item 13.d.1 das Condições Gerais do Pregão**.

2.4.1. Decorrido o prazo de **adimplemento da multa**, caso esta **não tenha sido paga**, os valores serão **descontados da fatura apresentada**.

2.5. Nos casos de **eventuais atrasos de pagamento**, desde que a **CONTRATADA não tenha concorrido para tanto**, será aplicada uma **taxa de compensação financeira sobre o valor devido**, calculada de acordo com a legislação vigente.

3. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

3.1. São obrigações do **Contratado**:

3.1.1. Efetuar a **entrega do objeto** em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus Anexos, acompanhado da respectiva **nota fiscal**, na qual deverão constar as informações referentes à **marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade**, além do **manual do usuário em português** e da **relação da rede de assistência técnica autorizada**, quando aplicável.

3.1.2. **Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes** do objeto, conforme o **Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990)**.

3.1.3. **Substituir, reparar ou corrigir**, às suas expensas, no prazo fixado no **Termo de Referência**, o objeto que apresentar avarias ou defeitos.

3.1.4. **Comunicar ao Contratante**, com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas** da data prevista para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, devidamente comprovados.

3.1.5. **Indicar preposto** para representá-lo durante a execução do contrato e manter comunicação com a Administração para a gestão contratual.

3.1.6. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as **condições de habilitação e qualificação** exigidas na licitação.

3.1.7. Manter atualizados seus dados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Município**.

3.1.8. **Guardar sigilo** sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato.

3.1.9. **Arcar com os custos decorrentes de eventuais erros no dimensionamento** dos quantitativos apresentados em sua proposta, exceto nos casos de:

- Alteração qualitativa do projeto ou especificações pela Administração;
- Retardamento na expedição da ordem de execução ou autorização de fornecimento;
- Interrupção do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho por ordem da Administração;
- Aumento dos quantitativos contratados, dentro dos limites permitidos pela **Lei Federal nº 14.133/2021**.

3.1.10. Adotar práticas de **sustentabilidade**, conforme aplicável, utilizando materiais reciclados, biodegradáveis e atóxicos, de acordo com as normas da ABNT, e observar certificações ambientais do INMETRO para produtos sustentáveis.

3.1.11. Adotar práticas de **logística reversa** para os produtos e embalagens fornecidos, assumindo a responsabilidade pela destinação ambientalmente adequada.

4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. O **licitante e o Contratado** que incorrerem em infrações sujeitar-se-ão às **sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021** e nos artigos correspondentes do **Decreto nº _____**, sem prejuízo de eventuais implicações penais.

4.2. A **multa aplicável não será inferior a 0,5% nem superior a 30%** sobre o valor total do lote ou contrato.

4.3. A Administração poderá **reter pagamentos até a quitação da multa** imposta.

4.4. Será aplicada uma **multa de mora diária de até 0,3%** sobre o valor do contrato ou parcela em atraso, até o 30º dia; após esse prazo, a multa será convertida em compensatória.

4.5. A aplicação das sanções seguirá o **devido processo administrativo**, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

5. DOS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser extinto:

- Por ato unilateral da Administração, salvo se o descumprimento for causado por ela própria;
- Por acordo entre as partes, inclusive por conciliação ou mediação;
- Por decisão arbitral ou judicial.

5.2. A parte que desejar rescindir o contrato deverá comunicar por escrito.

5.3. A extinção do contrato será formalmente motivada, garantindo o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

6. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este instrumento é regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº _____** e demais normas aplicáveis ao contrato.

7. DO FORO

As questões decorrentes deste instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente, serão processadas e julgadas no **Foro da Comarca de São João**, com exclusão de qualquer outro.

Município de São João, em ____ de _____ de 20__

CONTRATANTE | CONTRATADA